



Editoração Casa Civil  
**CEARÁ**  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 20 de maio de 2016

SÉRIE 3 ANO VIII Nº094

Caderno 3/3

Preço: R\$ 14,78

**SECRETARIADA SAÚDE (Continuação)**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2016**

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: **MAJELA HOSPITALAR LTDA**. III – OBJETO: O registro de preços, visando futuras e eventuais aquisições de Medicamentos para atender pacientes provenientes de mandado judicial, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº20160047, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº0437750/2016. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: EMPRESA MAJELA HOSPITALAR LTDA. ITEM: 01 - GLIMEPIRIDA + METFORMINA, 2 MG + 1000 MG, COMPRIMIDO; UNIDADE: COMPRIMIDO; QUANTIDADE: 10000; VALOR UNITÁRIO: R\$8,66. V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº0047/2016. VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura. VII – DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016. VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Nº DO DOCUMENTO 224/2016**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **BOYTON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**. OBJETO: **Aquisição de material médico - hemodinâmica (kit, inê, cateter snare e outros)**, para o Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, por parte da contratante a contratada, conforme especificações constantes do edital de pregão eletrônico nº1024/2015, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A contratada fornecerá o item 01, conforme descrição e quantitativos do contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº1024/2015, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/93, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$281.918,80 (duzentos e oitenta e um mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8200.24200214.10.302.057.22424.03.339030.00.1.01.00.0.30 8204.24200214.10.302.057.22424.03.339030.00.2.91.00.1.30. DATA DA ASSINATURA: 23.03.2016 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Luis Anápio Gomes de Oliveira.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Nº DO DOCUMENTO 0249/2016**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **LUCIANA DE FÁTIMA ZANETTI - ME**. OBJETO: **Aquisição de 16 (dezesseis) toners/cartucho tinta impressora HP, cartucho original, cor tinta preta, referência impressora Laserjet Multifuncional M1522NF**, para o COPROM/SESA, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA na condição de carona na Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº16/2014, vigente para o Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto nº28.087, de 10 de Janeiro de 2006 e Decreto Federal nº3.931 de 19 de Setembro de 2001 e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$558,40

quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200.764 -10.305.056 - 22709 - 03 -3 39030 - 0020 - 09654 - 91 - 2404010362016C - 240932- 000. DATA DA ASSINATURA: 29/03/2016 SIGNATÁRIOS: Lillian Alves Amorim Beltrão e Luciana de Fátima Zanetti.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Nº DO DOCUMENTO 0398/2016**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **APA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA - EPP**. OBJETO: **Aquisição de insumos de laboratório**, para o CENTRO DE REFERENCIA NACIONAL EM DERMATOLOGIA SANITARIA DONA LIBANIA - CDERM - SESA, por parte da CONTRATANTE a CONTRATADA, conforme as especificações constantes do Edital Pregão Eletrônico nº564/2015, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico PE nº564/2015 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993, com suas alterações e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$8.310,00 oito mil, trezentos e dez reais pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016 - 24200374.10.302.057.22424.03.339030.29.100.1.30. DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Vicente Paula Barbosa.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Nº DO DOCUMENTO 400/2016**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará através da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **EMPRESA FORMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar (peças e acessórios)**, para o Hospital Geral de Fortaleza-HGF/SESA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital do Pregão Eletrônico nº1001/2014 parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. Parágrafo Único - A CONTRATADA fornecerá os itens 11 e 14, conforme descrição e quantitativos contido no contrato. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O Edital do Pregão Eletrônico nº1001/2014 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº8.666/1993 com suas alterações e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art.61, da Lei Federal nº8.666/1993. VALOR GLOBAL: R\$2.421,70 (dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta centavos) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8056.24200.184.10.302.057.22424.03.33903.000.1.01.00.0.30 e/ou 8057.24200.184.10.302.057.22424.03.33903.000.2.91.00.1.30. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Carlos Aurélio Cajazeiras.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Nº DO DOCUMENTO 0402/2016**

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **CREMER S.A**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de Licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 3, 61, 87, 88, 89, 94, 96, 97, 98. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei

Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$1.023.046,32 (um milhão, vinte e três mil, quarenta e seis reais e trinta e dois centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Alexandre Barroso Severiano.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0403/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **DISTRIBUIDORA MUNDIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 1 e 11. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$295.096,50 (duzentos e noventa e cinco mil, noventa e seis reais e cinquenta centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e João Deuzimar Freitas Rabelo.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0404/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **NEKTAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 77, 81. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$2.131.995,18 (dois milhões, cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e MARIA ENIDETE ALMEIDA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0405/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 50, 62, 82. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO:

FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$171.239,40 (cento e setenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sr. JOSE D'ALMEIDA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0406/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **PROHOSPITAL COM. HOLANDA LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 46, 47, 49, 52,. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$77.090,40 (setenta e sete mil, noventa reais e quarenta centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sr. PAULO EDUARDO DE ARAUJO LIMA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0407/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **QUEBEC COMERCIAL LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 48, 55, 56, 57. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$774.128,40 (setecentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais e quarenta centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sra. TEREZA CRISTINA GONÇALVES DAMASCENO.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira

COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 0408/2016

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: Empresa **REGIFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 4, 51, 53, 54, 58, 59, 60, 64. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais



necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$142.672,38 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sr. FRANCISCO REGINALDO ALENCAR COSTA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 0409/2016**

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará  
CONTRATADA: Empresa **TS COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E REPRESENTAÇÃO LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a  **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá os seguintes itens: 5, 6, 63. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$77.359,68 (setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sr. FLÁVIO ROBSON TIMBÓ SILVEIRA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 0410/2016**

CONTRATANTE: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará  
CONTRATADA: Empresa **INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA**. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a  **aquisição de materiais médico hospitalares**, imprescindíveis para a realização de procedimentos cirúrgicos e atendimento emergenciais terciários, conforme planilha abaixo, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº042/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fornecerá o seguinte item: 85. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº042/2016 e seus anexos, os preceitos do direito público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: FORTALEZA/CE. VIGÊNCIA: 06 (seis) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$586.173,60 (quinhentos e oitenta e seis mil, cento e setenta e três reais e sessenta centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – Fonte: 10 FECOP, Unidade Orçamentária: 24200804.10.302.057.18719.03.339030.1.10.00.0.4-17728 – PF: 24040101920161. DATA DA ASSINATURA: 06/05/2016 SIGNATÁRIOS: MARCOS ANTÔNIO GADELHA MAIA e Sr. JANDERLEY CAMPELO VIEIRA.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 0478/2016**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará  
CONTRATADA: **UNIVANS MUDANÇAS E TRANSPORTES EIRELI**. OBJETO: **Contratação de serviço referentes a transferência de medicamentos, material médico hospitalar e odontológico** atualmente localizados no Centro de Eventos do Ceará, para serem acondicionados no Parque Empresarial, situado na BR 116, Módulo 5/6/7, localizado no Quilometro 06, nº2555, da BR 116, Bairro Cajazeiras, conforme as especificações constantes na Dispensa de licitação nº056/2016, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso IV do art.24 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação nº056/2016 e seus anexos, os preceitos do direito

público e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 02 (dois) meses contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento – 2016 – 24200804.10.122.055.339039.1.01.00.0.3 – 09838. DATA DA ASSINATURA: 20/05/2016 SIGNATÁRIOS: Marcos Antônio Gadelha Maia e Lorie Maslova de Menezes Diniz.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONVÊNIO Nº12/2016**

CONVENIENTES: ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ e **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM**. OBJETO: **Aquisição de equipamentos** para o Hospital Municipal de Jardim e uso do Sistema Único de Saúde/SUS, no município de Jardim/CE, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste termo independente de transcrição, visando a garantia da atenção às necessidade de saúde dos cidadãos, assegurando os princípios do SUS, de universalidade do acesso e integralidade da atenção a saúde no município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666/93, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Lei Complementar Estadual nº119/2012, alterada pela LC 122/2013, no Decreto nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto nº31.468/2014, no Decreto 31.621/2014 e demais legislação aplicável. FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, até 30 de Dezembro de 2016. VALOR: R\$30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), sendo R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a contrapartida do BENEFICIÁRIO. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200024.10.302.057.18138.01.444042.1.01.00. DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016. SIGNATÁRIOS: Marcos Antonio Gadelha Maia e Analêda Neves Sampaio.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONVÊNIO Nº13/2016**

CONVENIENTES: ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ e **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM**. OBJETO: **Aquisição de equipamentos e mobiliário** para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Jardim- CE, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste termo independente de transcrição, visando a garantia da atenção às necessidade de saúde dos cidadãos, assegurando os princípios do Sistema Único de Saúde/SUS, de universalidade do acesso e integralidade da atenção a saúde no município de Jardim. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666/93, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Lei Complementar Estadual nº119/2012, alterada pela LC 122/2013, no Decreto nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto nº31.468/2014, no Decreto 31.621/2014 e demais legislação aplicável. FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, até 30 de Dezembro de 2016. VALOR: R\$57.687,00 (cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais), sendo R\$2.747,00 (dois mil, setecentos e quarenta e sete reais) a contrapartida do BENEFICIÁRIO. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200024.10.301.057.18857.01.444042.1.01.00. DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016. SIGNATÁRIOS: Marcos Antonio Gadelha Maia e Analêda Neves Sampaio.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE Nº31/2016**

I - Doc. nº31/2016 - O Estado do Ceará, através da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA - CE**; II - OBJETO: **Transferência de recursos financeiros** ao BENEFICIÁRIO, visando a aquisição de 02 (dois) veículos tipo Ambulância para uso do Sistema Único de Saúde/SUS no município de VARJOTA/CE, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste termo independente de transcrição; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666/93, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, LC 119/2012, alterada pela LC 122/2013, no Decreto nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto nº31.468/2014, no Decreto 31.621/2014, Decreto Estadual nº28.841, de 23 de agosto de 2007 e demais legislação aplicável; IV - FORO: FORTALEZA/CE; V - VALOR: R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), sendo R\$12.000,00 (doze mil reais) a contrapartida do BENEFICIÁRIO; VI - DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura até 30 de Dezembro de 2016; VII - DOS RECURSOS: nº24200024.10.302.057.18138.11.444042.1.01.00; VIII - DATA: 03/05/2016; IX - SIGNATÁRIOS: Marcos Antonio Gadelha Maia e Rosa Cândida de Oliveira Ximenes.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*



**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE Nº34/2016**

I - Doc. nº34/2016 - O Estado do Ceará, através da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBAÇA - CE**; II - OBJETO: **Transferência de recursos financeiros** ao BENEFICIÁRIO, visando a aquisição de equipamentos e material permanente para a Atenção Básica no município de MOMBAÇA/CE, para uso do Sistema Único de Saúde/SUS, em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste termo independente de transcrição; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº8.666/93, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, LC 119/2012, alterada pela LC 122/2013, no Decreto nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto nº31.468/2014, no Decreto 31.621/2014, Decreto Estadual nº28.841, de 23 de agosto de 2007, e demais legislação aplicável; IV - FORO: FORTALEZA/CE; V - VALOR: R\$357.440,27 (trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), sendo R\$17.440,27 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta reais e sete centavos) a contrapartida do BENEFICIÁRIO; VI - DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura até 30 de Dezembro de 2016; VII - DOS RECURSOS: nº24200024.10.301.057.18857.09.444042.1.01.00; VIII - DATA: 13/05/2016; IX - SIGNATÁRIOS: Marcos Antonio Gadelha Maia e Ecildo Evangelista Filho.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E  
DEFESA SOCIAL**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº104266074, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b", §§2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts.1º e 15 da Lei Federal nº10.887, de 18 de junho de 2004 e art.156 da Lei Estadual nº9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº13.578, de 21 de janeiro de 2005, ao servidor, **FRANCISCO ALCANTARA MATOS**, CPF 01026321387, que exerce a função de MOTORISTA, nível/referência 21, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 30 horas semanais, matrícula nº00263710, lotado na Polícia Militar do Ceará, **APOSENTADORIA POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 81,36%, a partir de 15/11/2010, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Outubro/2010, cujo valor é de R\$657,45 (SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 20 de novembro de 2015.

Delci Carlos Teixeira

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**EDITAL Nº25 - PC/CE, DE 22 DE MARÇO DE 2016**

**2ª RECLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO  
CARGO DE INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE -  
2011 - SEGUNDA TURMA**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista a realização do concurso público para provimento de vagas no cargo de Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe, regido pelo Edital nº01 - PCCE, datado de 09 de novembro de 2011, publicado no DOE de 11 de novembro de 2011, retificado pelo Edital nº2 - PC/CE, datado de 1º de dezembro de 2011, publicado no DOE de 13 de dezembro de 2011, Homologado pelo Edital nº22 - PC/CE de 26 de março de 2014, publicado no DOE de 22 de abril de 2014, considerando a 1ª Reclassificação do Resultado Final no Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe - 2ª Turma, publicado no Edital nº24 - PC/CE de 11 de março de 2015, publicado no DOE de 10 de junho de 2015, em atenção à decisão proferida nos autos do Processo nº0078931-21.2013.8.06.0001, que teve andamento na 4ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **tornam pública a inclusão** da candidata **RAFAELA MARIA LOPES DE BRITO**, inscrição nº10011857, no resultado final no Curso de Formação Profissional e no resultado final no concurso público, divulgados por meio dos subitens 2.1.1 e 3.1.1 do Edital nº20 - PC/CE, de 24 de março de 2014, publicado no DOE de 04 de abril de 2014, conforme a seguir especificado.

Torna público, ainda, em decorrência da inclusão acima, que os candidatos com classificação a partir da 799ª posição passam a ter a sua classificação alterada, mediante a inclusão de uma unidade.

[...]

**2 DO RESULTADO FINAL NO CURSO DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL**

[...]

2.1 Resultado final no Curso de Formação Profissional, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final no curso de formação profissional.

[...]

2.1.1 Resultado final no Curso de Formação Profissional dos candidatos sub judice, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota final no curso de formação profissional.

10011857, Rafaela Maria Lopes de Brito, 8.49.

[...]

**3 DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO**

[...]

10017462, Francisco Policarpo Rocha da Silva, 78.76, 615/10010056, Aquilles Greco Augusto Landim Junior, 78.73, 616/10009213, Ana Lidia Nogueira Fonteles, 78.53, 617/10009219, Francisco Alexandre Barbosa, 78.52, 618/10005350, Arthur Felipe Chagas Rubens, 78.43, 619/10000283, Marcelo Jessy Melo Mota, 78.42, 620/10021493, Breno Timbo Magalhaes Bizarria, 78.42, 621/10006646, Igor Reinaldo da Silva, 78.36, 622/10021625, Agrimar Sucupira Lima, 78.32, 624/10003629, Antonio Jackson Rodrigues da Costa, 78.32, 625/10005641, Reginaldo Cruz de Freitas, 78.30, 626/10011150, Keyviuce Gomes de Alcantara, 78.30, 627/10009145, Geovan Castro Araujo, 78.28, 628/10020429, Larissa Coelho Bezerra Domingues, 78.28, 629/10006759, Romario Rocha Rodrigues, 78.28, 630/10000574, Alexandre Maia Ximenes, 78.27, 631/10007404, Roberio Agostinho de Oliveira, 78.24, 632/10016078, Joao Taciano Sampaio Oliveira, 78.21, 634/10002013, Jeneilson Thompson Caminha Nunes, 78.21, 635/10015296, Flavio Franchi Andrade da Silva, 78.18, 636/10006387, Jose Maia Gadelha Junior, 78.18, 637/10002643, Weliberto Campelo Pacifico, 78.16, 638/10022535, Joao Inacio Prado Afonso de Miranda, 78.15, 639/10009491, Joao Pacelli Dantas da Silva, 78.15, 640/10011486, Antonio Darlan de Araujo Lopes, 78.13, 641/10014646, Marcia Roberta Pinheiro Peixoto Holanda, 78.13, 642/10003593, Caio Felipe Paiva Diogenes, 78.13, 643/10008679, Aderbal Herculano Batista Neto, 78.12, 644/10001153, Emmanuelle Soares Estrela Abrantes, 78.11, 645/10017622, Rafael de Paula Freitas, 78.11, 646/10008946, Antonio da Silva Moraes, 78.10, 647/10010718, Rairon Ramiller Ribeiro Araujo, 78.08, 648/10001105, Jose de Lima Uchoa Neto, 78.07, 649/10004675, Fernanda Lucia de Sousa Cavalcante, 78.05, 650/10000307, Vinicius da Paz Monteiro Rufino, 78.05, 651/10006654, Joao Paulo Mineiro Rocha, 78.04, 652/10015673, Denival Vieira Fonseca, 78.02, 653/10007072, Iasodara Eneas Bentes, 77.97, 654/10010938, Leandro Oliveira Bessa, 77.95, 655/10001464, Jose Afelio Saraiva Diniz Junior, 77.94, 656/10007175, Francisco das Chagas Morais Sipaubá, 77.91, 657/10002444, Gleidson da Costa Ferreira, 77.90, 658/10016960, Fernando Felipe Ferreyra Ramirez, 77.85, 659/10006172, Marcelo de Sousa Pires, 77.83, 660/10009784, Paloma de Paula Pereira, 77.81, 661/10001345, Sergio Lazlo de Sousa, 77.80, 662/10022763, Jose Hugo Grangeiro Junior, 77.78, 663/10017286, Milvia Karla Rezende de Moura, 77.77, 664/10000476, Alessandro Rodrigues Rocha, 77.77, 665/10017867, Veronica Karla Lima de Freitas, 77.77, 666/10001378, Jose Moreira Filho, 77.76, 667/10002694, Priscila Carneiro de Santana, 77.75, 668/10002295, Marco Antonio de Oliveira Fagundes, 77.72, 669/10001193, Antonio Vieira Cartaxo Filho, 77.71, 670/10020030, Renilson dos Santos Silva, 77.66, 671/10003503, Eduardo Sousa de Goes, 77.66, 672/10004271, Andre Diego Monteiro Espanga, 77.64, 673/10005206, Liviane Cordeiro Soares, 77.63, 674/10005737, Cicero Sobreira Gomes, 77.62, 675/10014216, Jose Francisco Mourao Brito, 77.62, 676/10010136, Clediane Maria Lima Holanda, 77.60, 677/10015848, Ricardo Ribeiro de Oliveira, 77.58, 678/10013887, Dayana Freitas Sousa, 77.55, 679/10004931, Karlos Ribeiro Filho, 77.54, 680/10009357, Jaime Jose Saraiva Junior, 77.51, 681/10019609, Leandro Nogueira Araujo, 77.50, 682/10016066, Igor de Oliveira Cabral, 77.48, 683/10003709, Giselly Mesquita Maia, 77.43, 684/10014388, Francisco Carlos Rocha Holanda, 77.43, 685/10011785, Antonio Ytallo Silva Costa, 77.42, 686/10007777, Roberto Sinibaldi, 77.40, 687/10006299, Carlos Andre Cruz Angelim, 77.40, 688/10007156, Marcio Fernandes Sousa da Silva, 77.39, 689/10007723, Juliano do Nascimento Barreto, 77.38, 690/10005890, Natalia Helena Rodrigues da Silva, 77.35, 691/10014636, Manoel Lindomar das Chagas, 77.34, 692/10004389, Edival Rodrigues da Silva, 77.32, 693/10013004, Francisco Rafael Rodrigues de Sousa, 77.32,



694/10016605, Jose Djalma Goncalves Junior, 77.31, 695/10006602, Francisco das Chagas dos Anjos, 77.25, 696/10019517, Manzzine Lacerda de Sa, 77.24, 697/10000826, Carlos Alberto Aguiar Gouveia Filho, 77.19, 698/10009310, Antonio Henrique Gomes de Araujo, 77.18, 699/10015328, Joel Ferreira de Melo, 77.18, 700/10009642, Saulo Pereira de Sousa, 77.17, 701/10009701, Carlos Eduardo Borges Araujo, 77.15, 702/10011607, Jardel Max Silveira Pinto, 77.14, 703/10012657, John Herbeth Aguiar Costa, 77.14, 704/10003611, Manoel Machado de Franca Filho, 77.12, 705/10008882, Francisco Cristiano do Nascimento Freitas, 77.12, 706/10001706, Daniele Vidal de Castro Barros, 77.11, 707/10019887, Viviane Cavalcante Lima, 77.10, 708/10013169, Ronie Erick Ferreira Barros, 77.09, 709/10010534, Cicero Thiago Bonifacio de Sousa, 77.05, 710/10001627, Thales Cordeiro Barbosa, 77.04, 711/10009566, Livia Montezuma Sales Farias, 77.04, 712/10007476, Ana Luiza Coelho, 77.01, 713/10012480, Joyce Dayanne Mesquita Teixeira, 76.99, 714/10001875, Luciene Benedito de Sousa, 76.99, 715/10010906, Davi da Silva Almeida Saraiva, 76.99, 716/10000119, Leonardo Lopes Leandro, 76.99, 717/10003696, Joao de Freitas Brasil Neto, 76.98, 718/10020822, Joaris da Silva Junior, 76.95, 719/10020354, Francisco Elias de Franca Neto, 76.95, 720/10002637, Gutemberg Rocha Pereira, 76.93, 721/10010052, Nancelio Alves de Moraes, 76.92, 722/10022060, Eduardo de Saboia Xavier, 76.92, 723/10001992, Michel Adriano Lopes Mauricio, 76.92, 724/10006656, Francisca Adriana Mesquita da Silva, 76.90, 725/10008863, Pedro de Araujo Silva Neto, 76.90, 726/10018654, Alex Nicol de Castro Chaves, 76.90, 727/10010045, Wilson Carvalho Filho, 76.89, 728/10011601, Iury Machado de Saboia, 76.88, 729/10007180, Francisco Regiano de Oliveira Lima, 76.88, 730/10018306, Antonio Chaves Pinto Junior, 76.87, 731/10011493, Sandro Weyman Tavares Tavora, 76.87, 732/10005636, Wilson Camurca Neto, 76.86, 733/10015525, Jean Paul Aguiar de Aquino, 76.85, 734/10016908, Thales Cardoso Pinheiro, 76.82, 735/10013745, Jackson Oliveira de Melo, 76.82, 736/10005875, Luiz Lopes Pereira Junior, 76.81, 737/10003733, Rogerio Ramos de Oliveira, 76.81, 738/10006175, Francisca Jane Karla Silva Melo, 76.81, 739/10005421, Kelven Henrique Pereira de Almeida, 76.81, 740/10000933, Harpley Ribeiro Maciel, 76.80, 741/10014324, Anderson de Oliveira Duarte Cavalcante, 76.79, 742/10022878, Ricardo Costa Rodrigues dos Santos, 76.77, 743/10005183, Samuel Victor Lima Araujo, 76.75, 744/10011985, Diego de Queiroz Ribeiro, 76.74, 745/10007168, Antonio Cesar Almino Lobo, 76.73, 746/10000550, Tatiana da Silva Soares, 76.70, 747/10020033, Emmanuela Catunda Lopes Ferreira, 76.69, 748/10002986, William Marinho de Andrade Junior, 76.68, 749/10007545, Jose Jorgelito Oliveira Junior, 76.64, 750/10000663, Thiago Nogueira Martins, 76.63, 751/10001836, Alyne Nobre Dantas, 76.62, 752/10006488, Maria Juliete Pereira Sampaio, 76.62, 753/10003522, Gilson Elano da Silva Ferreira, 76.61, 754/10001421, Francisco Washington de Miranda Soares, 76.61, 755/10017371, Francisco Tiago Silva Andrade, 76.61, 756/10007319, Joao Maria Vianey de Sena e Souza, 76.61, 757/10011225, Eliel de Sousa Freitas, 76.60, 758/10006328, Samuel Vascimon Cavalcante Nogueira, 76.60, 759/10004624, Michel Jefeson Cristiano Fideles, 76.59, 760/10006897, Diones Pedro Gomes, 76.58, 761/10010693, Talyta Pinto de Melo, 76.55, 762/10004770, Roberio Carmo de Assis, 76.54, 763/10002123, Roberta Alaila do Nascimento Trajano, 76.54, 764/10012905, Emmanuel Pinto Melo, 76.50, 765/10017471, Italo Leite da Silva, 76.48, 766/10018728, Lilian Geovania Costa Pinto, 76.47, 767/10000705, Felipe Nunes Dantas, 76.47, 768/10007559, Juliano de Pinho Pessoa Filho, 76.46, 769/10005921, Neirilene de Oliveira Moreira, 76.44, 770/10003324, Jose Wilker Oliveira Anibal, 76.44, 771/10002238, Anderson Monteiro Gomes, 76.43, 772/10009425, Daniel Borges de Araujo, 76.43, 773/10000521, Solange Barbosa Rocha, 76.43, 774/10001438, Johnson Presley Holanda Lavor, 76.39, 775/10008415, Marcus Vinicius Bastos Raulino, 76.37, 776/10000287, Tarcisio Regis Nobre Lima, 76.35, 777/10003106, Luciano Machado Leite, 76.30, 778/10000409, Osmildo Ferreira Estevam, 76.29, 779/10020701, Claudio Jose Patriolino Felix Lillo, 76.29, 780/10000033, Fabio Salviano de Sousa Sobrinho, 76.27, 781/10014665, Almir Cavalcante Bastos, 76.27, 782/10003488, Jorge Luis Mourao de Oliveira Filho, 76.24, 783/10019523, Renata Alves de Melo, 76.24, 784/10000246, Antonio Marcio do Nascimento Maciel, 76.20, 785/10016120, Roseli da Silva Amorim, 76.19, 786/10004811, Bruno Taciano de Oliveira, 76.19, 787/10007299, Roger Mano Vidal, 76.16, 788/10008619, Joao Paulo Araujo Freitas, 76.15, 789/10015682, Victor Reboucas Holanda, 76.15, 790/10012608, Karla Chaves Vieira, 76.11, 791/10005827, Leandro da Silva Lima, 76.11, 792/10004216, Jocyiane Araujo Leal, 76.10, 793/10019119, Gerardo Magela Lima Filho, 76.10, 794/10007627, Mac Thiago Barbosa da Silva, 76.09, 795/10005243, Sergio Henrique Oliveira Ferreira, 76.08, 796/10013983, Pedro Guimaraes Neto, 76.05, 797/10002918, Laercio Galvao Sales, 76.05, 798/10008841, Daiany Nogueira de Lima Silva,

75.98, 800/10017204, Willy Andersson Lima de Freitas, 75.95, 801/10000439, Raimundo Nonato Leandro da Cruz, 75.92, 802/10005001, Karitucia de Lima Araujo, 75.91, 803/10013324, Juliana Silva Chagas, 75.89, 804/10014211, Anna Alline Figueiredo Almeida, 75.87, 805/10009881, Jose Janailson Pereira de Oliveira, 75.87, 806/10000116, Jose Victor Lourenco Araujo, 75.86, 807/10014693, Waldemir Marques Sampaio, 75.82, 808/10021218, Adriana Lima de Souza, 75.81, 809/10004600, Cicero Araujo Tavares, 75.81, 810/10019312, Fagner Melo da Mota, 75.78, 811/10008626, Bruna Lustosa Pellegrini, 75.77, 812/10005666, Edson Xavier Lira da Silva, 75.72, 813/10012946, Joao Paulo Duarte Goncalves, 75.71, 814/10011674, Clevia do Nascimento Batista Lima, 75.71, 815/10003776, Judson Queiros dos Santos, 75.70, 816/10016728, Ivanildo Alves Porto Junior, 75.69, 817/10013736, Andreia Leite Andrade, 75.69, 818/10010751, Ramon EufRASINO do Amaral, 75.66, 819/10000467, Daniel Menezes Alencar Goncalves, 75.65, 820/10014990, Jose Murilo de Franca Filho, 75.65, 821/10015955, Wescley Santana Silva, 75.63, 822/10011332, Flavia Caroline Guilherme Novaes, 75.62, 823/10004215, Leonardo Bezerra da Silva, 75.61, 824/10009092, Jose Gleidson da Silva Santos, 75.58, 825/10001374, Fernando Romero, 75.57, 826/10018228, Pedro Siebra Bezerra, 75.57, 827/10014857, Hugo Figueiredo de Souza, 75.54, 828/10008722, Jose Rogerio da Silva Araujo, 75.53, 829/10004792, Lidia Mesquita da Silva, 75.53, 830/10008323, Jose Regilberto Gaspar Gomes, 75.52, 832/10001091, Roberta Jessica da Silva Mendes, 75.51, 833/10001824, Maria Claudia Alves de Oliveira, 75.50, 834/10006361, Felipe A Martins Monteiro, 75.47, 835/10001829, Fabio George Porfirio Lima da Silva, 75.45, 836/10004162, Daniel Tenorio Ferraz Gominho, 75.44, 837/10009368, Fernanda Clea Magalhaes de Sena, 75.44, 838/10000827, Joao Bosco de Sousa Junior, 75.42, 839/10019747, Alisson Cordeiro Fragoso, 75.41, 840/10009596, Luis Wagner Pereira Conde, 75.40, 841/10021660, Marcela Bastos Cavalcante, 75.39, 842/10007990, Kirna Karina Maia Fonseca, 75.38, 843/10004847, Thiago Seabra Pinto Bezerra, 75.38, 844/10020802, Romulo Storch Xavier, 75.38, 845/10002671, Rogislene Vieira Silva, 75.36, 846/10005367, Gilberto Gledson de Alencar Albuquerque, 75.35, 847/10005239, Vivianne Duarte Fraga, 75.32, 848/10012838, Francisco Alberto Bastos Barreto, 75.31, 849/10018652, Giliardo da Silva Lima, 75.31, 850/10000410, Jose Audizio Soares Junior, 75.30, 851/10010253, Elizeu Marques Gomes, 75.30, 852/10008797, Pedro Henrique Xavier da Costa, 75.29, 853/10004650, Rebeca Teixeira de Almeida, 75.28, 854/10010447, Francisco Luzardo da Silva, 75.27, 855/10016039, Antonio Rodrigo Felix Rodrigues, 75.25, 856/10004315, Gizelle Cristina de Oliveira Queiroz, 75.25, 857/10001081, Gleidson Torres Melo, 75.23, 858/10011737, Sandro Siqueira Costa Almeida, 75.22, 859/10002967, Franklin Delambre Matos de Souza, 75.21, 860/10000868, Aucileide Souza de Araujo, 75.20, 861/10020834, Ligia Monteiro de Oliveira, 75.19, 862/10001939, Antonio de Sousa Neto, 75.19, 863/10008129, Cristiane Zeneide Nascimento, 75.19, 864/10010275, Marcos Vinicius Goes Ferreira, 75.19, 865/10008966, Jose Nildo Cordeiro de Souza, 75.16, 866/10022969, Darlane Machado Gomes Portela, 75.13, 867/10016669, Wagner Luiz de Lima, 75.12, 868/10014594, Joao Rosa de Oliveira Neto, 75.10, 869/10008939, Miguel Arcanjo Tomaz Neto, 75.10, 870/10010924, Antonio Marcelo Brito Claudino, 75.09, 871/10010024, Ricardo Benevides Pinto, 75.09, 872/10001355, Alexandre Galdino Viana, 75.07, 873/10023476, Dayvidson Leonardo Arruda Guerra, 75.07, 874/10006735, Antonia Patricia Torres de Lima, 75.07, 875/10013446, Jamildo Duarte da Silva Junior, 75.06, 876/10004396, Vanuzia Maria Oliveira do Nascimento, 75.06, 877/10014829, Inacio de Sousa Alves, 75.06, 878/10003927, Antonio Platiny Damasceno Silva, 75.06, 879/10006063, Jose Manuel Barros Pereira Sobrinho, 75.05, 880/10023841, Ana Carolina Moreira de Sousa, 75.05, 881/10009589, Francisco Roberio Saraiva Lemos, 75.03, 882/10017732, Dangles Nascimento Dias, 75.02, 883/10013525, Rafael Pinheiro Moura, 75.01, 884/10016981, Tiago Henrique de Queiroz Camara, 74.99, 885/10010549, Ewerton Aguiar de Souza, 74.99, 886/10004750, Vanessa Lucia da Silva, 74.98, 887/10002302, Francisco Eduardo Pereira Alves, 74.97, 888/10005562, Everton Costa de Oliveira, 74.97, 889/10015077, Candido Inacio Leopoldino Santos, 74.96, 890/10015317, Jose Deuzimar de Santana Junior, 74.94, 891/10009049, Glailton Lopes de Sousa, 74.93, 892/10012688, Elias de Brito Rodrigues, 74.90, 893/10020003, Silvana Portela Albuquerque, 74.89, 894/10013927, Martha Caroline Goncalves de Sa Costa, 74.89, 895/10008017, Antonio Adeilmo Braga Silva, 74.85, 896/10017080, Deborah Herville Lima de Oliveira, 74.83, 897/10014607, Luiz Helio Costa Carvalho, 74.82, 898/10009258, Jose Frota Correia Lima, 74.81, 899/10012700, Fabio Barroso de Souza, 74.77, 900/10020665, Gilmar Fernando de Lima Junior, 74.75, 901/10020343, Rafael Barbosa Goncalves, 74.72, 902/10019918, Diego Moraes de Vasconcelos, 74.71, 903/10006256, Jose Marcio Sousa de Araujo, 74.70, 904/10014491, Ana Katia Timbo Farias, 74.70, 905/10011773, Heitor Sampaio Batista,

74.69, 906/10022766, Wellington Cavalcante Ferreira, 74.68, 907/10001722, Raul Emmanuel Cavalcante Gomes de Melo, 74.67, 908/10020903, Walkley Augusto Cosmo dos Reis, 74.67, 909/10017376, Luiz Gustavo de Sousa Moura, 74.67, 910/10003465, Elisson Jorge de Brito Bezerra, 74.66, 911/10012049, Mariana Ferreira Nogueira, 74.66, 912/10007755, Solania Evangelista de Moura, 74.65, 913/10003329, Wytalo Sergio Saraiva Costa, 74.64, 914/10007507, Paulo Jose Alves Pinto Junior, 74.62, 915/10006858, Soraya Costa Cavalcante, 74.61, 916/10003569, Giselly Bezerra Gomes, 74.60, 917/10009824, Tassia Mirelly Gomes Araujo, 74.58, 918/10019105, Ademar Lopes de Faria, 74.58, 919/10001016, Delano Alencar Leite, 74.57, 920/10018292, Jorge Allan Fontenelle Leitao, 74.57, 921/10018808, Kilber Rocha de Castro, 74.56, 922/10005126, Rafael Mesquita Landim, 74.55, 923/10005906, Lara Lima de Alencar, 74.55, 924/10008812, Rafael Matos Ramos, 74.54, 925/10014563, Luciana de Jesus Santana, 74.53, 926/10006214, Andson Carneiro Amarante, 74.51, 927/10019234, Samir Avelino Sena, 74.51, 928/10011000, Fabio Oliveira Benevides, 74.50, 929/10017098, Luciano Augustinho da Silva, 74.49, 930/10013041, Eugenio de Pontes Neto, 74.48, 931/10013388, Paulo Elson Fernandes Gadelha, 74.47, 932/10014527, Clarisse Parente Ferreira, 74.46, 933/10006496, Alexandre Michiles de Castro Costa, 74.44, 934/10003816, Keyvianne Gomes de Alcantara, 74.44, 935/10004488, Cristiano Antunes Ripardo, 74.44, 936/10011196, Joao Paulo Marques, 74.42, 937/10006610, Natercia Costa Marreiro, 74.42, 938/10005407, Klehilton Sales Mendonça Pereira, 74.40, 939/10004372, Natanael Alves da Silva, 74.35, 940/10001246, Josenilton Leite Lima, 74.35, 941/10014381, Francisco Talis Gomes Silva, 74.33, 942/10001274, Maria Rosangela Alves de Oliveira, 74.30, 943/10011095, Ivanildo Pereira Rodrigues, 74.29, 944/10017717, Susyane Silva dos Santos, 74.28, 945/10001877, Raquel Vitoriano Carvalho, 74.27, 946/10004066, Fernando Antonio Barbosa Junior, 74.26, 947/10003531, Helson Ferro de Araujo, 74.26, 948/10010247, Raquel Gondim Candido, 74.25, 949/10021457, Mirtes Matos de Almeida, 74.23, 950/10004801, Mardonio Vieira de Souza, 74.22, 951/10005258, Edmar da Cruz Ferreira, 74.20, 952/10011699, Edilson Lucio de Carvalho, 74.18, 953/10012201, Clecio Batista Bonfim, 74.17, 954/10004347, Antonio Luiz Gouveia de Moura, 74.00, 955/10012154, Marcos Andre da Silva dos Santos, 73.96, 956/10000095, Luiz Antonio Costa da Silva, 73.88, 957/10009455, Eder Pinheiro Chaves, 73.87, 958/10014817, Helia Maria de Lima Freitas, 73.85, 959/10008902, Joao Ricardo Lima de Sena, 73.85, 960/10012551, Renata Filgueiras Siqueira, 73.79, 961/10004206, Welson Gomes Pires, 73.78, 962/10022771, Luis Eduardo dos Santos Nascimento, 73.77, 963/10014997, Heitor Renne Sindo Lobo, 73.77, 964/10006181, Samuel da Cunha Lopes, 73.77, 965/10019538, Mairton Laurindo de Lima, 73.77, 966/10010546, Geisa Guimaraes de Almeida, 73.77, 967/10000524, Fabio de Sousa Lima, 73.75, 968/10007331, Cassius Silveira Castelo Branco, 73.75, 969/10000583, Tiago Bento Moraes, 73.74, 970/10020488, Lidiane de Souza Almeida, 73.73, 971/10002879, Antonio Marcio Rios de Souza, 73.71, 972/10013907, Erika de Almeida Uchoa, 73.67, 973/10003616, Edilson Batista Frota, 73.67, 974/10008229, Luciviano Barbosa Santos, 73.61, 975/10006236, Pedro Henrique Pordeus Lopes Carvalho, 73.58, 976/10007418, Geovany de Castro Alencar, 73.56, 977/10008100, Francisco Ideval Ferreira Guedes, 73.45, 978/10004467, Elaine Gomes Monteiro, 73.44, 979/10008907, Lindalva da Silva Santos Dionisio, 73.43, 980/10012092, Fabiano Silva de Aguiar, 73.39, 981/10007346, Moacir Rodrigues do Carmo Junior, 73.36, 982/1000696, Andre Barbosa Moraes, 73.34, 983/10004523, Dewayne Mesquita Sousa, 73.29, 984/10004117, Osvaldo Ximenes Firmeza, 73.28, 985/10003313, Sandra Helena Girao, 73.27, 986/10017083, Regiane dos Santos Silva, 73.23, 987/10012393, Adecivaldo Rodrigues da Silva, 73.03, 988/10002010, Antonino Ascino da Silva, 72.97, 989/10009762, Jose Francialdo Pontes, 72.70, 990/10001616, Paulo Henrique Santiago Brito, 72.49, 991.

3.1.1 Resultado final no concurso público dos candidatos sub judice, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação, nota final e classificação final no concurso público.

10007284, Marcelo Augusto de Alencar Almeida, 78.35, 623/10010359, Ludimilla Bezerra Barreira Rodrigues, 78.22, 633/10011857, Rafaela Maria Lopes de Brito, 75.99, 799/10005541, Henrique Kleiber de Souza, 75.52, 831.

[...]

Delci Carlos Teixeira

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

## EDITAL Nº29 – SSPDS/SEPLAG.

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE - CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - LIMINAR

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista a realização do concurso público para provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe, regido pelo Edital nº01/2014-SSPDS/SEPLAG, publicado no DOE de 19 de setembro de 2014, e suas retificações, tornam pública a convocação para a prova de avaliação psicológica, em cumprimento à decisão proferida nos autos do processo nº0019474-53.2016.8.06.0001, da 7ª vara da Fazenda Pública, da Comarca de Fortaleza - CE, conforme informações adiante:

UNIFORUNIVERSIDADE DE FORTALEZA BLOCO B

AV. WASHINGTON SOARES, 1321

EDSON QUEIROZ - FORTALEZA CE

Data: 15/05/2016 Hora: 14:00 (Horário de Fortaleza) Sala: 001

Cargo: 002 Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe

nome	documento	inscrição	
JANDER MARTINS PEREIRA BARROS	297130096	04209966	Liminar

### DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O candidato deverá comparecer ao local da prova com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitidos retardatários, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

O candidato ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter qualquer aparelho eletrônico desligado que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso.

Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar máquinas calculadoras, pagers, telefones celulares, tablets, relógios digitais, gravadores, máquinas fotográficas ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos, ainda, boné, gorro, chapéu, óculos de sol e/ou outros materiais não classificados como estritamente necessários à realização da prova. Serão admitidos na sala onde realizará a prova o candidato que estiver trajado de forma compatível e munido de caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul, e um dos seguintes documentos de identificação, no original, com foto que permita sua identificação, expedido por órgão oficial:

- cédula de identidade (RG);
- carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas ou pelas Polícias Militares ou pelos Corpos de Bombeiros Militares;
- carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal nº9.503/1997;
- passaporte;
- carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Certificado Militar.

Não serão aceitos, para efeito de identificação, documentos sem foto, tais como Boletim de Ocorrência, Protocolos de requisição de documentos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei nº9.503/1997, Carteira de Estudante, Crachás, dentre outros.

A Fundação VUNESP poderá fornecer, antes do início da prova, embalagem plástica, para o acondicionamento de objetos pessoais do candidato, que será lacrada, e somente poderá ser aberta no final da aplicação e fora do local de prova.

A embalagem plástica deverá permanecer lacrada durante todo o processo. No interesse público e, em especial dos candidatos, poderá ser solicitada, na Lista de Presença, a autenticação digital do candidato.

Se, por qualquer motivo, não for possível a autenticação digital, o candidato deverá apor sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

Caberá a Fundação VUNESP e, somente a ela, o fornecimento de todo o material necessário para a realização da avaliação psicológica.

A metodologia a ser utilizada poderá envolver: entrevistas, técnicas psicológicas e/ou testes a serem desenvolvidos/aplicados individualmente ou em grupo.

A aplicação da avaliação psicológica será realizada por uma equipe de psicólogos a ser designada pela Fundação VUNESP, a qual emitirá um laudo, conforme as especificações legais às regras para os candidatos



aptos para o exercício das atribuições específicas do Concurso Público. Serão utilizados testes psicológicos validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, reiterando-se que, a aplicação poderá ser composta, por técnicas e testes de avaliação psicológica de aplicação coletiva e/ou individual.

O candidato, ao terminar os testes, entregará ao aplicador todo o seu material de avaliação.

Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala ou local de prova.

Nenhum candidato poderá retirar-se do local da prova da avaliação psicológica sem autorização expressa do responsável pela aplicação.

O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao aplicador todo o seu material de exame.

Serão excluídos do Concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;
- apresentar-se à prova em outro local que não seja o previsto no Edital de Convocação;
- não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- não apresentar documento de identificação conforme previsto neste Edital;
- ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- retirar-se do local de realização da prova antes do tempo estabelecido;
- for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outras pessoas, bem como utilizando livro, anotação, impressos não permitidos ou máquina calculadora;
- estiver portando em seu bolso qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação ligado ou fazendo uso de quaisquer destes no prédio de realização da prova;
- estiver fazendo uso de óculos de sol, boné, gorro ou chapéu;
- lançar mão de meios ilícitos para execução de prova;
- não devolver integralmente o material solicitado ao final da prova;
- ausentar-se da sala de prova levando material sem autorização;
- perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada pela aplicação das provas.

E, que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Edital.

Fortaleza/CE, 28 de abril de 2016.

Delcí Carlos Teixeira

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL Nº30 – SSPDS/SEPLAG.

#### DIVULGA O RESULTADO DA PROVA DE DIGITAÇÃO COM A NOTA E CONVOCA PARA PROVA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO CONCURSO PARA O CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL 1ª CLASSE

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL E O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista a realização do concurso público para provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe, regido pelo Edital nº01/2014-SSPDS/SEPLAG, publicado no DOE de 19 de setembro de 2014, e suas retificações, tornam pública o resultado da prova prática de digitação e convocação para a prova de avaliação psicológica, conforme informações adiante:

#### 1 – RESULTADO DA PROVA DE DIGITAÇÃO

Inscrição	Nome	Documento	Nota	Situação
04329481	AILSON MEDEIROS VIEIRA	2171298	7,15	Apto (liminar)

#### 2. VISTA DA PROVA

Haverá vistas da Prova de Digitação, arquivo eletrônico, mediante acesso no endereço [www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br), na página específica do Concurso da Polícia Civil do Estado do Ceará, durante o período recursal para todos os candidatos que realizaram a prova de digitação. A contraprova do arquivo eletrônico assinada pelo candidato na oportunidade da aplicação está no arquivo desta organizadora.

#### 3. RECURSOS

O prazo para interposição de recursos contra o resultado da prova prática de digitação será nos dias 11 e 12 de abril de 2016, a partir das 8 horas até 23h59, no endereço eletrônico [www.vunesp.com.br](http://www.vunesp.com.br), seguindo as instruções ali contidas, nos termos do Capítulo 20 do Edital.

#### 4. CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA UNIFORUNIVERSIDADE DE FORTALEZA BLOCO B

AV. WASHINGTON SOARES, 1321

EDSON QUEIROZ - FORTALEZA CE

Data: 15/05/2016 Hora: 14:00 (Horário de Fortaleza) Sala: 001

Cargo: 002 Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe

Nome	Documento	Inscrição
AILSON MEDEIROS VIEIRA	2171298	04329481 (liminar)

#### DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O candidato deverá comparecer ao local da prova com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitidos retardatários, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

O candidato ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter qualquer aparelho eletrônico desligado que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso.

Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar máquinas calculadoras, pagers, telefones celulares, tablets, relógios digitais, gravadores, máquinas fotográficas ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos, ainda, boné, gorro, chapéu, óculos de sol e/ou outros materiais não classificados como estritamente necessários à realização da prova. Serão admitidos na sala onde realizará a prova o candidato que estiver trajado de forma compatível e munido de caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul, e um dos seguintes documentos de identificação, no original, com foto que permita sua identificação, expedido por órgão oficial:

- cédula de identidade (RG);
- carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas ou pelas Polícias Militares ou pelos Corpos de Bombeiros Militares;
- carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal nº9.503/1997;
- passaporte;
- carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Certificado Militar.

Não serão aceitos, para efeito de identificação, documentos sem foto, tais como Boletim de Ocorrência, Protocolos de requisição de documentos, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei nº9.503/1997, Carteira de Estudante, Crachás, dentre outros.

A Fundação VUNESP poderá fornecer, antes do início da prova, embalagem plástica, para o acondicionamento de objetos pessoais do candidato, que será lacrada, e somente poderá ser aberta no final da aplicação e fora do local de prova.

A embalagem plástica deverá permanecer lacrada durante todo o processo. No interesse público e, em especial dos candidatos, poderá ser solicitada, na Lista de Presença, a autenticação digital do candidato.

Se, por qualquer motivo, não for possível a autenticação digital, o candidato deverá apor sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

Caberá a Fundação VUNESP e, somente a ela, o fornecimento de todo o material necessário para a realização da avaliação psicológica.

A metodologia a ser utilizada poderá envolver: entrevistas, técnicas psicológicas e/ou testes a serem desenvolvidos/aplicados individualmente ou em grupo.

A aplicação da avaliação psicológica será realizada por uma equipe de psicólogos a ser designada pela Fundação VUNESP, a qual emitirá um laudo, conforme as especificações legais às regras para os candidatos aptos para o exercício das atribuições específicas do Concurso Público. Serão utilizados testes psicológicos validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, reiterando-se que, a aplicação poderá ser composta, por técnicas e testes de avaliação psicológica de aplicação coletiva e/ou individual.

O candidato, ao terminar os testes, entregará ao aplicador todo o seu material de avaliação.

Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala ou local de prova.

Nenhum candidato poderá retirar-se do local da prova da avaliação psicológica sem autorização expressa do responsável pela aplicação.



O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao aplicador todo o seu material de exame.

Serão excluídos do Concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;
- b) apresentar-se à prova em outro local que não seja o previsto no Edital de Convocação;
- c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento de identificação conforme previsto neste Edital;
- e) ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- f) retirar-se do local de realização da prova antes do tempo estabelecido;
- g) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outras pessoas, bem como utilizando livro, anotação, impressos não permitidos ou máquina calculadora;
- h) estiver portando em seu bolso qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação ligado ou fazendo uso de quaisquer destes no prédio de realização da prova;
- i) estiver fazendo uso de óculos de sol, boné, gorro ou chapéu;
- j) lançar mão de meios ilícitos para execução de prova;
- k) não devolver integralmente o material solicitado ao final da prova;
- l) ausentar-se da sala de prova levando material sem autorização;
- m) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- n) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada pela aplicação das provas.

E, que ninguém possa alegar desconhecimento é expedido o presente Edital.

Fortaleza/CE, 28 de abril de 2016.

Delci Carlos Teixeira

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

### POLÍCIAMILITAR DO CEARÁ

**PORTARIA Nº054/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, inc. III, Art.31, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº096/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 2º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº18.369 **EVERARDO GONÇALVES BESERRA**, M.F.: 125.306-1-1. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº055/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº097/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Subtenente PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o 1ºSGT PM nº10.833 **JOÃO OLIVEIRA DA SILVA**, M.F.: nº087.386-1-0. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº056/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º,

letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº098/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 3º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº20528 **BELJAMIM SARAIVA SALDANHA JÚNIOR**, M.F.: nº134.762-1-7. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº057/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº099/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Cabo PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº22.193 **GLAUBER DOS SANTOS GUEDES**, M.F.: nº300.635-1-1. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 29 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº058/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº100/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Subtenente PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o 1ºSGT PM nº10.511 **ANTÔNIO GILDO PINHEIRO DE ALMEIDA**, M.F.: nº009.915-1-1. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº059/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº101/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 2º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº19.291 **ELIEZER ARAÚJO DE FARIAS**, M.F.: nº127.508-1-1. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva

CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº061/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº103/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Subtenente PM, em ressarcimento de





preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o 1º SGT PM nº9.775 **ANTÔNIO CÉZAR SALES DE SOUSA**, M.F.: nº088.812-1-9. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº062/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº104/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 1º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Cabo PM nº16809 **JOSÉ GLEISON MENEZES FREITAS**, M.F.: nº109.308-1-9. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº063/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº105/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Cabo PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº12.818 **EVANDRO DO NASCIMENTO ALVES**, M.F.: nº098.024-1-X. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº064/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "A", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº110/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 3º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Soldado PM nº19.624 **CÍCERO EMMANUEL PEREIRA DOS SANTOS**, M.F.: nº134.708-1-2. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº065/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº109/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Subtenente PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o 1º SGT PM nº12.398 **JÚLIO SÉRGIO PAULINO DIAS**, M.F.: nº099.269-1-7. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de

Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº066/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº108/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de Subtenente PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o 1º SGT PM nº11.483 **ANTÔNIO SÉRGIO DOMINGUES FERREIRA**, M.F.: nº035.396-1-X. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº067/2016-CPP** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art.4º, em consonância com o inc. I, Art.3º, letra "C", inc. XVII, Art.7º, inc. I, Art.22, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares do Estado do Ceará), e ainda, conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças, por meio da Nota nº106/2016-CPP, publicada no BCG nº061, de 01.04.2016, RESOLVE: **promover** a graduação de 3º Sargento PM, em ressarcimento de preterição, pela modalidade de antiguidade, a contar de 24 de dezembro de 2015, o Cabo PM nº14.738 **FRANCISCO HÉLIO FERREIRA DE ARAÚJO**, M.F.: nº103.853-1-8. Por consequência, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria Administrativo-Financeira adotem as providências que lhes competem referente a este caso. QUARTEL em Fortaleza-CE, 28 de abril de 2016.

Geovani Pinheiro da Silva  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

\*\*\* \*\*

## PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ

O PERITO-GERAL DA PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº4120421/2015, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.3º da Emenda Constitucional Federal nº47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **ELZIMAR ANDRADE LEITE DA ESCOSSIA**, CPF 07129467304, ocupante do cargo de PERITO LEGISTA, classe 1, Grupo Ocupacional de Atividades de Polícia Judiciária - APJ, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº00483915, lotada na Perícia Forense do Estado do Ceara, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 07/07/2015, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

Descrição	Valor R\$
Subsídio (art.1º da Lei nº15.747 de 29 de dezembro de 2014 DOE 30/12/2014) .....	6.418,84
Total .....	6.418,84

PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de dezembro de 2015.

Maximiano Leite Barbosa Chaves  
PERITO-GERAL

\*\*\* \*\*

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº02/2015 PROCESSO Nº0987790/2015

ÓRGÃO GESTOR: Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFCE  
OBJETO: **Registro de preços, visando futuras e eventuais aquisição de material de consumo e laboratoriais descartáveis** para a Coordenadoria de Medicina Legal (COMEL) e a Coordenadoria de Laboratoriais Forense (CALF/DNA), cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº20150010 – PEFCE que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas

pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº0987790/2015. VIGÊNCIA: A Ata de Registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 13/05/2016 FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento fundamenta-se no Pregão Eletrônico nº20150010 – PEFCE, nos termos do Decreto Estadual nº28.087, de 10/1/2006, publicado D.O.E de 12/1/2006 e na Lei Federal nº8.666, de 21.6.93 e suas alterações. **EMPRESAS DETENTORAS DE PREÇO REGISTRADO: REGIFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP**, item 01 com valor unitário de R\$10,70 e quantidade de 177 pacotes com 500g; item 02 com valor unitário de R\$8,11 e quantidade de 200 unidades; item 03 com valor unitário de R\$17,05 e quantidade de 53 pacotes com 500 unidades; item 13 com valor unitário de R\$86,40 e quantidade de 04 rolos; item 14 com valor unitário de R\$204,00 e quantidade de 04 rolos; item 15 com valor unitário de R\$8,30 e quantidade de 20 rolos; item 22 com valor unitário de R\$37,84 e quantidade de 24 galões de 5 litros; item 24 com valor unitário de R\$3,17 e quantidade de 20.000 unidades; item 25 com valor unitário de R\$1,50 e quantidade de 930 unidades; item 26 com valor unitário de R\$6,20 e quantidade de 662 unidades; item 28 com valor unitário de R\$0,48 e quantidade de 4.800 rolos; item 31 com valor unitário de R\$43,00 e quantidade de 635 unidades; **QUALY COMERCIAL EIRELI - EPP**; item 30 com valor unitário de R\$30,00 e quantidade de 730 tubos; **OLIVEIRA & ANDRADE DE MATTOS COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME**, item 17 com valor unitário de R\$8,20 e quantidade de 1.000 frascos com 1000 ml; item 18 com valor unitário de R\$7,01 e quantidade de 500 recipientes de 1 litro; item 19 com valor unitário de R\$10,16 e quantidade de 700 unidades; item 27 com valor unitário de R\$10,15 e quantidade de 900 rolos de 50 metros; **ZAPP COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO LTDA**, item 04 com valor unitário de R\$5,40 e quantidade de 291 caixas com 30 unidades; item 12 com valor unitário de R\$4,32 e quantidade de 127 unidades; item 32 com valor unitário de R\$5,94 e quantidade de 990 rolos; **SODINE SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DO NORDESTE LTDA**, item 16 com valor unitário de R\$8,36 e quantidade de 600 bombonas de 5 litros; **SPECIALAB PRODUTOS DE LABORATÓRIOS LTDA - EPP**, item 08 com valor unitário de R\$10,00 e quantidade de 36 pacotes com 100 unidades; item 09 com valor unitário de R\$10,00 e quantidade de 35 pacotes com 100 unidades; item 23 com valor unitário de R\$0,18 e quantidade de 20.000 unidades; item 29 com valor unitário de R\$1,60 e quantidade de 1.000 unidades; **AMMER COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS DO BRASIL**, item 20 com valor unitário de R\$27,90 e quantidade de 240 frascos com 1.000 ml; item 21 com valor unitário de R\$6,50 e quantidade de 1.788 recipientes de 1 litro. **SIGNATÁRIOS:** Genilson Guimarães Magalhães - Supervisor do Núcleo de Orçamento e Projetos; Francisco Reginaldo Alencar Costa - Sócio Administrador da Empresa Regifarma Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP; Valdemir Ferreira Barbosa - Diretor da Empresa Qualy Comercial Eireli; Adilson Adão Ribas de Oliveira - Sócio Administrador da Empresa Oliveira & Andrade de Mattos Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda ME; Maria Zulene Pereira Lima - Proprietária da Empresa Zapp Comércio de Informática e Serviços Ltda; Nivaldo Felisberto de Souza Junior - Representante Comercial da Empresa Sodine Soc. Dist. do Nordeste Ltda; Valdir Ceolin dos Santos - Sócio Proprietário da Empresa Specialab Produtos de Laboratórios Ltda - EPP; Julio César Ribeiro da Silva Filho - Representante Comercial da Empresa Ammer Comércio de Produtos Químicos do Brasil.

Taciane Vizzotto Nogueira  
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

### SECRETARIADO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**PORTARIA Nº097/2015 - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Parágrafo único do art.15 da Lei nº11.966, de 17 de junho de 1992, combinado com o art.5º do Decreto nº22.793, de 1º de outubro de 1993, **RESOLVE DESIGNAR, JANICE NEGREIROS VIANNA LEITÃO - Administrador, TEREZA ODETE TIMBÓ CORRÊA DE OLIVEIRA - Sociólogo, SOLANGE ROCHA ALcantara - Advogada, E TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA LIRA - Economista**, para sob a presidência da primeira, **comporem a COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO** dos servidores do Grupo

Ocupacional ADO desta Secretaria, referente ao exercício 2010/2011. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 06 de abril de 2015.

Josbertini Virgínio Clementino  
SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº080/2014 PROCESSO Nº2290675/2016

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, CONTRATANTE, sob o CNPJ nº08.675.169/0001-53, com sede nesta Capital, na rua Soriano Albuquerque, nº230, Joaquim Távora, com a interveniência do DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - DAE, inscrito no CNPJ nº13.543.312/0001-93, com sede na Avenida Alberto Craveiro, 2775 - Castelão, Fortaleza-CE, e a empresa **FORTEKS ENGENHARIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA EPP**, CONTRATADA, CNPJ nº23.585.979/0001-02, com sede na Rua Cezídio de Albuquerque, 240 - Cidade dos Funcionários, Fortaleza-CE, **RESOLVEM** firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato acima referido, nos termos da Lei nº8.666/93, alterada e consolidada, acordando com o Processo nº2290675/2016, parte integrante deste instrumento independente de transcrição. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo visa a **prorrogação do prazo** de execução do Contrato 080/2014, o qual tem como objeto as obras de construção de um centro socioeducativo masculino em Sobral, para adolescentes em conflito com a lei. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução do Contrato original será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, findando no dia 13 de junho de 2016. **RATIFICAÇÃO:** Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas anteriormente pactuadas. Fortaleza, 28 de abril de 2016. **ASSINANTES:** Josbertini Virgínio Clementino - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Silvio Gentil Campos Júnior - Departamento de Arquitetura e Engenharia e Mielli Ximenes Ripardo - Forteks Engenharia e Serviços Especiais LTDA EPP. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, CE, 18 de maio de 2016.

Daniele Barbosa de Oliveira  
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

### SECRETARIADO TURISMO

**PORTARIA Nº43/2016 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a servidora **MARIA DO SOCORRO ARAÚJO CÂMARA**, ocupante do cargo de Assessor Especial, símbolo DNS-3, matrícula nº300062.1-6, desta Secretaria do Turismo, a **viajar** à cidade de Palmácia - CE, no dia 13 de maio de 2016 a fim de participar da 17ª Reunião do Conselho Consultivo da APA da Serra de Baturité, concedendo-lhe 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R\$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$38,55 (trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de maio de 2016.

Luciana Mendes Lobo  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO TURISMO  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO Nº01/2016 - SETUR

A SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, doravante denominada **ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO**, com sede na Avenida Av. Washington Soares, 999 - Pavilhão Leste - 2º Mezanino - Edson Queiroz, Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº00.671.077/0001-93, neste ato representada por sua Secretária Executiva, Sra. Luciana Mendes Lobo, portadora da cédula de identidade de nº93002240246, órgão expedidor SSP/CE e do CPF/MF nº917.218.813-87, residente e domiciliado nesta capital, e a **CASA CIVIL**, daqui por diante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR DO CRÉDITO**, com sede na Avenida Barão de Studart, nº505, Meireles, nesta cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ sob o número 09.469.891/0001-02, neste ato representada por seu Secretário Executivo, Francisco José Moura



Cavalcante, portador da Cédula de Identidade RG 1207647 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº210.993.243-00, residente e domiciliado em Fortaleza-ce, resolvem celebrar o presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Fundamenta-se este Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário nas disposições da Lei Complementar nº101/2000, Leis Federais nºs4.320/64 e 8.666/93, Decreto Estadual nº29.623, de 14 de janeiro de 2.009, bem como nos elementos consubstanciados no Processo Administrativo acima epigrafado o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** Constitui objeto do presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário o projeto **“Descubra Ceará”**, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses, conforme especificado no Plano de Trabalho, que integra este instrumento independentemente de transcrição. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA** O presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, para consecução do seu objeto, podendo ser prorrogado através de termo aditivo. **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CRÉDITO DESCENTRALIZADO O ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO – SETUR** deverá efetuar a descentralização do Orçamento, no valor global de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), observadas as disposições do Decreto nº29.623, de 14 de janeiro de 2009, e em conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, constante do Plano de Trabalho em anexo. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESCENTRALIZADA** Dotação Orçamentária nº36100004.23.695.028.18609.03.449039.24859.1 **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES I – O Órgão Titular do Crédito, SETUR, se compromete a:** a) Efetuar a descentralização do orçamento programado, no valor total, ao Órgão Gerenciador do Crédito – CASA CIVIL, exclusivamente para a contratação de agência de publicidade e propaganda para o projeto “Descubra Ceará”, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses; b) Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos, objeto do presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário - TDCO; c) Analisar, excepcionalmente, as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e, desde que, não impliquem em mudança do objeto; d) Analisar as prestações de contas apresentadas pelo Órgão Gerenciador do Crédito – CASA CIVIL, aprovando aquelas que não contrariem as normas vigentes. II – O Órgão Gerenciador do Crédito, CASA CIVIL, se compromete: a) A executar o objeto do presente Termo de Descentralização Orçamentária, isto é, a contratação de agência de publicidade e propaganda para o projeto “Descubra Ceará”, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses; b) Aplicar os recursos da dotação orçamentária descentralizada exclusivamente na consecução do objeto do termo ora firmado; c) Garantir a conclusão do objeto deste Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário no prazo assinalado; d) Permitir e facilitar ao Órgão Titular do Crédito – SETUR o pleno acesso a toda documentação, bem como acessar as dependências e locais de execução do objeto ajustado; e) Comprovar o bom e regular emprego dos recursos recebidos, bem como os resultados alcançados; f) Assumir todas as obrigações, inclusive as legais decorrentes de contratações necessárias à consecução do objeto; g) Manter o Órgão Titular do Crédito – SETUR informado sobre quaisquer eventos que venham causar atraso no curso normal de execução do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário; h) Não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência prévia do Órgão Titular do Crédito – SETUR; i) Prestar contas, tempestivamente, até 30 dias da data fixada de encerramento do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário; j) Cancelar o saldo da dotação orçamentária descentralizada, findo o prazo de vigência do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, dentro do exercício fiscal em que o crédito orçamentário foi descentralizado. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os bens adquiridos, produzidos ou constituídos com os recursos deste Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário integrarão o patrimônio do Órgão Titular do Crédito Orçamentário – SETUR. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Órgão Titular do Crédito – SETUR poderá destinar os bens de que trata o parágrafo anterior para o Órgão Gerenciador – CASA CIVIL, na forma de doação, ou transferência patrimonial, mediante termo próprio que assim indique, com a

correspondente desincorporação do patrimônio, observada a legislação de regência. **CLÁUSULA SEXTA – DO ORDENADOR DE DESPESA** O Órgão Gerenciador do Crédito - CASA CIVIL designa como Ordenador de Despesa o Sr. Francisco José Moura Cavalcante, matrícula nº300033-1-4, inscrito no CPF nº025.949.603- 06, Secretário Executivo da CASA CIVIL. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO** As partes elegem o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para a solução de eventuais litígios derivados deste instrumento, desde que não resolvidas administrativamente, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente, Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Fortaleza, 18 de maio de 2016. LUCIANA MENDES LOBO (Secretária Executiva do Turismo - CPF: 917.218.813-87 - ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO) e FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE (Secretário Executivo da CASA CIVIL CPF: 210.993.243-00 - ÓRGÃO GERENCIADOR DO CRÉDITO).

Jamille Barbosa da Rocha Silva  
COORDENADORA DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO Nº02/2016 - SETUR

A SECRETARIA DO TURISMO – SETUR, doravante denominada ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO, com sede na Avenida Av. Washington Soares, 999 – Pavilhão Leste – 2º Mezanino – Edson Queiroz, Fortaleza – CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº00.671.077/0001-93, neste ato representada por sua Secretária Executiva, Sra. Luciana Mendes Lobo, portadora da cédula de identidade de nº93002240246, órgão expedidor SSP/CE e do CPF/MF nº917.218.813-87, residente e domiciliado nesta capital, e a CASA CIVIL, daqui por diante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR DO CRÉDITO, com sede na Avenida Barão de Studart, nº505, Meireles, nesta cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ sob o número 09.469.891/0001-02, neste ato representada por seu Secretário Executivo, Francisco José Moura Cavalcante, portador da Cédula de Identidade RG 1207647 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº210.993.243-00, residente e domiciliado em Fortaleza-ce, resolvem celebrar o presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Fundamenta-se este Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário nas disposições da Lei Complementar nº101/2000, Leis Federais nºs4.320/64 e 8.666/93, Decreto Estadual nº29.623, de 14 de janeiro de 2.009, bem como nos elementos consubstanciados no Processo Administrativo acima epigrafado o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** Constitui objeto do presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário o projeto **“Descubra Ceará”**, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, na internet em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses, conforme especificado no Plano de Trabalho, que integra este instrumento independentemente de transcrição. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA** O presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário terá sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016, para consecução do seu objeto, podendo ser prorrogado através de termo aditivo. **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CRÉDITO DESCENTRALIZADO O ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO – SETUR** deverá efetuar a descentralização do Orçamento, no valor global de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), observadas as disposições do Decreto nº29.623, de 14 de janeiro de 2009, e em conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, constante do Plano de Trabalho em anexo. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESCENTRALIZADA** Dotação Orçamentária nº36100004.23.695.028.18609.03.449039.24859.1 **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES I – O Órgão Titular do Crédito, SETUR, se compromete a:** a) Efetuar a descentralização do orçamento programado, no valor total, ao Órgão Gerenciador do Crédito – CASA CIVIL, exclusivamente para a contratação de agência de publicidade e propaganda para o projeto “Descubra Ceará”, que o projeto “Descubra Ceará”, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, na internet em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses; b) Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos, objeto do presente Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário - TDCO; c) Analisar, excepcionalmente, as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de



justificativas e, desde que, não impliquem em mudança do objeto; d) Analisar as prestações de contas apresentadas pelo Órgão Gerenciador do Crédito – CASA CIVIL, aprovando aquelas que não contrariem as normas vigentes. II – O Órgão Gerenciador do Crédito, CASA CIVIL, se compromete: a) A executar o objeto do presente Termo de Descentralização Orçamentária, isto é, a contratação de agência de publicidade e propaganda para o projeto “Descubra Ceará”, que o projeto “Descubra Ceará”, que compreende a criação, produção, execução e veiculação de peças publicitárias para a Campanha de Promoção do Destino Ceará, em regiões específicas, na internet em âmbito nacional e internacional, pelo período de 07 (sete) meses; b) Aplicar os recursos da dotação orçamentária descentralizada exclusivamente na consecução do objeto do termo ora firmado; c) Garantir a conclusão do objeto deste Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário no prazo assinalado; d) Permitir e facilitar ao Órgão Titular do Crédito – SETUR o pleno acesso a toda documentação, bem como acessar às dependências e locais de execução do objeto ajustado; e) Comprovar o bom e regular emprego dos recursos recebidos, bem como os resultados alcançados; f) Assumir todas as obrigações, inclusive as legais decorrentes de contratações necessárias à consecução do objeto; g) Manter o Órgão Titular do Crédito – SETUR informado sobre quaisquer eventos que venham causar atraso no curso normal de execução do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário; h) Não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência prévia do Órgão Titular do Crédito – SETUR; i) Prestar contas, tempestivamente, até 30 dias da data fixada de encerramento do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário; j) Cancelar o saldo da dotação orçamentária descentralizada, findo o prazo de vigência do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, dentro do exercício fiscal em que o crédito orçamentário foi descentralizado. PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens adquiridos, produzidos ou constituídos com os recursos deste Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário integrarão o patrimônio do Órgão Titular do Crédito Orçamentário – SETUR. PARÁGRAFO SEGUNDO: O Órgão Titular do Crédito – SETUR poderá destinar os bens de que trata o parágrafo anterior para o Órgão Gerenciador – CASA CIVIL, na forma de doação, ou transferência patrimonial, mediante termo próprio que assim indique, com a correspondente desincorporação do patrimônio, observada a legislação de regência. CLÁUSULA SEXTA – DO ORDENADOR DE DESPESA O Órgão Gerenciador do Crédito - CASA CIVIL designa como Ordenador de Despesa o Sr. Francisco José Moura Cavalcante, matrícula nº300033-1-4, inscrito no CPF nº025.949.603- 06, Secretário Executivo da CASA CIVIL. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO As partes elegem o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para a solução de eventuais litígios derivados deste instrumento, desde que não resolvidas administrativamente, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente, Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Fortaleza, 18 de maio de 2016. LUCIANA MENDES LOBO (Secretária Executiva do Turismo - CPF:917.218.813-87 - ÓRGÃO TITULAR DO CRÉDITO) e FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE (Secretário Executivo da CASA CIVIL - CPF: 210.993.243-00 - ÓRGÃO GERENCIADOR DO CRÉDITO).

Jamille Barbosa da Rocha Silva  
COORDENADORA DA ASJUR

\*\*\* \*\*

## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

#### ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art.19, VI, da Resolução nº389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), e nos termos do Art.17, III, da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **exonerar RAFAEL DRUMMOND PEREZ** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO EXECUTIVO II, símbolo DAS-3, integrante da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos da Resolução nº351 de 24/02/95,

publicada no Diário Oficial em 24/02/95. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º dia do mês de abril de 2016.

Dep. José Albuquerque  
PRESIDENTE  
Dep. Tin Gomes  
1º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Daniel Oliveira  
2º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Sérgio Aguiar  
1º SECRETÁRIO  
Dep. Manoel Duca  
2º SECRETÁRIO  
Dep. João Jaime  
3º SECRETÁRIO  
Dep. Joaquim Noronha  
4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

#### ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art.19, VI, da Resolução nº389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), e nos termos do Art.17, III, da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **nomear ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS** para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO EXECUTIVO II, símbolo DAS-3, integrante da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos da Resolução nº351 de 24/02/95, publicada no Diário Oficial em 24/02/95. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º dia do mês de abril de 2016.

Dep. José Albuquerque  
PRESIDENTE  
Dep. Tin Gomes  
1º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Daniel Oliveira  
2º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Sérgio Aguiar  
1º SECRETÁRIO  
Dep. Manoel Duca  
2º SECRETÁRIO  
Dep. João Jaime  
3º SECRETÁRIO  
Dep. Joaquim Noronha  
4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº05018/2016 de 13 de maio 2016. RESOLVE conceder à servidora **GLAUCIANNE LIMA MAIA**, Analista Legislativo, Matrícula nº023951, **Licença Maternidade** de 180 (cento e oitenta) dias de acordo com o art.100 da Lei nº9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cívicos do Estado), com a nova redação dada pela Lei nº13.881, de 24 de abril de 2007 e Decreto nº29.652, de 17.02.2009, a partir de 06/05/2016 até 02/10/2015. DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2016.

Savia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REFERÊNCIA PP Nº08/2016

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica aos interessados que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Presencial nº08/2016, no dia 09 de junho de 2016, com credenciamento das 14:00 às 14:15 horas e Início do Pregão: 14:30 horas, Horário Local. O Pregão Presencial refere-se ao objeto a seguir especificado: **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AERONAVES E HELICÓPTERO COM PILOTO, SOB DEMANDA, PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PELO CRITÉRIO DE QUILOMETROS VOADOS E HORA DE VÔO NA FORMA QUE SEQUE NO ANEXO I, EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTES PODER LEGISLATIVO.** O referido Edital



encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Desembargador Moreira, 2807, Edifício Anexo Senador César Cals, 5º andar, Sala 504 e no site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de maio de 2016.

João Tomaz Martins de Queiroz  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REFERÊNCIA PP Nº09/2016

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica aos interessados que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Presencial nº09/2016, no dia 06 de junho de 2016, com credenciamento das 14:00 às 14:15 horas e Início do Pregão: 14:30 horas, Horário Local. O Pregão Presencial refere-se ao objeto a seguir especificado: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS DESTINADOS À CANTINA DO PLENÁRIO DESTE PODER, EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.** O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Desembargador Moreira, 2807, Edifício Anexo Senador César Cals, 5º andar, Sala 504 e no site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de maio de 2016.

João Tomaz Martins de Queiroz  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº25/2013

ESPÉCIE: ADITIVO Nº4 AO CONTRATO Nº25/2015; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº2807; CONTRATADA: **REGISTER PUBLICIDADE LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, situada na Rua Carlos Barbosa, 590, Bairro Papicu, em Fortaleza/CE, com CNPJ/MF nº02.373.982/0001-92. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo tem como fundamento os Incisos: I e II todos do Art.57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, suas atualizações posteriores e o processo administrativo nº04146/2016, datado de 03/05/2016. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; OBJETO: **Prorrogação do contrato original** por mais 12 (doze) meses; VALOR: R\$6.718.750,00 (seis milhões setecentos e dezoito mil setecentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: • 01100002.01.122.500.17400.15.0000.339039.00000200 – Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. DA VIGÊNCIA: De 07 de junho de 2016 a 06 de junho de 2017; DA RATIFICAÇÃO: As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; DATA DE ASSINATURA: 17/05/2016 SIGNATÁRIOS: Sávía Maria de Queiroz Magalhães, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. Thomas Peter Barbosa pela empresa REGISTER PUBLICIDADE LTDA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de maio de 2016.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº04/2016 -DL

PROCESSO Nº04824/2016. OBJETO: **Contratação da empresa CONSTRUTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI EPP, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO PARA SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO, PARA ATENDER A DEMANDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.** JUSTIFICATIVA: 3. Salienta-se que a contratação, aqui requerida, foi objeto de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº02/2016, no entanto, a primeira sessão foi declarada fracassada e a segunda sessão foi deserta, conforme atas acostadas ao presente processo. VALOR: R\$21.099,96 (vinte e um mil noventa e nove reais e noventa e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01100002011225001739815000044903900000200 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 2. O Presente Termo Justificativo de Dispensa de Licitação tem como fundamento o Inciso V do Artigo 24, inciso V, da Lei 8.666, de 21 de

junho de 1993, com consolidação determinada pelo art.3º da Lei 8.883, de 06 de julho de 1994. **CONTRATADO: CONSTRUTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI EPP.** DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: É de bom alvitre mencionar que empresa contratada deverá atender às condições preestabelecidas no edital. Desse modo, foi anexada ao processo em epígrafe toda a competente documentação da empresa CONSTRUTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº00.223.835/0001-00. RATIFICAÇÃO: Considerando o Termo Justificativo emitido pela Ilustrada Comissão de Licitação e Controle de Contas desta Augusta Casa Legislativa, bem assim, considerando o amparo legal dos fatos alegados no referido Termo, RATIFICO a Presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a contratação da empresa CONSTRUTEC ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI EPP, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO PARA SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO, PARA ATENDER A DEMANDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme proposta comercial, Termo Justificativo de Dispensa de Licitação nº04/2016 e cláusulas constantes no Edital de Pregão Presencial nº02/2016, nos Termos do Art.26, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. DATA ASSINATURA: 17/05/2016. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de maio de 2016.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

#### CORRIGENDA AO ATO DA MESA DIRETORA

No Ato da Mesa Diretora datado de 02 de fevereiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado dia 16 de abril de 2015 que designa a servidora MARILDA VENUTO MARTINS: **ONDE SE LÊ: MARILDA VINUTO BARROS. LEIA-SE: MARILDA VENUTO MARTINS.** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 13 dias do mês de maio do ano de 2016.

Sávía Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

#### OUTROS

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – EXTRATO DE TERMO ADITIVO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2303.03/2016 – CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Acaraú-CE/Secretaria de Infraestrutura. **CONTRATADA: N. MARTINS CONSTRUTORA & EMPREENDIMENTOS EIRELI – ME. DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 19 de Maio de 2016. **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Concorrência Pública Nº 2303.03/2016. **OBJETO:** Contratação de serviços de pavimentação em pedra tosca nas Ruas: José Capistrano no Bairro de Piranhas; Cristina Cabral no bairro Saguim; José Maria dos Santos, Joaquim de Oliveira Magalhães e Neon Sales Lopes no Bairro Bailarina no Município de Acaraú-CE, conforme Projeto Básico. **FONTE DE RECURSOS:** Os valores do contrato celebrado com a empresa acima correrão por conta dos recursos oriundo do Termo de Ajuste Nº 015/CIDADES/2016 – Governo do Estado do Ceará – MAPP 3152 / Prefeitura Municipal de Acaraú-CE. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** José Carlos Camilo de Oliveira. **Cargo:** Secretário de Infraestrutura. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Nicacio Gomes Martins. **Cargo:** Sócio Administrador. **Acaraú-CE, 19 de Maio de 2016. José Carlos Camilo de Oliveira – Secretário de Infraestrutura.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1905.03/2016 – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 21 de Junho de 2016, às 14h, na Sede da Prefeitura localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 – B, Centro, estará realizando Licitação, na Modalidade Concorrência Pública, critério de Julgamento Menor Preço Global, tombado sob o Nº 1905.03/2016, com o seguinte Objeto: **Contratação de serviços de pavimentação em pedra tosca na Rua Principal (Trecho 01 e 02) e no acesso a Igreja Matriz, na Localidade de Barrinha de Baixo, no Distrito de Aranaú, do Município de Acaraú-CE,** conforme Projeto Básico. O Edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 – B, Centro, Acaraú-CE, Telefone: (88) 3661.1092, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas dos Municípios: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Acaraú-CE, 20 de Maio de 2016. Francisca Leoneide de Freitas Lima – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.****




**COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE**
**CNPJ Nº 07.220.874/0001-01**
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais societários e ao Estatuto Social da Companhia, temos a satisfação de apresentarmos o Relatório Anual de 2015, com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representado pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Ernest Young, tendo a auditoria independente emitido parecer no sentido de que às referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria coloca-se a disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Fortaleza, Maio de 2016.

A Diretoria

**Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014
		(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)	
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		32.478	5.416	12.712	33.094	7.304	13.770
Contas a receber de clientes		46.123	55.040	34.136	40.257	30.776	20.932
Estoques	4	24.011	22.675	25.599	27.028	27.633	28.151
Ativos biológicos	5	35.766	29.022	19.861	35.766	29.022	19.861
Impostos a recuperar	6	9.187	304	279	11.250	1.538	615
Outras contas a receber		4.582	5.889	11.060	7.722	6.294	11.906
<b>Total circulante</b>		<b>152.147</b>	<b>118.346</b>	<b>103.647</b>	<b>155.117</b>	<b>102.567</b>	<b>95.235</b>
<b>Não circulante</b>							
Aplicações financeiras		2.708	-	-	2.708	-	-
Depósitos judiciais		186	748	1.954	186	754	1.954
Impostos diferidos		-	-	-	14.718	-	-
Partes relacionadas		146	4.000	-	8	4.000	-
Investimentos	7	21.906	127	1.372	127	127	127
Ativos biológicos	5	49.679	44.764	34.442	49.679	44.764	34.442
Imobilizado	8	292.375	296.099	291.126	311.619	313.888	308.693
Intangível		237	150	113	560	563	640
<b>Total não circulante</b>		<b>367.237</b>	<b>345.888</b>	<b>329.007</b>	<b>379.605</b>	<b>364.096</b>	<b>345.856</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>519.384</b>	<b>464.234</b>	<b>432.654</b>	<b>534.722</b>	<b>466.663</b>	<b>441.091</b>

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2015	2014	01/01/2014	2015	2014	01/01/2014
		(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)	
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		25.186	24.257	6.872	30.380	25.761	8.249
Obrigações sociais		5.664	5.401	5.059	7.560	7.088	6.454
Empréstimos e financiamentos	9	71.253	77.821	57.933	72.352	78.964	58.604
Dividendos e participações		-	1.000	1.906	-	1.000	1.906
Impostos a recolher		4.532	1.558	3.163	4.827	1.926	3.317
Outras contas a pagar		4.395	493	1.435	4.491	520	1.463
<b>Total passivo circulante</b>		<b>111.030</b>	<b>110.530</b>	<b>76.368</b>	<b>119.610</b>	<b>115.259</b>	<b>79.993</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	9	117.217	50.312	56.611	122.326	55.260	61.562
Impostos diferidos		69.826	67.896	68.483	69.826	67.896	68.483
Provisão para contingências		895	789	25	895	789	25
Provisão para perdas em investimentos		843	6.131	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-	277	-	-
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>188.781</b>	<b>125.128</b>	<b>125.119</b>	<b>193.324</b>	<b>123.945</b>	<b>130.070</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		88.140	88.140	88.140	88.140	88.140	88.140
Reserva de capital		415	5.808	5.808	-	5.808	5.808
Reservas de lucros		-	721	1.808	415	721	1.440
Ajuste de avaliação patrimonial		131.018	133.907	135.411	131.018	133.907	135.411
<b>Total do patrimônio líquido antes da participação dos não controladores</b>		<b>219.573</b>	<b>228.576</b>	<b>231.167</b>	<b>219.573</b>	<b>228.576</b>	<b>230.799</b>
Participação acionistas não controladores		-	-	-	2.215	(1.117)	229
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>219.573</b>	<b>228.576</b>	<b>231.167</b>	<b>221.788</b>	<b>227.459</b>	<b>231.029</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>519.384</b>	<b>464.234</b>	<b>432.654</b>	<b>534.722</b>	<b>466.663</b>	<b>441.091</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



continuação

## Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(reapresentado)	(reapresentado)	
Receita operacional líquida	457.253	352.856	515.275	387.668
Custos dos produtos vendidos	(399.457)	(302.275)	(441.455)	(322.764)
Lucro bruto	57.796	50.581	73.820	64.904
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(20.637)	(18.095)	(22.611)	(19.795)
Despesas com vendas	(5.213)	(3.852)	(15.793)	(12.309)
Despesas com logística	(17.161)	(13.303)	(27.734)	(21.466)
Depreciações e amortizações	(4.081)	(3.757)	(4.675)	(4.486)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.587	4.778	3.675	4.017
Resultado de equivalência patrimonial	4.334	(7.376)	-	-
	(39.171)	(41.605)	(67.138)	(54.039)
Resultado operacional	18.625	8.976	6.682	10.865
Resultado financeiro	(25.200)	(11.154)	(27.530)	(14.389)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.575)	(2.178)	(20.848)	(3.524)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	855	587	15.573	587
Prejuízo do exercício	(5.720)	(1.591)	(5.275)	(2.937)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(445)	1.346
Prejuízo do exercício atribuído à participação dos acionistas controladores	(5.720)	(1.591)	(5.720)	(1.591)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(reapresentado)	(reapresentado)	
Prejuízo do exercício	(5.720)	(1.591)	(5.720)	(1.591)
Outros resultados abrangentes				
Realização do custo atribuído	2.889	1.504	2.889	1.504
Total dos resultados abrangentes	(2.831)	(87)	(2.831)	(87)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(reapresentado)	(reapresentado)	
Prejuízo do exercício:	(5.720)	(1.591)	(5.275)	(2.937)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:				
Depreciação e amortização	33.680	32.581	35.570	34.365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	(241)	609	(138)
Provisão para contingências	106	764	106	764
Provisão de obsolescência e perdas nos estoques	3.763	(262)	3.137	1
Ajuste a valor justo de ativo biológico	(827)	(3.483)	(827)	(3.483)
Resultado na baixa de imobilizado	854	(384)	981	(379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(855)	(587)	(15.573)	(587)
Variação cambial líquida	677	(461)	677	(462)
Resultado de investimentos em controladas	615	7.376	-	-
	32.580	33.712	19.405	27.144
Aumento (redução) dos ativos operacionais				
Clientes	(17.746)	(20.663)	(10.090)	(9.706)
Estoques	(5.099)	3.185	(2.431)	885
Ativos biológicos	(30.569)	(33.165)	(30.569)	(33.165)
Outras contas a receber	(9.722)	5.989	(13.280)	5.525
	(63.136)	(44.654)	(56.370)	(36.461)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	929	17.385	4.619	17.512
Encargos sociais	263	(1.263)	472	(757)
Outras contas a pagar	6.876	(944)	9.935	(942)
	8.068	15.178	15.026	15.813
Juros pagos	(14.289)	(6.612)	(14.352)	(6.771)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(36.777)	(2.376)	(36.291)	(275)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adição de imobilizado e intangível	(11.160)	(20.042)	(14.542)	(21.941)
Investimento em coligadas	(1.306)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.466)	(20.042)	(14.542)	(21.941)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(158.294)	(86.642)	(159.980)	(89.194)
Empréstimos a pessoas ligadas	3.854	(4.000)	3.992	(4.000)
Captação de empréstimos	213.451	97.709	214.790	99.730
Juros apropriados	18.792	9.961	19.319	11.120
Dividendos pagos	(1.498)	(1.906)	(1.498)	(1.906)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	76.305	15.122	76.623	15.750
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	27.062	(7.296)	25.790	(6.466)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.416	12.712	7.304	13.770
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	32.478	5.416	33.094	7.304
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	27.062	(7.296)	25.790	(6.466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



continuação

**Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido - Controladora**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reten�o de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	88.140	5.808	1.808	135.411	-	231.167
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.591)	(1.591)
Distribui�o de dividendos	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Realiza�o do custo atribuído	-	-	-	(1.504)	1.504	-
Absor�o do prejuízo com reserva	-	-	(87)	-	87	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	<b>88.140</b>	<b>5.808</b>	<b>721</b>	<b>133.907</b>	-	<b>228.576</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.720)	(5.720)
Distribui�o de dividendos	-	-	(498)	-	-	(498)
Realiza�o do custo atribuído	-	-	-	(2.889)	2.889	-
Reversão de bens reavaliados	-	(2.785)	-	-	-	(2.785)
Absor�o do prejuízo com reserva	-	(2.608)	(223)	-	2.831	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>88.140</b>	<b>415</b>	-	<b>131.018</b>	-	<b>219.573</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

**Demonstra es da Muta o do Patrimônio Líquido - Consolidado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Prejuízos acumulados	Participa�o de acionistas não cotroladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reten�o de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	88.140	5.808	1.440	135.411	-	229	231.028
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.591)	(1.346)	(2.937)
Distribui�o de dividendos	-	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Lucros não realizados nos estoques	-	-	368	-	-	-	368
Realiza�o do custo atribuído	-	-	-	(1.504)	1.504	-	-
Absor�o do prejuízo com reserva	-	-	(87)	-	87	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	<b>88.140</b>	<b>5.808</b>	<b>721</b>	<b>133.907</b>	-	<b>(1.117)</b>	<b>227.459</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.720)	445	(5.275)
Distribui�o de dividendos	-	-	(498)	-	-	-	(498)
Lucros não realizados nos estoques	-	-	-	-	-	102	102
Realiza�o do custo atribuído	-	-	-	(2.889)	2.889	-	-
Reversão de bens reavaliados	-	(2.785)	-	-	-	2.785	-
Absor�o do prejuízo com reserva	-	(2.608)	(223)	-	2.831	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>88.140</b>	<b>415</b>	-	<b>131.018</b>	-	<b>2.215</b>	<b>221.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

**Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional** - A Companhia de Alimentos do Nordeste ("Companhia" ou "Controladora")   uma Companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza - CE, e que opera no segmento de avicultura desde 1966, e   controlada pela Cialne Participa es S.A., que det m 99,98% das a es da Companhia, sendo 44.052.640 a es com direito a voto e 44.070.042 a es sem direito a voto. A Companhia   100% verticalizada, da cria o de aves av s, primeira linhagem dos frangos, até o frango de corte e produ o de ra o. Ao longo de toda a cadeia produtiva explora também a venda de pintos matrizes, ovos férteis e pintos de um dia, atuando como fornecedora e modeladora do mercado. Além disso, atua no segmento de pecuária como criadora de gado e produtora de leite. Opera atualmente com 48 unidades produtivas, entre granjas de av s, granjas de matrizes, incubatórios, granjas de frango de corte, fábricas de ra o e fazendas de gado, nos estados do Ceará, Piaul, Maranhão e Paraíba.

**2. Investimentos em controlada** - A Companhia mant m investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Cialne Indústria de Alimentos S.A.	90,77%	84,47%
Agropecuária Vale do Castanhão Ltda	100,00%	-

A CIALNE Indústria de Alimentos S.A., iniciou as atividades em 20 de agosto de 2009 e tem como objetivo social o abate de aves, suínos e pequenos animais, a prepara o de cortes, o resfriamento e o congelamento de carne, bem como a venda a varejo dos seus produtos. Em 27 de fevereiro de 2015 foi aprovada a ata da Assembleia Geral Extraordinária publicada no Diário Oficial de Teresina - PI n  38, onde os acionistas deliberaram por unanimidade pelo aumento do capital social da controlada CIALNE Indústria de Alimentos S.A. em R\$ 26.376, mediante a emissão de 26.376.496 novas a es ordinárias nominativas, as quais foram subscritas pela Companhia. A integraliza o dessas a es deu-se através da capitaliza o de créditos detidos pela Companhia junto   controlada CIALNE Indústria de Alimentos S.A., decorrentes da venda de matéria prima. Desta forma a participa o no capital social passa de 84,47% para 90,77%. A Agropecuária Vale do Castanhão Ltda.,   uma empresa cuja única renda   o aluguel de sua estrutura física para a Companhia, que a utiliza para a cria o de gado leiteiro.

**3. Base de prepara o** - As demonstra es contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A prepara o das demonstra es contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administra o da Companhia e suas controladas no processo de aplica o das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. A Companhia está reapresentando os valores correspondentes relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as orienta es do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retifica o de Erro. A reapresenta o visa refletir a corre o de erro nos estoques da controlada CIALNE Indústria de Alimentos S.A., decorrente de falhas no processo de inventário físico. A diferença foi identificada entre os saldos físicos de estoques e os registrados contabilmente e ocorreu por conta de erros nos apontamentos de produ o e descarte de produtos avariados. A controlada também está efetuando a reapresenta o dos valores correspondentes dos respectivos exercícios. A reapresenta o possui reflexos nos saldos das demonstra es individuais decorrentes dos ajustes nos saldos de investimentos em controladas e nas demonstra es consolidadas nos saldos de estoques e valores correspondentes.



CONTINUAÇÃO

**Continuação Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
da COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE**

Os reflexos contábeis correspondentes estão resumidos abaixo:

Balanco patrimonial – Controladora em 01/01/2014:

	Originalmente apresentado em 01/01/2014	Ajustes	01/01/2014 (reapresentado)
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	5.255	(3.883)	1.372
Passivo			
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	5.691	(3.883)	1.808

Balanco patrimonial – Controladora em 31/12/2014:

	Originalmente apresentado em 31/12/2014	Ajustes	31/12/2014 (reapresentado)
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	529	(402)	127
Passivo			
Não circulante			
Provisão para perda em investimentos	-	(6.131)	(6.131)

Balanco patrimonial – Controladora em 31/12/2014: - Continuação

	Originalmente apresentado em 31/12/2014	Ajustes	31/12/2014 (reapresentado)
Patrimônio líquido			
Reservas de capital	5.861	(53)	5.808
Reservas de lucros	7.201	(6.480)	721

Demonstração do resultado – Controladora em 31/12/2014:

	Originalmente apresentado em 31/12/2014	Ajustes	31/12/2014 (reapresentado)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.726)	(2.650)	(7.376)
Resultado do exercício	1.059	(2.650)	(1.591)

Balanco patrimonial – Consolidado em 01/01/2014:

	Anteriormente apresentado em 01/01/2014	Ajustes	01/01/2014 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Estoques	32.748	(4.597)	28.151
Passivo			
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	5.323	(3.883)	1.440
Participação dos acionistas não controladores	944	(715)	229

Balanco patrimonial – Consolidado em 31/12/2014:

	Originalmente apresentado em 31/12/2014	Ajustes	31/12/2014 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Estoques	35.367	(7.734)	27.633
Passivo			
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	7.201	(6.840)	721
Reservas de capital	5.861	(53)	5.808
Participação dos acionistas não controladores	84	(1.201)	(1.117)

Demonstração do resultado – Consolidado em 31/12/2014:

	Originalmente apresentado em 31/12/2014	Ajustes	31/12/2014 (reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(319.627)	(3.137)	(322.764)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	200	(3.137)	(2.937)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	859	487	1.346

**4. Estoques**

	Controladora			Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	01/01/2014
Estoque de grãos	21.493	19.282	21.493	19.282	23.205
Material de embalagem	114	111	1.986	2.837	1.496
Produto acabado	-	-	548	1.337	331
Subprodutos	-	-	332	764	882
Outros	261	27	281	53	83
Material de manutenção e suprimentos	4.400	3.446	4.580	3.989	2.875
Matéria prima	1.617	-	1.682	187	108
Mercadoria para revenda	93	13	93	14	-
(-) Provisão para perdas em estoque	(3.666)	(40)	(3.666)	(356)	-
(-) Provisão para obsolescência	(301)	(164)	(301)	(474)	(829)
	<b>24.011</b>	<b>22.675</b>	<b>27.028</b>	<b>27.633</b>	<b>28.151</b>

Foi constituída provisão dos itens em desuso a partir 180 dias ou que ficaram obsoletos devido a uso de tecnologia atualmente disponíveis. A realização como perdas dar-se-á quando do levantamento em loco dos itens, quando da realização do inventário anual dos estoques. Conforme mencionado na Nota 3e os saldos consolidados de estoques estão sendo reapresentados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A reapresentação visa refletir a correção de erro existente nos estoques da controlada CIALNE Indústria de Alimentos S.A., decorrente de falhas no processo de inventário físico. A diferença foi identificada entre os saldos físicos de estoques e os registrados contabilmente e ocorreu por conta de erros nos apontamentos de produção e descarte de produtos avariados.





continuação

**Continuação Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
da COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE**

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				2015	2014
Terreno	-	133.474	-	133.474	132.641
Edifícios e benfeitorias	3	161.622	(30.433)	131.189	131.782
Bandejas e gaiolas plásticas	20	4.584	(3.131)	1.453	1.710
Máquinas e equipamentos	10	52.292	(32.382)	19.910	18.484
Máquinas agrícolas	10	8.289	(6.001)	2.288	2.592
Máquinas incubadoras	20	4.554	(3.990)	564	814
Equipamentos de informática	25	4.440	(4.005)	435	488
Móveis e utensílios	10	3.163	(1.724)	1.439	1.306
Veículos	20	33.135	(21.874)	11.261	15.002
Aeronave	13	350	(51)	299	335
Imobilizado em andamento	-	9.307	-	9.307	8.734
		<b>415.210</b>	<b>(103.591)</b>	<b>311.619</b>	<b>313.888</b>

O ativo imobilizado da Companhia e sua controlada é submetido a análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise da administração, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de sua controlada.

**9. Empréstimos e financiamentos** - Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2015	-	25.289	-	27.357
2016	40.700	14.163	43.853	15.046
2017	36.846	10.500	37.574	11.252
2018	30.700	360	31.246	913
2019	3.845	-	4.391	553
2020	3.845	-	3.982	139
2021	1.281	-	1.280	-
	<b>117.217</b>	<b>50.312</b>	<b>122.326</b>	<b>55.260</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Controladora	Não Circulante		
	Circulante	circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	77.821	50.312	128.133
Ingressos	117.176	96.275	213.451
Encargos	17.025	1.767	18.792
Variação cambial	-	677	677
Amortizações de juros	(14.289)	-	(14.289)
Amortização de principal	(149.778)	(8.516)	(158.294)
Transferências	23.298	(23.298)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>71.253</b>	<b>117.217</b>	<b>188.470</b>
Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	78.964	55.260	134.224
Ingressos	117.176	97.614	214.790
Encargos	17.089	2.230	19.319
Variação cambial	-	677	677
Amortizações de juros	(14.352)	-	(14.352)
Amortização de principal	(151.464)	(8.516)	(159.980)
Transferências	24.939	(24.939)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>72.352</b>	<b>122.326</b>	<b>194.678</b>

Em 2015 a Companhia contratou uma operação financeira sindicalizada no valor de R\$ 85.000, junto aos bancos: Banco do Brasil, Caixa Geral, Santander e Itaú (Club Deal) com o objetivo de gerar recursos para giro e alongar seu endividamento.

**10. Patrimônio líquido - Capital social** - O capital social da Companhia é de R\$ 88.140, totalmente integralizado e representado por 50.649.358 (cinquenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 25.324.679 (vinte e cinco milhões, trezentos e vinte quatro mil, seiscentos e sessenta e nove) ações ordinárias e 25.324.679 (vinte e cinco milhões, trezentos e vinte quatro mil, seiscentos e setenta e nove) ações preferencias nominativas Classe "A".

Abaixo descrevemos a composição das ações preferenciais nominativas Classe "A" em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em unidades):

	2015	2014
Cialne Participações S.A.	24.433.446	23.433.446
Francisco de Araújo Carneiro	737.227	737.227
Aurora Nauricio Mendes Carneiro	154.006	154.006
	<b>25.324.679</b>	<b>24.324.679</b>

*Ajuste de Avaliação Patrimonial* - Na adoção inicial, foi atribuído custo dos terrenos e edificações da Companhia com base em avaliação de mercado realizadas por profissionais legalmente habilitados, para fins de atualização patrimonial.

	2013	Realização	2014	Realização	2015
Ajuste de avaliação patrimonial	135.411	(1.504)	133.907	(2.889)	131.018

**FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO - Diretor Presidente - CPF: 000.331.703-04.  
FELIPE LIMA VIANA - CONTADOR - CRC-CE 020.670/O-0 - CPF: 010.085.483-40**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – Aviso de Concorrência Nº. 2016.05.17.02.** O Presidente da CCL do Município de Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 22 de junho de 2016, às 14:00 horas na Sede da Comissão Central de Licitação localizada na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços para o objeto: contratação de empresa para construção de uma ponte localizada no Rio Carais, acesso do Sítio Amaro Coelho ao São Gonçalo e Construção de muro de contenção na Vila Carité no Município de Juazeiro do Norte/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 8:00 às 17:00 horas. **Juazeiro do Norte/CE, 19 de maio de 2016.**  
José Wilson Marques Junior – Presidente da CCL.

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Meruoca - Extrato do Instrumento Contratual.** O Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação do Município de Meruoca - CE torna público o Extrato do Instrumento Contratual resultante da Dispensa de Licitação nº 0205/01/2016; Unidade Administrativa: Secretaria de Educação; Dotação Orçamentária: 0602.12.361.0240.2.024 - FUNDEB - Ensino Fundamental 40%. Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00. Objeto: Locação de um imóvel localizado à Rua General Potiguara, s/n, Centro, neste município, para funcionamento da Creche Municipal, junto à Secretaria de Educação do Município de Meruoca; Vigência do Contrato: até 31/12/2016; Contratado: João Batista dos Santos. Assina pela Contratante: Antonio Crispim da Silva Candido. Valor Global: R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais). **Meruoca - CE, 20 de Maio de 2016.** João Paulo Miranda Albuquerque - Presidente da CPL.

EÓLICA BELA VISTA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A CNPJ/MF 10.288.502/0001-13			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																																																
BALANÇO PATRIMONIAL Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			2015	2014																																																																															
ATIVOS	31/12/2015	31/12/2014																																																																																	
<b>Circulantes</b>																																																																																			
Caixa e equiv.de caixa(Nota 7)	5.270	7.456																																																																																	
Contas a receber (Nota 8)	1.859	1.622																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 9)	63	-																																																																																	
Outros ativos	769	508																																																																																	
Total dos ativos circulantes	7.961	9.586																																																																																	
<b>Não Circulantes</b>																																																																																			
Realizável a longo prazo																																																																																			
Contas a receber (Nota 8)	2.993	768																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 9)	1.788	-																																																																																	
Impostos diferidos	-	20																																																																																	
Depósitos judiciais (Nota 10)	1.404	-																																																																																	
Imobilizado (Nota 11)	103.653	106.387																																																																																	
Total dos ativos não circuls.	109.838	107.175																																																																																	
<b>Total dos Ativos</b>	<b>117.799</b>	<b>116.761</b>																																																																																	
<b>PASSIVOS E PATR.LÍQ.</b>																																																																																			
<b>Circulantes</b>																																																																																			
Fornecedores (Nota 12)	1.135	489																																																																																	
Emprs.e financs.(Nota 13)	4.867	3.919																																																																																	
Dividendos a pagar (Nota 9)	385	141																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 9)	70	152																																																																																	
Contas a pagar - CCEE		1.070																																																																																	
Contas a pagar (Nota 15)	1.740	895																																																																																	
Obrigs.fiscais e trabalhistas	99	674																																																																																	
Outras obrigações	18	101																																																																																	
Total dos passivos circulantes	8.314	7.441																																																																																	
<b>Não Circulantes</b>																																																																																			
Emprs.e financs.(Nota 13)	67.521	74.254																																																																																	
Partes relacionadas (Nota 9)	-	860																																																																																	
Contas a pagar (Nota 15)	1.158	-																																																																																	
Prov.p/desmobiliz.(Nota 14)	3.620	3.259																																																																																	
Impostos diferidos (Nota 21)	1.351	-																																																																																	
Total dos passivos não circulantes	73.650	78.373																																																																																	
<b>Patrimônio Líquido</b>																																																																																			
Capital social (Nota 16)	28.116	28.116																																																																																	
Reservas de lucros	7.719	2.831																																																																																	
Total do patrimônio líquido	35.835	30.947																																																																																	
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>																																																																																			
117.799																																																																																			
116.761																																																																																			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																			
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b>																																																																																			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																																																			
	2015	2014																																																																																	
		(Reapresentado)																																																																																	
Receita líquida da venda de energia (Nota 17)	21.997	19.198																																																																																	
Custos de oper.(Nota 18)	(9.840)	(10.505)																																																																																	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>12.157</b>	<b>8.693</b>																																																																																	
Despesas Operacionais																																																																																			
Desps.gerais e adm.(Nota 18)	(921)	(178)																																																																																	
Doações (Nota 18)	(1.382)	-																																																																																	
Outras despesas (Nota 18)	(184)	(34)																																																																																	
Total	(2.487)	(212)																																																																																	
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>9.670</b>	<b>8.481</b>																																																																																	
Resultado Financeiro																																																																																			
Desps.financieiras (Nota 19)	(5.236)	(3.280)																																																																																	
Recs.financieiras (Nota 19)	4.287	479																																																																																	
Total	(949)	(2.801)																																																																																	
<b>Lucro Antes do I.R. e da Contribuição Social</b>	<b>8.721</b>	<b>5.680</b>																																																																																	
I.R. e contribuição social correntes e diferidos (Nota 20)	(3.590)	(713)																																																																																	
<b>Lucro Líq.do Exercício</b>	<b>5.131</b>	<b>4.967</b>																																																																																	
Lucro líq.(prej.)do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	0,15	0,20																																																																																	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.																																																																																			
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>																																																																																			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																																																																																			
<b>1. Informações gerais</b> - A Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de																																																																																			
<p><b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Reservas de lucros</th> <th rowspan="2">Lucros acumulados</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Reserva social</th> <th>Reserva p/igualização de dividendos</th> <th>Lucros (prejuízos)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldos em 31/12/2013</b></td> <td>28.116</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.995)</td> <td>26.121</td> </tr> <tr> <td>Lucro líq.do exercício(Reapresentado)(Nota 5)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.967</td> <td>4.967</td> </tr> <tr> <td>Constits.de reservas (Reapresentado)(Nota 5)</td> <td>-</td> <td>149</td> <td>2.682</td> <td>(2.831)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Divids.mín.obrigats.(Reapresentado)(Nota 5)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(141)</td> <td>(141)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)</b></td> <td><b>28.116</b></td> <td><b>149</b></td> <td><b>2.682</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-30.947</b></td> </tr> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5.131</td> <td>5.131</td> </tr> <tr> <td>Constituição de Reservas (Nota 16)</td> <td>-</td> <td>258</td> <td>4.630</td> <td>(4.888)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios(Nota 16)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(243)</td> <td>(243)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos em 31/12/2015</b></td> <td><b>28.116</b></td> <td><b>407</b></td> <td><b>7.312</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-35.835</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</p> <p>capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Bela Vista, no município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela MS Participações Societárias S.A. Em 18 de fevereiro de 2014, a Companhia entrou em operação. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Eólica</th> <th>Estado</th> <th>Cidade</th> <th>Capacidade Instalada MW</th> <th>Energia Assegurada MWh/ano</th> <th>Início</th> <th>Término</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Eólica Bela Vista</td> <td>Rio Grande do Norte</td> <td>Areia Branca</td> <td>27,3</td> <td>96.360</td> <td>Fev/2014</td> <td>Fev/2034</td> </tr> </tbody> </table> <p>A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 11 de maio de 2016.</p> <p><b>(a) Contrato de Energia de Reserva – CER</b> - A Companhia firmou um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 200,21, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 28 de Agosto de 2012, a ANEEL alterou, através do Despacho nº 2.683, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para 18 de fevereiro de 2014. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, ficou suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir 18 de fevereiro de 2014, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2017; Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.</p> <p><b>2. Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas</b> - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano. <b>2.1. Base de</b></p>								Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Reserva social	Reserva p/igualização de dividendos	Lucros (prejuízos)	<b>Saldos em 31/12/2013</b>	28.116	-	-	(1.995)	26.121	Lucro líq.do exercício(Reapresentado)(Nota 5)	-	-	-	4.967	4.967	Constits.de reservas (Reapresentado)(Nota 5)	-	149	2.682	(2.831)	-	Divids.mín.obrigats.(Reapresentado)(Nota 5)	-	-	-	(141)	(141)	<b>Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)</b>	<b>28.116</b>	<b>149</b>	<b>2.682</b>	<b>-</b>	<b>-30.947</b>	Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.131	5.131	Constituição de Reservas (Nota 16)	-	258	4.630	(4.888)	-	Dividendos mínimos obrigatórios(Nota 16)	-	-	-	(243)	(243)	<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>28.116</b>	<b>407</b>	<b>7.312</b>	<b>-</b>	<b>-35.835</b>	Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MWh/ano	Início	Término	Eólica Bela Vista	Rio Grande do Norte	Areia Branca	27,3	96.360	Fev/2014	Fev/2034
	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total																																																																														
	Reserva social	Reserva p/igualização de dividendos	Lucros (prejuízos)																																																																																
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	28.116	-	-	(1.995)	26.121																																																																														
Lucro líq.do exercício(Reapresentado)(Nota 5)	-	-	-	4.967	4.967																																																																														
Constits.de reservas (Reapresentado)(Nota 5)	-	149	2.682	(2.831)	-																																																																														
Divids.mín.obrigats.(Reapresentado)(Nota 5)	-	-	-	(141)	(141)																																																																														
<b>Saldos em 31/12/2014 (Reapresentado)</b>	<b>28.116</b>	<b>149</b>	<b>2.682</b>	<b>-</b>	<b>-30.947</b>																																																																														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.131	5.131																																																																														
Constituição de Reservas (Nota 16)	-	258	4.630	(4.888)	-																																																																														
Dividendos mínimos obrigatórios(Nota 16)	-	-	-	(243)	(243)																																																																														
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>28.116</b>	<b>407</b>	<b>7.312</b>	<b>-</b>	<b>-35.835</b>																																																																														
Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MWh/ano	Início	Término																																																																													
Eólica Bela Vista	Rio Grande do Norte	Areia Branca	27,3	96.360	Fev/2014	Fev/2034																																																																													

**preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras. **(b) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **2.4. Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 10, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5). **2.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do

*impairment* na data do balanço. **2.6. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.7. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **2.8. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9. Capital social** - As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.10. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **(a) Fornecimento de energia elétrica** - A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de lucro real. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam

um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 10). **(b) Conta de ressarcimento-CCEE** - A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Menos de um ano    Entre um e dois anos    Acima de três anos

Em 31/12/2015			
Emprs.e financs	4.867	7.688	59.833
Fornecedores	1.135		

**4.2. Gestão de capital** - Os objetivos da



FSC  
www.fsc.org  
MISTO  
Papel produzido  
a partir de fontes  
responsáveis  
FSC® C126031

Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2015.

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 13)	72.388	78.173
Menos: caixa e equivs.de caixa (Nota 7)	(5.270)	(7.456)
Dívida líquida (a)	67.118	70.717
Total do patrimônio líquido	35.835	30.947
Total do capital (b)	102.953	101.644
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	65	70

**4.3. Estimativa do valor justo** - A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. **5. Reapresentação das Demonstrações Financeiras** - A Companhia identificou, durante o exercício, a necessidade de retificação de fatos relacionados a exercícios anteriores. A reapresentação dos saldos foi efetuada para refletir a adequada provisão para desmobilização e respectivas depreciação e atualização. Seguem ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de 31/12/2014.

#### Conciliação do balanço patrimonial em 31/12/2014:

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Ativo circulante	9.586	-	9.586
Ativo não circulante	106.157	1.018	107.175
Total do ativo	115.743	1.018	116.761
Passivo circulante	7.458	(17)	7.441
Passivo não circulante	76.993	1.380	78.373
Patrimônio líquido	31.292	(345)	30.947
Total dos passivos e patr.líq.	115.743	1.018	116.761

#### Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31/12/2014:

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Custo das operações	(10.264)	(241)	(10.505)
Despesas financeiras	(3.159)	(121)	(3.280)

Considerando que os ajustes são substancialmente no resultado de 2014, a administração entende que não é aplicável a apresentação da terceira coluna no Balanço Patrimonial.

#### 6. Instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	5.270	7.456
Contas a receber (Nota 8)	4.852	2.390
	10.122	9.846

#### Outros passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	72.388	78.173
Fornecedores (Nota 12)	1.135	489
	73.523	78.662

#### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
<b>Disponibilidades:</b>		
Caixa	2	2
Bradesco S.A.	20	31
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	-	2.197
Santander S.A.	4	7
	26	2.237

#### Aplicações financeiras (a):

Banco do Nordeste do Brasil - BNB	4.448	1.161
Santander S.A.	796	4.058
	5.244	5.219
Total caixa e equivalentes de caixa	5.270	7.456

(a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

#### 8. Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Ctas.a rec.ref.a venda de energia em teste (a)		167
Contas a receber refer.a venda de energia (b)	1.755	1.455
Ajuste de energia (c)	3.097	768
Total	4.852	2.390
Ativo circulante	1.859	1.622
Ativo não circulante	2.993	768
Total	4.852	2.390

(a) Refere-se a venda de energia elétrica para a CCEE gerada durante o período de testes, de acordo com o CER, a energia gerada durante esse período não é considerada como energia contratada mas será tratada sobre as mesmas regras de comercialização. (b) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento dos parques eólicos. (c) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada que será faturado conforme contrato de energia de reserva - CER. Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **9. Partes relacionadas**

Ativo circulante **Conta contábil 31/12/2015 31/12/2014**  
(Reapresentado)

Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	3	-
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	2	-
Eólica Icaraf Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	2	-
MS Participações S.A	Nota de débito (a)	56	-
		63	-

Ativo não circulante **Conta contábil 31/12/2015 31/12/2014**  
(Reapresentado)

MS Participações S.A.	Mútuo (b)	1.788	-
Passivo circulante	<b>Conta contábil 31/12/2015 31/12/2014</b>		
			(Reapresentado)

MS Participações Societárias S.A	Dividendos a pagar (c)	385	141
MS Participações Societárias S.A	Nota de débito (d)	18	-
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A.	Nota de débito (d)	45	152
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (d)	4	-
Eólica Icaraf Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (d)	3	-
		455	293

Passivo não circulante **Conta contábil 31/12/2015 31/12/2014**  
(Reapresentado)

MS Participações Societárias S.A Compartilhamento de despesas com empréstimos 860

a) Refere-se a saldo credor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas para as partes relacionadas. b) Operações de mútuo com a controladora sobre as quais não há incidência de encargos financeiros. Tais operações não possuem data de vencimento definida. c) Refere-se a saldos de dividendos propostos para a controladora, oriundos dos resultados dos exercícios de 2014 e 2015. d) Refere-se a saldo devedor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas pelas partes relacionadas. **10. Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$ 1.404. Tal montante é referente ao depósito judicial efetuado nos casos em que os proprietários das terras por onde passam as faixas de servidão discordam dos valores estipulados.

#### 11. Imobilizado

	31.12.15	31.12.14	
			Deprec. Imobiliz. Imobiliz. Deprecia-
	Custo acumulada	líquido	ção a.a.(%)
			(Reapresentado)

Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	107.412	(10.583)	96.829	99.407	5
Outros bens em operação	702	(184)	518	380	10 a 20
Desmobilização	3.138	(330)	2.808	2.973	5
Projetos	3.845	(347)	3.498	3.627	3
Total	115.097	(11.444)	103.653	106.387	

(a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o tempo de operação concedidos pela ANEEL. O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

**Saldos em 31/12/2014 Adições Saldos em 31/12/2015**  
(Reapresentado)

Custo				
Aerogerads.e estrutura do parque eólico	104.747	2.665	107.412	
Outros bens em operação	473	229	702	
Desmobilização	3.138	-	3.138	
Projetos	3.783	62	3.845	
Total do custo	112.141	2.956	115.097	
Depreciação				
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	(5.340)	(5.243)	(10.583)	
Outros bens em operação	(93)	(91)	(184)	
Desmobilização	(165)	(165)	(330)	
Projetos	(156)	(191)	(347)	
Total de depreciação	(5.754)	(5.690)	(11.444)	
Total	106.387	(2.734)	103.653	



12. Fornecedores	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.	878	382
ABB Ltda.		39
José Aparecido Cardoso - ME	25	
Fornecedores CUST	152	
Outros	80	68
<b>Total</b>	<b>1.135</b>	<b>489</b>

O maior saldo em aberto que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 878 com a Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda., é decorrente do fornecimento dos aerogeradores.

13. Empréstimos e financiamentos	31/12/2015	31/12/2014
----------------------------------	------------	------------

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	25.812	27.555
(-) Custos de captação de empréstimos	(3.812)	(2.567)
<b>Subtotal</b>	<b>22.000</b>	<b>24.988</b>
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	54.028	54.883
(-) Custos de captação de empréstimos	(3.640)	(1.698)
<b>Subtotal</b>	<b>50.388</b>	<b>53.185</b>
<b>Total</b>	<b>72.388</b>	<b>78.173</b>
Circulante	4.867	3.919
Não circulante	67.521	74.254
<b>Total</b>	<b>72.388</b>	<b>78.173</b>

Em 2013, a Companhia celebrou o contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para concessão de financiamento no valor total de R\$ 29.100 dividido em três subcréditos (A, B e C, nos montantes de R\$ 17.800, R\$ 11.050 e R\$ 250, respectivamente) para construção do Parque Eólico Bela Vista.

Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A e B incidirão juros à taxa de 1,66% + TJLP ao ano. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito C incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Em 31 de dezembro de 2015, já havia sido liberado a totalidade do valor do empréstimo. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2015 o total de 25 prestações. Em maio de 2013, a Companhia celebrou contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") no montante de R\$ 54.900. A transação prevê o pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 2,5% ao ano e a dívida tem prazo de vencimento até maio de 2030. O BNB poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplimento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia vem cumprindo integralmente com as obrigações.

**Covenants** - De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que prevêm o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros citados acima. Ainda de acordo com o contrato firmado junto ao BNDES, a Companhia constituiu em 2015 contas de reserva do serviço da dívida, no valor necessário para perfazer o montante equivalente a três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. **Garantias financeiras** - Os pagamentos das obrigações decorrentes desses contratos estão assegurados por meio da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia; da alienação fiduciária dos direitos creditórios

provenientes do contrato de energia com a CCEE (LER-2009) e a CER (nº 59/09); e, do penhor dos direitos creditórios de todos os contratos firmados para fins de realização do projeto. **14. Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 3.620 (2014 - R\$ 3.259), registrada no passivo não circulante.

15. Contas a pagar	31/12/2015	31/12/2014
--------------------	------------	------------

		(Reapresentado)
Outros credores	31	
Arrendamentos a pagar	30	
Fianças a pag.-Bradesco(a)	1.787	705
Fianças a pag.-Bco.Pine(a)	1.050	190
<b>Total</b>	<b>2.898</b>	<b>895</b>
Circulante	1.740	895
Não circulante	1.158	
<b>Total</b>	<b>2.898</b>	<b>895</b>

(a) Refere-se a provisão para pagamento de fianças garantidoras das obrigações mantidas pela Companhia junto ao BNDES e ao BNB. **16. Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 28.116 (2014 - R\$ 28.116) e está representado por 33.965.783 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Acionista	Capital	Ações	%
-----------	---------	-------	---

MS Participações Societárias S.A. 28.116 33.965.783 100  
**(b) Aumento e redução de Capital** - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferências de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. **(c) Destinação dos lucros** - Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados da seguinte maneira:

	31/12/2015
Resultado do exercício	5.131
Base da reserva legal	5.131
Constituição da reserva legal (5%)	(258)
Base do divid.mínimo obrigatório	4.873
Provisão do div.mín.obrigatório (5%)	(244)
A composição do saldo da conta em 31/12/2015 é a seguinte:	
Divid.a pagar 2014 (Reapresentado)	(141)
Dividendo a pagar 2015	(244)
Saldo dividendo a pagar em 31/12/2015	(385)

17. Receita operacional	31/12/2015	31/12/2014
-------------------------	------------	------------

		(Reapresentado)
<b>Receita bruta de vendas</b>		
Venda de energia (a)	22.830	19.925
<b>Impostos sobre vendas</b>		
Pis / Cofins	(833)	(727)
<b>Total</b>	<b>21.997</b>	<b>19.198</b>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

18. Custo operacional e despesas administrativas	31/12/2015	31/12/2014
--	------------	------------

		(Reapresentado)
Deprecs.e amortizações	(5.688)	(5.722)
Encargos de uso do sistema de transmissão-CUST (a)	(1.912)	(1.531)
Apoio operac.e manut.	(1.737)	(608)
Gastos com pessoal	(640)	(309)
Serviços de terceiros	(330)	(1.769)
Despesas com seguros	(156)	(311)
Despesas de viagens	(93)	(226)
Despesas tributárias	(184)	-
Doações (b)	(1.382)	-
Despesas gerais	(205)	(241)
<b>Total</b>	<b>(12.327)</b>	<b>(10.717)</b>

Classificados como:

	31/12/2015	31/12/2014
--	------------	------------

		(Reapresentado)
Custos de operação	(9.840)	(10.505)
Desps.gerais e adminstrs.	(921)	(178)
Doações (b)	(1.382)	-
Outras despesas	(184)	(34)
<b>Total</b>	<b>(12.327)</b>	<b>(10.717)</b>

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação. (b) Refere-se a doação do bay de conexão e de sobressalentes para a CHESF.

19. Receitas e despesas financeiras	31/12/2015	31/12/2014
-------------------------------------	------------	------------

		(Reapresentado)
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros s/emprs.e financs.	(3.429)	(2.643)
Despesas bancárias	(7)	(8)
Amort.do custo de transaç	(1.182)	(416)
Outras despesas financeiras	(618)	(213)
<b>Total de despesas financs.</b>	<b>(5.236)</b>	<b>(3.280)</b>

Receitas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014
----------------------	------------	------------

Rend.de aplics.financeiras	415	436
Outras recs.financeiras (i)	3.872	43
<b>Total de recs.financeiras</b>	<b>4.287</b>	<b>479</b>
<b>Total do result.financeiro</b>	<b>(949)</b>	<b>(2.801)</b>

(i) Refere-se ao desconto obtido junto ao fornecedor Suzlon proveniente de penalidades contratuais.

20. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2015
--	------------

Lucro Líquido antes do IR e CS	8.721
(+) Adições	2.093
(-) Exclusões	(4.155)
(=) Lucro	6.659
IRPJ	999
IRPJ adicional	641
<b>Total</b>	<b>1.640</b>
CSLL (9%)	599

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 3o da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou efeitos significativos em decorrência da referida lei. O imposto de Renda e a Contribuição Social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se refere ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base na diferença do prazo da depreciação contábil e fiscal.

Exclusões Depreciação	3.973
IRPJ	993
CSLL	358
<b>Total</b>	<b>1.351</b>

**21. Cobertura de seguros (não auditada)** - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos de engenharia e obra no montante de R\$ 112.112 e de responsabilidade civil no montante de R\$ 20.000, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

Diretora Financeira: Maiza Rodrigues Ponte Parente, Contador: Antonio Werk Rodrigues Pereira CRC-CE 016296/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S/A. Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S/A (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S/A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2015, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto. Recife, 11 de maio de 2016. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE. Gustavo dos Santos Amud - Contador CRC 1RJ085031/O-0 "S" CE.

\*\*\* \*\*

BEATRIZ TÊXTIL S/A. C.N.P.J. Nº 23.464.852/0001-35		BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em Reais 1)		DEZEMBRO DE 2015 (Em Reais 1)		DEZEMBRO DE 2015 (Em Reais 1)		DEZEMBRO DE 2015 (Em Reais 1)	
<b>ATIVO</b>		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
Circulante		7.429.502		10.306.502		99.484		90.031	
Não Circulante		14.413.541		15.661.820		-		-	
<b>Total do Ativo</b>		<b>21.843.043</b>		<b>25.968.322</b>		<b>99.484</b>		<b>90.031</b>	
<b>PASSIVO</b>		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
Circulante		8.380.332		7.313.297		42.832.327		42.832.327	
Não Circulante		17.785.915		18.481.939		3.945.464		3.945.464	
Patrimônio Líquido		(4.323.205)		173.086		517.061		517.061	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>21.843.043</b>		<b>25.968.322</b>		<b>47.294.852</b>		<b>47.294.852</b>	
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
<b>Receita Líquida de Venda</b>		<b>17.257.027</b>		<b>19.955.098</b>		<b>9.452</b>		<b>36.918</b>	
Custo dos Produtos Vendidos		(19.757.399)		(14.838.046)		-		-	
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(1.642.294)</b>		<b>(4.385.991)</b>		<b>(4.496.290)</b>		<b>(1.430.135)</b>	
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>(4.496.290)</b>		<b>(1.430.135)</b>		<b>(4.496.290)</b>		<b>(1.430.135)</b>	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS</b>		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
Ativids. Operacionais		790.132		(622.749)		790.132		(622.749)	
Ativids. de Investims.		(9.941)		(585.771)		-		-	
Ativids. de Financiam.		(770.739)		1.245.438		-		-	
<b>Varição Líquida do Caixa</b>		<b>9.452</b>		<b>36.918</b>		<b>9.452</b>		<b>36.918</b>	
Caixa e eqivs. de caixa no início do exercício		90.031		53.113		99.484		90.031	

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016.** A Pregoeira da Prefeitura do Município de MULUNGU-CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **03 de Junho de 2016, às 09h00min**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Cel. Justino Café, Nº 136, Centro, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tombado sob o nº **019/2016**, com o seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - PSF'S, CAPS E HOSPITAL E MATERNIDADE DR. WALDEMAR DE ALCANTARA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MULUNGU-CE**, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Pregões, localizada à Rua Cel. Justino Café, Nº 136, Centro, MULUNGU-CE, fone: 085-3328.1130, no horário de 08h00min às 14h00min e também nos sites: [www.mulungu.ce.gov.br](http://www.mulungu.ce.gov.br) e [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). Sulamita da Silva de Abreu - Pregoeira.

\*\*\* \*\*

**Extrato do Contrato Nº 2016.04.07.0001**, Contratante: **Município de Varjota**, localizado à Rua: Arthur Ramos, 232, Centro, Varjota, CE, CNPJ sob o nº 07.673.114/0001-41 e no CGF sob o nº 06.920.647-3. Objeto: Confecção de Fardamento e Uniforme Esportivo para distribuição gratuita aos Alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Básica Municipal, junto a Secretaria Municipal de Educação do Município de Varjota, do Edital de Pregão Presencial Nº 16-13-SEDUC-PP, Contratada: Tipografia Artegrafica Ltda - ME, inscrito no CNPJ: 23.460.132/0001-00. Valor: R\$ 99.250,00 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta reais). Fundamento Legal: Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº 16-13-SEDUC-PP. Prazos: Validade do contrato até 31 de Dezembro de 2016. Origem dos Recursos: Secretaria de Educação sob o nº 06.02.12.365.371.2.021. Fundamental: 06.02.12.361.331.2.016. Elemento de despesa - 3.3.90.30.00. Data: Varjota, 07 de abril de 2016. Signatários: Contratante: Everton Magalhães Lioila Ordenador de despesa da Secretaria de Educação. Contratada: Tipografia Artegrafica Ltda - ME. Varjota, 07 de abril de 2016. Prefeitura Municipal de Varjota. Everton Magalhães Lioila - Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação.

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Icapuí. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na Rua Zé Birú, 1297, Centro, Icapuí, Ceará - Secretaria de Administração e Finanças, às 09h:00min. do dia 07 de junho de 2016, Sessão de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas para a Tomada de Preços Nº. 2016.05.16.02, tipo - Menor Preço, destinada a Contratação de empresa especializada para executar obra de Reforma das Escolas de Ensino Fundamental Carlota Tavares, Francisco Ezequiel, Horizonte da Cidadania, Raimunda Lacerda, Maria Edilce Barbosa e do Centro de Educação Infantil - CEI José Claudio Rebouças Rodrigues, situadas neste município, nas condições de execução descritas neste edital e seus anexos. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Icapuí no horário das 08:00 às 13:00 horas. Informações pelo fone (0xx88) 3432-1346. Icapuí - CE, 19 de maio de 2016. **Edinardo de Oliveira Pereira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**





EÓLICA ICARAÍ GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A CNPJ/MF 12.108.854/0001-75			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			<b>2015</b>	<b>2014</b> (Reapresentado)	Juros pagos (3.514) (2.166)	IR e CSLL pagos (852) (508)
<b>ATIVOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b> (Reapresentado)	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Circulantes</b>			<b>Lucro antes do I.R. e da contribuição social</b> 4.114 1.441			
Caixa e eqivs.de caixa(Nota 7)	3.231	3.133	Ajts.p/reconc.o lucro do exerc. 4.316 4.271			
Contas a receber (Nota 8)	4.610	1.558	Depreciação 2.601 2.238			
Partes relacionadas (Nota 9)	44	-	Encargos financeiros sobre emprésts.e financiamentos - 272			
Outros ativos	231	68	Amort.do custo de transação de emprésts.e financiamentos 289 143			
Total dos ativos circulantes	8.116	4.759	Impostos diferidos Provisão para desmobilização			
<b>Não Circulantes</b>			Variações de ativos e passivos			
Realizável a longo prazo			Contas a receber de clientes(2.522) (1.520)			
Contas a receber (Nota 8)	2.688	3.218	Partes relacionadas 19 -			
Depósitos judiciais (Nota 10)	941	947	Depósitos judiciais 6 1			
Imobilizado (Nota 11)	71.566	73.093	Outros ativos (163) 509			
Total dos ativos não circuls.	75.195	77.258	Fornecedores (201) (2.457)			
<b>Total dos Ativos</b>	<b>83.311</b>	<b>82.017</b>	Contas a pagar 1.268 792			
<b>PASSIVOS E PATR. LÍQ.</b>			Contas a pagar - CCEE			
<b>Circulantes</b>			Obrigs.fiscais e trabalhistas 529 35			
Fornecedores (Nota 12)	396	597	Outras obrigações 160 (1)			
Emprésts.e financs.(Nota 13)	4.375	1.715	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Partes relacionadas (Nota 9)	19	-	<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Contas a pagar (Nota 15)	1.250	601	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Obrigações fiscais e trabalhistas	156	291	Reservas de lucros			
Dividendos a pagar (Nota 16)	265	141	Capital social Reserva p/equalização social legal de dividendos			
Outras obrigações	171	11	Lucros Total (prejuízos) acumulados			
Total dos passivos circulantes	6.632	3.356	Saldo em 31/12/2013 20.286 99 1.785 -22.170			
<b>Não Circulantes</b>			Lucro líq.do exercício (Reapresentado) (Nota 5) - - - 981 981			
Empr.e financs. (Nota 13)	46.691	47.939	Constits.de reservas (Reapresentado) (Nota 5) - 49 885 (934) -			
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	-	4.703	Divids.míns.obrigatórios(Reapresentado)(Nota 5) - - - (47) (47)			
Impostos diferidos (Nota 20)	803	254	Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado) 20.286 148 2.670 -23.104			
Contas a pagar (Nota 15)	619	-	Lucro líquido do exercício - - - 2.636 2.636			
Prov.p/desmobiliz.(Nota 14)	2.950	2.661	Constituições de reservas (Nota 16) - 132 2.380 (2.512) -			
Total dos passivos não circuls.	51.063	55.557	Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16) - - - (124) (124)			
<b>Patrimônio Líquido</b>			Saldo em 31/12/2015 20.286 280 5.050 -25.616			
Capital social (Nota 16)	20.286	20.286	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			
Reservas de lucros	5.330	2.818	manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Icarai, no município de Amontada, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela MS Participações Societárias S.A. Em 29 de junho de 2013, a Companhia entrou em operação. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:			
Total do patrimônio líquido	25.616	23.104	<b>Capacidade Energia Assegurada</b>			
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>83.311</b>	<b>82.017</b>	<b>Eólica Estado Cidade Instalada MW MWh/ano Início Término</b>			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Eólica Ceará Amontada 16,8 72.500 Julho de 2013 Julho de 2033			
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	<b>2015</b>	<b>2014</b> (Reapresentado)	A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 11 de maio de 2016.			
Receita líquida da venda de energia (Nota 17)	15.074	11.686	<b>(a) Contrato de Energia de Reserva - CER</b> - A Companhia firmou um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 30 de junho de 2010, ao preço de R\$ 198,18, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 28 de Agosto de 2012, a ANEEL alterou, através do Despacho nº 2.681, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para 06 de março de 2013. A companhia iniciou suas atividades em 29 de junho de 2013 conforme despacho nº 2.022 expedido pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 29 de junho de 2013 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2016; Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente. <b>2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas</b> - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano. <b>2.1 Base de preparação</b> - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras			
Custos de operação (Nota 18)	(7.595)	(7.850)				
<b>Lucro Bruto</b>	<b>7.479</b>	<b>3.836</b>				
<b>Despesas Operacionais</b>						
Desps.gerais e admin.(Nota 18)(727)	(15)	(15)				
Outras despesas (Nota 18)	(11)	(303)				
Total	(738)	(318)				
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>6.741</b>	<b>3.518</b>				
<b>Resultado Financeiro</b>						
Desps.financeiras (Nota 19)	(3.938)	(2.713)				
Recs.financeiras (Nota 19)	1.311	636				
Total	(2.627)	(2.077)				
<b>Lucro Antes do I.R.e da Contribuição Social</b>	<b>4.114</b>	<b>1.441</b>				
I.R. e contrib.social correntes e diferidos (Nota 20)	(1.478)	(460)				
<b>Lucro Líq.do Exercício</b>	<b>2.636</b>	<b>981</b>				
Lucro líquido do exercício p/lote de mil ações - R\$ mil	0,10	0,04				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2015</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
<b>1. Informações gerais</b> - A Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S/A. - ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e						

estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras. **(b) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3 Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **2.4 Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 11, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5). **2.5 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.6 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.7 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são

reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **2.8 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9 Capital social** - As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.10 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **(a) Fornecimento de energia elétrica** - A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de lucro presumido. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos,

devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 11). **(b) Conta de ressarcimento-CCEE** - A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **4 Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Menos de Entre um e Acima de  
um ano dois anos três anos

**Em 31/12/2015**

Empréstos e finan.	4.375	4.754	41.937
Fornecedores	396		

**4.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015.

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 34)	51.066	49.654
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(3.231)	(3.133)
Dívida líquida (a)	47.835	46.521
Total do patrimônio líquido	25.616	23.104
Total do capital (b)	73.451	69.625
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	65	67

**4.3 Estimativa do valor justo** - A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. **5 Reapresentação das Demonstrações Financeiras** - A Companhia identificou, durante o exercício, a necessidade de retificação de fatos relacionados a exercícios anteriores. A reapresentação dos saldos foi efetuada para refletir a adequada provisão para desmobilização e respectivas depreciação e atualização. Seguem ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de 31/12/2014.

#### Conciliação do balanço patrimonial em 31/12/2014:

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Ativo circulante	4.759	-	4.759
Ativo não circulante	76.785	473	77.258
Total do ativo	81.544	473	82.017
Passivo circulante	3.410	(54)	3.356
Passivo não circulante	54.673	884	55.557
Patrimônio líquido	23.461	(357)	23.104
Total dos passivos e patrimônio	81.544	473	82.017

#### Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31/12/2014:

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Custo das operações	(7.630)	(220)	(7.850)
Outras despesas	(340)	37	(303)
Despesas financeiras	(2.522)	(191)	(2.713)

Considerando que os ajustes são substancialmente no resultado de 2014, a administração entende que não é aplicável a apresentação da terceira coluna no Balanço Patrimonial.

#### 6 Instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2015
- Empréstimos e recebíveis		
Ativos financeiros - caixa e equivalente de caixa	3.231	3.231
Ativos financeiros - contas a receber	7.298	7.298
	10.529	10.529
- Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	51.066	51.066
Fornecedores	396	396
	51.462	51.462

	31/12/2015	31/12/2014
<b>7 Caixa e equivalentes de caixa</b>		(Reapresentado)
Disponibilidades:		
Caixa	1	1
Bradesco S.A.	31	35
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	155	231
Santander S.A.	2	5
	189	272

Aplicações financeiras (a):  
Banco do Nordeste do Brasil - BNB 2.927 1.517  
Santander S.A. 115 1.344  
3.042 2.861  
3.231 3.133

#### 8 Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Contas a receber refer. a venda de energia(a)	1.105	1.013
Ajuste de energia (b)	6.193	3.763
Total	7.298	4.776
Ativo circulante	4.610	1.558
Ativo não circulante	2.688	3.218
Total	7.298	4.776

(a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento de dezembro de 2015 dos parques eólicos. (b) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada que será faturado conforme contrato de energia de reserva - CER. Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico

de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### 9 Partes relacionadas

	Operação	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante			(Reapresentado)
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	3	-
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	3	-
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (a)	3	-
MS Participações S.A	Nota de débito (a)	35	-
		44	-

	Operação	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante			(Reapresentado)
MS Participações Societárias S.A	Dividendos a pagar (b)	265	141
MS Participações Societárias S.A	Nota de débito (c)	11	-
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A.	Nota de débito (c)	3	-
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (c)	2	-
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito (c)	3	-
		284	141

#### Passivo não circulante

	Operação	31/12/2015	31/12/2014
			(Reapresentado)
MS Participações Societárias S.A	Adiantamento p/ futuro aumento de capital		4.703

a) Refere-se a saldo credor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas para as partes relacionadas. b) Refere-se a saldos de dividendos propostos para a controladora, oriundos dos resultados dos exercícios de 2013, 2014 e 2015. c) Refere-se a saldo devedor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas pelas partes relacionadas.

**10. Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$ 941 (2014 - R\$ 947). Tal montante é referente ao depósito judicial efetuado nos casos em que os proprietários das terras por onde passam as faixas de servidão discordam dos valores estipulados.

#### 11. Imobilizado

	31.12.15	31.12.14	Deprecia-
			Custo acumulada
			líquido
			líquido
			ção a.a.(%)
			(Reapresentado)
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	72.610	(9.391)	63.219
Outros bens em operação	418	(136)	282
Projetos	6.645	(699)	5.946
Adiantos para construção	-	-	1.154
Desmobilização	2.470	(351)	2.119
Total	82.143	(10.577)	71.566

	Saldos em	Transfe-	Saldos em
	31/12/2014	rências	31/12/2015
		Adições	
		rências	
		(Reapresentado)	

	31/12/2015	31/12/2014
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	69.403	2.053
Outros bens em operação	300	118
Adiantos para construção	1.154	(1.154)
Projetos	6.028	617
Desmobilização	2.470	-
Total do custo	79.355	2.788

	Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	(5.625)	(3.766)	-
Projetos	(346)	(353)	-
Outros bens em operação	(75)	(61)	-
Desmobilização	(216)	(135)	-
Total de depreciação	(6.262)	(4.315)	-
Total	73.093	(1.527)	71.566

a) Estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedidos pela ANEEL, que compreende o período de julho de 2013 a julho de 2033 (20 anos).

#### 12 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.	234	326
WEG Equipamentos Elétricos Ltda	40	40
ABB Ltda	21	66
Companhia Energética do Ceará - Coelce	75	-
Outros	26	165
Total	396	597

O maior saldo em aberto que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 234 com a Suzlon Energia Eólica do Brasil, é decorrente do fornecimento dos aerogeradores.



**13 Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2015	31/12/2014
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES	22.226	23.737
(-) Custos de captação de empréstimos	(2.186)	(1.606)
Subtotal	20.040	22.131
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	33.418	28.583
(-) Custos de captação de empréstimos	(2.392)	(1.060)
Subtotal	31.026	27.523
Total	51.066	49.654
Circulante	4.375	1.715
Não circulante	46.691	47.939
Total	51.066	49.654

Em 2013, a Companhia celebrou o contrato junto ao Bando Nacional de Desenvolvimento - BNDES para concessão de financiamento no valor total de R\$ 25.400 dividido em três subcréditos (A, B e C, nos montante de R\$ 16.650, R\$ 8.500 e R\$ 250, respectivamente) para construção do Parque Eólico Bela Vista. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A e B incidirão juros à taxa de 1,66% + TJLP ao ano. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito C incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Em 31 de dezembro de 2015 já havia sido liberado a totalidade do valor do empréstimo. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2015 o total de 25 prestações. De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros, "covenants". Ainda de acordo com o contrato firmado junto ao BNDES, a Companhia constituiu em 2015 contas de reserva do serviço da dívida, no valor necessário para perfazer o montante equivalente a três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. Em maio de 2013 a Companhia celebrou contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") no montante de R\$ 33.900. A transação prevê o pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 2,5% ao ano e a dívida tem prazo de vencimento até maio de 2030. O BNB poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia vem cumprindo integralmente com as obrigações. **Covenants** - De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros citados acima. **Garantias financeiras** - Os pagamentos das obrigações decorrentes desses contratos estão assegurados por meio da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia; da alienação fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato de energia com a CCEE (LER-2009) e a CER (nº 33/09); e, do penhor dos direitos creditórios de todos os contratos firmados para fins de

realização do projeto.

**14 Provisão para desmobilização - A** Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 2.950 (2014 - R\$ 2.661), registrada no passivo não circulante.

**15 Contas a pagar**

	31/12/2015	31/12/2014
Outros credores	17	-
Arrendamentos a pagar	20	-
Fianças a pagar-Bradesco	915	436
Fianças a pagar-Banco Pine	917	165
Total	1.869	601
Circulante	1.250	601
Não circulante	619	-
Total	1.869	601

**16 Capital social e reservas**

**(a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 20.286 e está representado por 27.438.095 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Acionista	Capital	Ações	%
MS Participações Societárias S.A.	20.286	27.438.095	100

**(b) Aumento e redução de Capital** - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. **(c) Destinação dos lucros** - Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados da seguinte maneira:

	31/12/2015
Resultado do exercício	2.636
Base da reserva legal	2.636
Constituição da reserva legal (5%)	(132)
Base do dividendo mínimo obrigatório	2.504
Prov.do divid.mínimo obrigatório (5%)	(124)
A composição do saldo da conta em 31/12/2015 é a seguinte:	
Dividendo a pagar 2013	(94)
Dividendo a pagar 2014 (Reapresentado)	(47)
Dividendo a pagar 2015	(124)
Saldo dividendo a pagar em 31/12/2015	(265)

**17 Receita operacional**

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas		
Venda de energia (a)	15.645	12.255
Impostos sobre vendas		
Pis/Cofins	(571)	(569)
Total	15.074	11.686
(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.		

**18 Custo operacional e despesas administrativas**

	31/12/2015	31/12/2014
Deprecs.e amortizações	(4.316)	(4.051)
Encargos de uso do sistema de transmissão-CUST(a)	(1.218)	(1.162)
Apoio operac.e manutenç.(1.473)	(1.473)	(800)
Gastos com pessoal	(408)	(425)
Serviços de terceiros	(411)	(590)
Despesas com seguros	(121)	(122)
Despesas de viagens	(94)	(278)
Despesas tributárias	(10)	(211)
Despesas gerais	(282)	(529)
Total	(8.333)	(8.168)

**Classificados como:**

	31/12/2015	31/12/2014
Custos de operação	(7.595)	(7.850)
Desps.gerais e administrs.	(727)	(15)
Outras despesas	(11)	(303)
Total	(8.333)	(8.168)

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.

**19 Receitas e despesas financeiras**

	31/12/2015	31/12/2014
Juros s/empréstimos e financiamentos	(2.601)	(2.238)
Despesas bancárias	(5)	(3)
Amort.de custos de captação(993)	(993)	(272)
Outras despesas financeiras	(339)	(200)
Total de desps.financeiras	(3.938)	(2.713)

**Receitas Financeiras**

Rends.de aplics.financeiras	256	625
Outras recs.financeiras (i)	1.055	11
Total de recs.financeiras	1.311	636
Total do result.financeiro	(2.627)	(2.077)

(i) Refere-se ao desconto obtido junto ao fornecedor Suzlon proveniente de penalidades contratuais.

**20 Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2015
Lucro Líquido antes do IR e CS	4.114
(+) Adições	1.926
(-) Exclusões	(3.788)
(=) Lucro	2.252
IRPJ	338
IRPJ adicional	201
Total	539
CSLL (9%)	202

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 3o da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou efeitos significativos em decorrência da referida lei. O imposto de Renda e a Contribuição Social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se refere ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base na diferença do prazo da depreciação contábil e fiscal.

Exclusões Depreciação	2.361
IRPJ	541
CSLL	196
Total	737

**21 Cobertura de seguros (não auditada) -**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos de engenharia e obra no montante de R\$ 88.460 e de responsabilidade civil no montante de R\$ 10.000, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Diretora Financeira: Maiza Rodrigues Ponte Parente, Contador: Antonio Werk Rodrigues Pereira CRC-CE 016296/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Icaraf Geração e Comercialização de Energia S/A. Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Icaraf Geração e Comercialização de Energia S/A (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Icaraf Geração e Comercialização de Energia S/A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos** - **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2015, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto. Recife, 11 de maio de 2016. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE. Gustavo dos Santos Amud - Contador CRC 1RJ085031/O-o "S" CE.

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Icapuí. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na Rua Zé Birú, 1297, Centro, Icapuí, Ceará - Secretaria de Administração e Finanças, às 09h:00min. do dia 06 de junho de 2016, Sessão de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas para a Tomada de Preços Nº. 2016.05.16.01, tipo - Menor Preço, destinada a Contratação de empresa especializada para executar obra de Pavimentação em paralelepípedo com rejuntamento (agregado adquirido) nas Ruas José Xavier da Silva, Jardim Paraíso 1, 2, Ananias Nogueira, Cajuais, SDO 02, SDO 06 e nas Travessas Enoque Carneiro, Jardim Paraíso 4, Vila Jardim Paraíso 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, situadas neste município, nas condições de execução descritas neste edital e seus anexos. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Icapuí no horário das 08:00 às 13:00 horas. Informações pelo fone (0xx88) 3432-1346. Icapuí - CE, 19 de maio de 2016. Edinaldo de Oliveira Pereira - **Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará - Prefeitura de Santana do Acaraú - Chamada Pública 1905.02/2016. A Prefeitura de Santana do Acaraú pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. São João, Nº 75, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 07.598.659/0001-30, representado neste ato pela Secretária de Educação, a Sra. Maria do Carmo Gomes, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no Art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados à merenda escolar do Município de Santana do Acaraú - CE, para o exercício de 2016. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 14 de Junho de 2016, às 10:00 horas, na sala da Comissão de Licitação do Município de Santana do Acaraú - CE, situada à Av. São João, Nº 75, Centro, Santana do Acaraú - CE. **Antonio Eudes de Lima Filho** - **Presidente da Comissão de Licitação. Santana do Acaraú - CE, 20 de maio de 2016.**

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - Aviso de Licitação. O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Limoeiro do Norte, comunica aos interessados que no próximo dia 07 de junho de 2016, às 10:00 h, na sala de sessões da Prefeitura, localizada à Rua Coronel Antonio Joaquim, 2121, estará recebendo envelopes de Habilitação "A", e envelopes de Proposta Comercial "B", da Tomada de Preço Nº 001/2016-GM, cujo objeto é a prestação de serviços de podas de arvores e jardinagem nas escolas da rede Municipal de ensino e nas ruas e avenidas do município de Limoeiro do Norte-CE. O edital completo estará à disposição dos interessados no primeiro dia útil a partir desta publicação no horário de 08:00 h, no endereço da Prefeitura, na Rua Coronel Antonio Joaquim, 2121, Centro, Limoeiro do Norte, e no site: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Limoeiro do Norte-CE, aos 18 de maio de 2016. Thiago Chaves Nogueira - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Várzea Alegre. Aviso de Julgamento - Pregão Nº 2016.05.03.1 - O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, torna público, que fora concluído o Julgamento Final do Pregão nº 2016.05.03.1, chegando-se ao seguinte resultado: o licitante C S Lima - ME, classificado nos lotes 1 e 2. Fora destacado ainda, com relação ao julgamento da fase de propostas de preços, o seguinte: o licitante Nordeste Distribuidora Comercio Ltda - EPP teve sua proposta desclassificada para o lote 1; o licitante Francinaldo Silva Mendonça-ME teve sua proposta desclassificada para os lotes 1 e 2, e o licitante e Pereira - ME teve sua proposta desclassificada para o lote 1. Fora declarada habilitada a empresa participante e vencedora por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Prefeitura, sito na Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 - Centro, Várzea Alegre/CE, ou pelo telefone (88) 3541-2893. Várzea Alegre/CE, 17 de Maio de 2016. João Pereira Lacerda. Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre.

\*\*\* \*\*

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO. O Pregoeiro da Prefeitura do Município de QUIXADÁ-CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **07 de Junho de 2016, às 10:00h**, na Sede da Prefeitura Municipal de Quixadá, localizada à Travessa José Jorge Matias Lobo, Nº 13 - Campo Velho, QUIXADÁ-CE, estará realizando licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** sob o nº **049/2016**, com o seguinte objeto: **Aquisição de garrações de água de 20 litros, para suprir as necessidades das Unidades Administrativas do Município de Quixadá/CE, conforme Anexo I.** O edital se encontra na íntegra na Sede da Comissão de Pregões, localizada à Travessa José Jorge Matias Lobo, Nº 13 - Campo Velho, QUIXADÁ-CE, fone: 088-3412-6211, no horário de 08:00h às 12:00h. Em 19 de maio de 2016. Adson Costa Chaves - **Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Uruoca - Aviso de Licitação. O Município de Uruoca, através da Presidente da CPL e Membros, torna público a Tomada de Preço nº 0242803.2016-TP, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a 1ª (primeira) etapa da reforma na Unidade Mista de Saúde na sede do Município de Uruoca-CE. Abertura dia 06/06/2016, às 08h30min, na sala da CPL. Informações: Alaine Albuquerque da Silveira Pessoa (Presidente); Rua João Rodrigues, 135 - Centro; CEP: 62.460-000 - Uruoca/CE; Fone: (88) 3648-1078; E-mail: [pmulicitaçao@hotmail.com](mailto:pmulicitaçao@hotmail.com).



EÓLICA MAR E TERRA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ/MF 10.288.438/0001-70			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
<b>ATIVOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>				
			<b>31/12/15 31/12/14</b>			
			<b>(Reapresentado)</b>			
<b>Circulantes</b>						<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>
Caixa e equiv.de caixa(Nota 7)	2.189	4.916				Adições ao imobilizado (2.802) (4.665)
Contas a receber (Nota 8)	1.292	1.203				Partes relacionadas - empréstimos concedidos 52 (152)
Partes relacionadas (Nota 9)	100	152				<b>Caixa líquido aplicado nas ativs.de investimentos (2.750) (4.817)</b>
Outros ativos (Nota 10)	848	557				<b>Fluxos de caixa das ativs.de financiamentos</b>
Total dos ativos circulantes	4.429	6.828				Captação de empr.e financs. 46.377
Obrigações fiscais e trabalhistas	68	516				Pag.de empr.e financiams. (2.990) (1.492)
<b>Não Circulantes</b>						Custo dos empréstimos (3.830)
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas - empréstimos recebidos (3.227) (8.362)
Contas a receber (Nota 8)	518	-				Adiantamento para futuro aumento de capital - (37.606)
Impostos diferidos	-	50				<b>Caixa líquido (aplicado nas gerado p/ativs.de financ.(10.047) (1.083)</b>
Depósitos judiciais (Nota 11)	1.187	2.391				<b>Aumento de caixa e equivs.de caixa,líquidos (2.727) 2.003</b>
Imobilizado (Nota 12)	92.961	95.261				Caixa e equiv.de caixa no início do exercício 4.916 2.913
Total dos ativos não circuls.	94.666	97.702				Caixa e equivalente de caixa no final do exercício 2.189 4.916
<b>Total dos Ativos</b>	<b>99.095</b>	<b>104.530</b>				<b>Aumento de caixa e equivs.de caixa, líquidos (2.727) 2.003</b>
<b>PASSIVOS E PATR.LÍQ.</b>						
<b>Circulantes</b>						
Fornecedores (Nota 13)	717	2.256				
Empr.s.e financiams.(Nota 14)	4.616	2.990				
Contas a pagar (Nota 16)	1.512	797				
Contas a pagar - CCEE	536					
Partes relacionadas (Nota 9)	3.879	6.128				
Obrigações fiscais e trabalhistas	68	516				
Outras obrigações	30	100				
Total dos passivos circuls.	10.822	13.323				
<b>Não Circulantes</b>						
Empréstos.e financs.(Nota 14)	57.163	63.615				
Prov.p/riscos cíveis (Nota 11)	1.279	1.239				
Contas a pagar - CCEE		212				
Contas a pagar (Nota 16)	1.021					
Partes relacionadas (Nota 9)		978				
Impostos diferidos (Nota 20)	1.231					
Prov.p/desmobiliz.(Nota 15)	3.676	3.325				
Total dos passivos não circs.	64.370	69.369				
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital social (Nota 17)	24.845	24.845				
Prejuízos acumulados	(942)	(3.007)				
Total do patrimônio líquido	23.903	21.838				
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>99.095</b>	<b>104.530</b>				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>				
			<b>(Reapresentado)</b>			
<b>Receita Líquida da Venda de Energia</b> (Nota 18)	15.142	12.921				
<b>Custos de Oper.</b> (Nota 19)	(8.746)	(9.426)				
<b>Lucro Bruto</b>	6.396	3.495				
Despesas Operacionais						
Desp.gerais e admin.(Nota 19)	(742)	(130)				
Doações (Nota 19)	(1.325)	-				
Outras despesas (Nota 19)	(182)	(1.467)				
Total	(2.249)	(1.597)				
<b>Lucro(Prej.)Operac.Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>4.147</b>	<b>1.898</b>				
<b>Resultado Financeiro</b>						
Desps.financeiras (Nota 20)	(4.619)	(2.957)				
Recs.financeiras (Nota 20)	4.510	266				
Total	(109)	(2.691)				
<b>Lucro Antes do I.R. e da Contribuição Social</b>	<b>4.038</b>	<b>(793)</b>				
I.R. e contrib.social correntes e diferidos (Nota 21)	(1.973)	(486)				
<b>Lucro (Prej)do Exercício</b>	<b>2.065</b>	<b>(1.279)</b>				
Lucro (Prej.) do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	0,07	(0,04)				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
<b>1. Informações gerais</b> - A Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. -						



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Lucros ou Capital social acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31/12/2013	24.845	23.117
Prejuízo do exercício (Reapresentado) (Nota 5)	-	(1.279)
SALDOS EM 31/12/2014 (Reapresentado)	24.845	21.838
Lucro do Exercício	-	2.065
SALDOS EM 31/12/2015	24.845	23.903

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Mar e Terra, no município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela MS Participações Societárias S.A. Em 18 de fevereiro de 2014, a Companhia entrou em operação comercial conforme despacho nº 357 de 17 de fevereiro de 2014 emitido pela ANEEL. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

#### Capacidade Energia Assegurada

Eólica	Estado	Cidade	Instalada MW	MWh/ano	Início	Término
Eólica Mar e Terra	Rio Grande do Norte	Areia Branca	23,1	70.080	fev/2014	fev/2034

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 11 de maio de 2016.

(a) **Contrato de Energia de Reserva - CER** - A Companhia firmou um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 200,23, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 28 de Agosto de 2012, a ANEEL alterou, através do Despacho nº 2.682, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para 18 de fevereiro de 2014. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, ficou suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir 18 de fevereiro de 2014 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2017; Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.

**2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

**2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de

juízo. **2.7 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **2.8 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9 Capital social** - As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.10 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **(a) Fornecedor de energia elétrica** - A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de lucro presumido. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados

com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 11). **(b) Conta de ressarcimento-CCEE** - A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **4 Gestão de risco financeiro** - **4.1 Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Menos de um ano Entre um e dois anos Acima de três anos

Em 31/12/2015

Empr.e financs.	4.616	4.939	52.224
Fornecedores	717		

**4.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de



alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015.

	2015	2014
		(Reapresentado)
Total dos empréstimos (Nota 14)	61.779	66.605
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(2.189)	(4.916)
Dívida líquida (a)	59.590	61.689
Total do patrimônio líquido	23.903	21.838
Total do capital (b)	83.493	83.527
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	71	74

**4.3 Estimativa do valor justo** - A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. **5 Reapresentação das Demonstrações Financeiras** A Companhia identificou, durante o exercício, a necessidade de retificação de fatos relacionados a exercícios anteriores. A reapresentação dos saldos foi efetuada para refletir a adequada provisão para desmobilização e respectivas depreciação e atualização. Seguem ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014.

**Conciliação do balanço patrimonial em 31/12/2014:**

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Ativo circulante	6.676	-	6.676
Ativo não circulante	96.929	925	97.854
Total do ativo	103.605	925	104.530
Passivo circulante	13.323	-	13.323
Passivo não circulante	68.098	1.271	69.369
Patrimônio líquido	22.184	(346)	21.838
Total dos passivos e patrim.	103.605	925	104.530

**Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31/12/2014:**

	31/12/2014	Ajustes	31/12/2014
			(Reapresentado)
Custo das operações	(9.198)	(228)	(9.426)
Despesas financeiras	(2.839)	(118)	(2.957)

Considerando que os ajustes são substancialmente no resultado de 2014, a administração entende que não é aplicável a apresentação da terceira coluna no Balanço Patrimonial.

**6 Instrumentos financeiros Instrumentos financeiros**

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	2.189	4.916
Contas a receber (Nota 8)	1.810	1.203
	3.999	6.119
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	61.779	66.605
Fornecedores (Nota 13)	717	2.256
	62.496	68.861

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
<b>Disponibilidades:</b>		
Caixa	1	-
Bradesco S.A.	19	33
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	0	1.681
Santander S.A.	5	9
	25	1.723
<b>Aplicações financeiras (a):</b>		
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	2.099	770
Santander S.A.	65	2.423
	2.164	3.193
Total caixa e equivalentes de caixa	2.189	4.916

(a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

**8 Contas a receber**

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Contas a receber referente a venda de energia de teste(a)		122
Contas a receber refer.a venda de energia(b)	1.277	1.081
Ajuste de geração(c)	533	-
Total	1.810	1.203
Ativo circulante	1.292	1.203
Ativo não circulante	518	-
Total	1.810	1.203

(a) Refere-se a venda de energia elétrica para a CCEE gerada durante o período de testes, de acordo com o CER, a energia gerada durante esse período não é considerada como energia contratada mas será tratada

sobre as mesmas regras de comercialização. (b) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento dos parques eólicos. (c) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada que será faturado conforme contrato de energia de reserva – CER. Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**9 Partes Relacionadas**

	Operação	31/12/2015	31/12/2014
			(Reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>			
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(a)	4	-
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(a)	45	152
Eólica Icarai Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(a)	3	-
MS Participações S.A	Nota de débito(a)	48	-
		100	152
<b>Passivo circulante</b>			
MS Participações Societárias S.A	Mútuo(b)	3.856	6.128
MS Participações Societárias S.A	Nota de débito(c)	15	-
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(c)	2	-
Embuaca Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(c)	3	-
Eólica Icarai Ger e Com de Energia S.A	Nota de débito(c)	3	-
		3.879	6.128
<b>Passivo não circulante</b>			
MS Participações Compartilhamento Societárias S.A	de desps.c/emprést.		978

a) Refere-se a saldo credor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas para as partes relacionadas. b) Operações de mútuo com a controladora sobre as quais não há incidência de encargos financeiros. Tais operações não possuem data de vencimento definida. c) Refere-se a saldo devedor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas pelas partes relacionadas.

**10 Outros ativos**

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a terceiros - pessoa jurídica	7	481
Outros créditos de terceiros a receber	22	-
Impostos a recuperar	610	14
Impostos diferidos	50	-
Despesas antecipadas	159	62
Total	848	557

**11 Depósitos Judiciais e Provisão para Riscos Cíveis** - A provisão para riscos cíveis refere-se a ações de reintegração de posse, as quais a Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, fez o registro na contabilidade para fazer face às perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da provisão era de R\$ 1.279 (2014 – R\$ 1.239). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$ 1.187, referente a constituição de servidão administrativa. A Companhia tem a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

**12. Imobilizado**

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
<b>Custo acumulada</b>		
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	95.944 (9.472)	86.472 88.696
Outros bens em operação	630 (151)	479 389
Desmobilização	3.207 (322)	2.885 3.046
Projetos	3.428 (303)	3.125 3.130
Total	103.209 (10.248)	92.961 95.261

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/12/2015
			(Reapresentado)
<b>Custo</b>			
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	93.449	2.495	95.944
Outros bens em operação	489	141	630
Desmobilização	3.207	-	3.207
Projetos	3.262	166	3.428
Total do custo	100.407	2.802	103.209
<b>Depreciação</b>			
Aerogerads.e estrutura do parque eólico	(4.753)	(4.719)	(9.472)
Outros bens em operação	(100)	(51)	(151)
Desmobilização	(161)	(161)	(322)
Projetos	(132)	(171)	(303)
Total de depreciação	(5.146)	(5.102)	(10.248)
Total	95.261	(2.300)	92.961

(a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedidos pela ANEEL.





13 Fornecedores	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Suzlon Energia		
Eólica do Brasil Ltda.	350	2.013
ABB Ltda.	167	189
Fornecedores Cust	128	
Outros	72	54
Total	<u>717</u>	<u>2.256</u>

O maior saldo em aberto que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 350 com a Suzlon Energia Eólica do Brasil, é decorrente do fornecimento dos aerogeradores.

14 Empréstimos e financiamentos	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	20.968	22.384
(-) Custos de captação de empréstimos	<u>(2.815)</u>	<u>(2.091)</u>
Subtotal	18.153	20.293
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	47.510	47.873
(-) Custos de captação de empréstimos	<u>(3.884)</u>	<u>(1.561)</u>
Subtotal	<u>43.626</u>	<u>46.312</u>
Total	<u>61.779</u>	<u>66.605</u>
Circulante	4.616	2.990
Não circulante	<u>57.163</u>	<u>63.615</u>
Total	<u>61.779</u>	<u>66.605</u>

Em 2013, a Companhia celebrou o contrato junto ao Bando Nacional de Desenvolvimento – BNDES para concessão de financiamento no valor total de R\$ 23.700 dividido em três subcréditos (A, B e C, nos montantes de R\$ 15.250, R\$ 8.200 e R\$ 250) para construção do Parque Eólico Mar e Terra. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A e B incidirão juros à taxa de 1,88% + TJLP ao ano. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito C incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Em 31 de dezembro de 2015, já havia sido liberado a totalidade do valor do empréstimo. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2015 o total de 25 prestações. De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros, “covenants”. Ainda de acordo com o contrato firmado junto ao BNDES, a Companhia constituiu em 2015 contas de reserva do serviço da dívida, no valor necessário para perfazer o montante equivalente a três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. Em maio de 2013, a Companhia celebrou contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no montante de R\$ 50.000. A transação prevê o pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 2,5% ao ano e a dívida tem prazo de vencimento até maio de 2030. O BNB poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia vem cumprindo integralmente com as obrigações. **Covenants** - De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato pos-

sui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros citados acima. **Garantias financeiras** - Os pagamentos das obrigações decorrentes desses contratos estão assegurados por meio da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia; da alienação fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato de energia com a CCEE (LER-2009) e a CER (nº 97/09); e, do penhor dos direitos creditórios de todos os contratos firmados para fins de realização do projeto. **15 Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 3.676 (2014 – R\$ 3.325), registrada no passivo não circulante.

16 Contas a pagar	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)

Outros credores	26	
Arrendamentos a pagar	21	
Fianças a pagar-Bradesco(a)	1.628	642
Fianças a pagar-Bco.Pine(a)	<u>858</u>	<u>155</u>
Total	<u>2.533</u>	<u>797</u>
Circulante	1.512	797
Não circulante	<u>1.021</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.533</u>	<u>797</u>

a) Refere-se a provisão para pagamento de fianças garantidoras das obrigações mantidas pela Companhia junto ao BNDES e ao BNB.

**17. Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 24.485 (2014 – R\$ 24.485) e está representado por 27.793.333 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Acionista	Capital	Ações	%
MS Participações Societárias S.A.	24.485	27.796.333	100

**(b) Aumento e redução de Capital - A** Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferências de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. **(c) Destinação dos lucros** - Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia. O lucro obtido no ano de 2015 foi totalmente destinado a absorção do prejuízo acumulado.

	31/12/2015
Prejuízo acumulado	(3.007)
Absorção de prejuízos acumulados	<u>2.065</u>
	<u>942</u>

18 Receita operacional	31/12/15	31/12/14
		(Reapresentado)

Receita bruta de vendas		
Venda de energia (a)	15.716	13.410
Impostos sobre vendas		
Pis / Cofins	<u>(574)</u>	<u>(489)</u>
Total	<u>15.142</u>	<u>12.921</u>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

19 Custo operacional e despesas administrativas	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Deprecs.e amortizações	(5.102)	(5.126)
Encargos de uso do sistema de transmissão-CUST(a)	(1.606)	(1.285)
Apoio operac.e manutenç.(1.635)		(497)
Gastos com pessoal	(538)	(297)
Serviços de terceiros	(358)	(1.628)
Despesas com seguros	(104)	(278)
Despesas de viagens	(49)	(192)
Despesas tributárias	(141)	-
Doações (b)	(1.325)	-
Desps.c/contingencs.civeis	(40)	(1.239)
Despesas gerais	<u>(97)</u>	<u>(481)</u>
Total	<u>(10.995)</u>	<u>(11.023)</u>

Classificados como:		
Custos de operação	(8.746)	(9.426)
Desps.gerais e administrs.	(742)	(130)
Doações (b)	(1.325)	-
Outras despesas	<u>(182)</u>	<u>(1.467)</u>
Total	<u>(10.995)</u>	<u>(11.023)</u>

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação. (b) Refere-se a doação do bay de conexão e de sobressalentes para a CHESF.

20 Receitas e despesas financeiras	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)

Despesas Financeiras		
Juros s/emprs.e financs.	(2.913)	(2.294)
Despesas bancárias	(7)	(8)
Desps.c/comissão de fianças	(3)	(371)
Outras desps.financeiras	<u>(1.696)</u>	<u>(284)</u>
Total de desps.financeiras	<u>(4.619)</u>	<u>(2.957)</u>

Receitas Financeiras		
Rends.de aplics.financeiras	189	213
Outras recs.financeiras (i)	<u>4.321</u>	<u>53</u>
Total de recs.financeiras	<u>4.510</u>	<u>266</u>
Total do result.financeiro	<u>(109)</u>	<u>(2.691)</u>

(i) Refere-se ao desconto obtido junto ao fornecedor Suzlon proveniente de penalidades contratuais. **21 Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2015
Lucro Líquido antes do IR e CS	4.038
(+) Adições	2.002
(-) Exclusões	<u>(3.788)</u>
(=) Lucro	2.252
IRPJ	338
IRPJ adicional	<u>201</u>
Total	<u>539</u>
CSLL (9%)	<u>203</u>

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 3o da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória no 627 foi convertida na Lei no 12.973/14, confirmando a revogação do Regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou efeitos significativos em decorrência da referida lei. O imposto de Renda e a Contribuição Social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se refere também ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base na diferença do prazo da depreciação contábil e fiscal.

Exclusões (Depreciação)	<u>3.620</u>
IRPJ	905
CSLL	<u>326</u>
Total	<u>1.231</u>

**22 Cobertura de seguros (não auditada)** - Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$ 108.445 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Diretora Financeira: Maiza Rodrigues Ponte Parente, Contador: Antonio Werk Rodrigues Pereira CRC-CE 016296/O-8.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos-Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**-O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2015, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto. Recife, 11 de maio de 2016- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes-CRC 2SP000160/O-5°S"CE Gustavo dos Santos Amud Contador CRC 1RJO85031/O-0 "S" CE.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CPSMT.** A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CPSMT, localizada na Rua Abigail Cidrão, Nº 190, bairro Colibris, em Tauá-Ce, torna público que se encontra à disposição dos interessados o edital do **Pregão Presencial Nº 2005.01/2016 - CPSMT**, cujo objeto é a Aquisição de material de consumo odontológico, para atender as necessidades do Centro de Especialidades Odontológica - CEO, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CE, que realizar-se-á no dia 02/06/2016, às 09:00 Horas. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00hs. às 12:00 hs, e no site [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Tauá-Ce, 20 de Maio de 2016. Sérgio Veríssimo Loiola – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO.** O Pregoeiro da Prefeitura do Município de QUIXADÁ-CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **06 de junho de 2016, às 14:00h**, na Sede da Prefeitura Municipal de Quixadá, localizada à Travessa José Jorge Matias Lobo, Nº 13 - Campo Velho, QUIXADÁ-CE, estará realizando licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** sob o nº **048/2016**, com o seguinte objeto: **Aquisição de recarga de botijão de gás (GLP) e botijão para gás engarrafado, para suprir as necessidades das Unidades Administrativas do Município de Quixadá/CE, conforme Anexo I.** O edital se encontra na íntegra na Sede da Comissão de Pregões, localizada à Travessa José Jorge Matias Lobo, Nº 13 - Campo Velho, QUIXADÁ-CE, fone: 088-3412-6211, no horário de 08:00h às 12:00h. Em 19 de maio de 2016. Adson Costa Chaves - **Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU - AVISO DE LICITAÇÃO.** A Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 07 de Junho de 2016, às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2016-TPSOU**. **Objeto:** Recuperação de estrada vicinal com revestimento primário e drenagem - Trecho CE-060 ao Distrito do São Joaquim, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Senador Pompeu. O edital estará disponível nos dias úteis na Sala da Comissão de Licitação no horário das 08:00h às 12:00h, na sede da Prefeitura à Av. Francisco França Cambraia, S/N, Centro. Senador Pompeu-CE, 19 de Maio de 2016. **Francisco Rafael Parente Torres - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Paracuru - Aviso de Adiamento da Licitação – Tomada de Preços Nº 05.004/2016 - TP.** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Paracuru torna público, para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços 05.004/2016TP, marcado para o dia 01 de junho de 2016 às 10:00h, na sede da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracuru, localizada à Rua Coronel Meireles, 07, Centro, Paracuru-CE, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de ampliação e reforma com construção de 03 (três) salas na Escola de Ensino Infantil e Fundamental José Ferreira da Silva na localidade de Campo de Semente, no Município de Paracuru de interesse da Secretaria de Educação, fica adiado para o dia 08 de junho de 2016, às 10:00h devido a mudanças no edital, o qual encontra-se a disposição no endereço acima, no horário de 08:00 às 12:00h. **Sara Jane Souza do Nascimento - À Presidente.**

\*\*\* \*\*

**Aviso de Interposição de Recurso.** O Município de Pacajus, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que as empresas: Taldi Incorporações Ltda - EPP e Newfort Construtora e Prestadora de Serviços Ltda-ME, apresentaram Recursos Administrativos contra sua Inabilitação, no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, Nº 2016.03.16.011-TP, do tipo menor preço global, cujo objeto é a Urbanização da Entrada da Cidade do Município de Pacajus/CE, com a Construção de Calçadas em Ambos os Lados da Via, Canteiro Central e Iluminação Pública da Rua. Maiores informações na sala da Comissão de Licitação das 08:00 ao 12:00, situada na Rua Guarany, 600 – Altos – Centro- Pacajus - Estado do Ceará, pelo telefone (85) 3348-1077. Pacajus-CE, 16 de maio de 2016. Maria Fábola Alves Castro - Presidente da Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2016.05.16.001** - O Pregoeiro Oficial do Município de Chorozinho torna público recebimento das propostas virtuais no endereço [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br), até o dia 07 de Junho de 2016 às 08:h00min (horário de Brasília -DF), cujo objeto é aquisição de material permanente para Hospital Maria da Conceição de Carvalho no Município de Chorozinho, conforme termo de referência. Maiores informações no endereço eletrônico acima ou junto à Comissão de 08h00 às 12h00min, sito a Av. Raimundo Simplício de Carvalho, S/N - Vila Requeijão - Chorozinho - CE, 18.05.2016. Cosmo Vital Lino - Pregoeiro.

\*\*\* \*\*



EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ/MF 10.288.461/0001-65			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
<b>BALANÇOS PATRIMONIAL</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma								
<b>ATIVOS</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>				
<b>Circulantes</b>								
Caixa e eqivs.de caixa(Nota 7)	8.350	6.152						
Contas a receber (Nota 8)	1.746	4.456						
Partes relacionadas (Nota 9)	66	-						
Outros ativos (Nota 10)	1.678	364						
Total dos ativos circulantes	11.840	10.972						
<b>Não Circulantes</b>								
Realizável a longo prazo	-	109						
Impostos diferidos	-	109						
Imobilizado (Nota 11)	105.071	104.076						
Total dos ativos não circuls.	105.071	104.185						
<b>Total dos Ativos</b>	<b>116.911</b>	<b>115.157</b>						
<b>PASSIVOS E PATR.LÍQ.</b>								
<b>Circulantes</b>								
Fornecedores (Nota 12)	839	1.611						
Empréstos.e financs.(Nota 13)	6.082	3.571						
Dividendos a pagar (Nota 9)	309	227						
Contas a pagar (Nota 15)	1.694	921						
Contas a pagar-CCEE (Nota 16)	-	124						
Partes relacionadas (Nota 9)	28	792						
Obrigs.fiscais e trabalhistas	140	527						
Outras Obrigações	20	-						
Total dos passivos circulantes	9.112	7.773						
<b>Não Circulantes</b>								
Contas a pagar (Nota 15)	1.162	-						
Empr.e financs.(Nota 13)	66.098	58.384						
Ctas.a pagar-CCEE (Nota 16)	1.308	1.496						
Adiants.p/futuro aumento de capital (Nota 9)	-	11.661						
Impostos diferidos (Nota 21)	1.389	-						
Prov.p/desmobiliz.(Nota 14)	3.502	3.160						
Total dos passivos não circuls.	73.459	74.701						
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital social (Nota 17)	28.133	28.133						
Reservas de lucros	6.207	4.550						
Total do patrimônio líquido	34.340	32.683						
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>116.911</b>	<b>115.157</b>						
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras								
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO</b> Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma								
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>						
<b>Receita Líquida da Venda de Energia</b> (Nota 18)	19.378	17.706						
<b>Custos de Oper.</b> (Nota 19)	(13.539)	(8.157)						
<b>Lucro Bruto</b>	5.839	9.549						
<b>Despesas Operacionais</b>								
Desps.gerais e admin.(Nota 19)	(856)	(213)						
Doações (Nota 19)	(152)	-						
Outras despesas (Nota 19)	(98)	(17)						
Total	(1.106)	(230)						
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>4.733</b>	<b>9.319</b>						
<b>Resultado Financeiro</b>								
Desps.financeiras (Nota 20)	(4.481)	(2.396)						
Recs.financeiras (Nota 20)	2.850	599						
Total	(1.631)	(1.797)						
<b>Lucro Antes do I.R. e da Contribuição Social</b>	<b>3.102</b>	<b>7.522</b>						
I.R. e contribuição social correntes e diferidos(Nota 21)	(1.363)	(755)						
<b>Lucro Líq.do Exercício</b>	<b>1.739</b>	<b>6.767</b>						
Lucro líq.(prej.) do exercício p/ lote de mil ações - R\$ mil	0,05	0,20						
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras								
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
<b>1. Informações gerais</b> - A Eólica Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. - ("Companhia"), é uma sociedade anônima de								



**principais políticas contábeis adotadas** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras. **(b) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **2.4. Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 10, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5). **2.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa

identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.6. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.7. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **2.8. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9. Capital social** - As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.10. Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **(a) Fornecimento de energia elétrica** - A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de lucro real. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na

experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 10). **(b) Conta de ressarcimento-CCEE** - A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **4. Gestão de risco financeiro** - **4.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.



Em 31/12/2015	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos				
Empréstimos e financeiros	6.082	7.988	58.110				
Fornecedores	839						
<p><b>4.2. Gestão de capital</b> - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015.</p>							
	<u>2015</u>	<u>2014</u>					
Total dos empréstimos (Nota 13)	72.180	61.955					
Menos: caixa e eqivs.de caixa (Nota 7)	(8.350)	(6.152)					
Dívida líquida (a)	<u>63.830</u>	<u>55.803</u>					
Total do patrimônio líquido	<u>33.080</u>	<u>32.683</u>					
Total do capital (b)	96.910	88.486					
Índice de alavancagem financeira-%(a/b)	66	63					
<p><b>4.3. Estimativa do valor justo</b> - A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.</p>							
<p><b>5. Reapresentação das Demonstrações Financeiras</b> - A Companhia identificou, durante o exercício, a necessidade de retificação de fatos relacionados a exercícios anteriores. A reapresentação dos saldos foi efetuada para refletir a adequada provisão para desmobilização e respectivas depreciação e atualização. Seguem ajustes efetuados pela Companhia para apresentar o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014.</p>							
<b>Conciliação do balanço patrimonial em 31/12/2014:</b>							
	<u>31/12/2014</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Ativo circulante	10.972	-	10.972				
Ativo não circulante	103.358	827	104.185				
Total do ativo	<u>114.330</u>	<u>827</u>	<u>115.157</u>				
Passivo circulante	7.789	(16)	7.773				
Passivo não circulante	73.531	1.170	74.701				
Patrimônio líquido	<u>33.010</u>	<u>(327)</u>	<u>32.683</u>				
Total dos passivos e patrim.	<u>114.330</u>	<u>827</u>	<u>115.157</u>				
<b>Conciliação da demonstração de resultado do exercício em 31/12/2014:</b>							
	<u>31/12/2014</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Custo das operações	(8.174)	(243)	(8.417)				
Despesas financeiras	(2.396)	(100)	(2.496)				
Considerando que os ajustes são substancialmente no resultado de 2014, a administração entende que não é aplicável a apresentação da terceira coluna no Balanço Patrimonial.							
<b>6. Instrumentos financeiros</b>							
<b>Empréstimos e recebíveis</b>							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)			8.350				
Contas a receber (Nota 8)			<u>1.746</u>				
			<u>10.096</u>				
Outros passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)			72.180				
Fornecedores (Nota 12)			839				
			<u>73.019</u>				
<b>7. Caixa e equivalentes de caixa</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Disponibilidades:							
Caixa	2		2				
Bradesco S.A.	28		52				
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	227		1.584				
Santander S.A.	4		8				
	<u>261</u>		<u>1.646</u>				
Aplicações financeiras (a):							
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	7.095		2.659				
Santander S.A.	<u>994</u>		<u>1.847</u>				
	<u>8.089</u>		<u>4.506</u>				
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>8.350</u>		<u>6.152</u>				
(a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.							
<b>8 Contas a receber</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Ctas.a rec.refer.a venda de energia em teste (a)	-		2.865				
Contas a receber refer.a venda de energia(b)	1.738		1.591				
Ajuste de energia (c)	8		-				
Total - Circulante	<u>1.746</u>		<u>4.456</u>				
(a) Refere-se a venda de energia elétrica para a CCEE gerada durante o período de testes, de acordo com o CER, a energia gerada durante esse período não é considerada como energia contratada mas será tratada sobre as mesmas regras de comercialização. (b) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento de dezembro de 2015 dos parques eólicos. (c) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada que será faturado conforme contrato de energia de reserva – CER. Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.							
<b>9 Partes relacionadas</b>							
<b>Ativo circulante</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Eólica Icarai Ger e Com de Energia S.A		Nota de débito (a)	2				
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A		Nota de débito (a)	3				
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A		Nota de débito (a)	4				
MS Participações S.A		Nota de débito (a)	<u>57</u>				
			<u>66</u>				
<b>Passivo circulante</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
MS Participações Societárias S.A		Dividendos a pagar (b)	309	227			
MS Participações Societárias S.A		Mútuo (c)	-	792			
MS Participações Societárias S.A		Nota de débito (d)	18	-			
Eólica Mar e Terra Ger e Com de Energia S.A.		Nota de débito (d)	4	-			
Eólica Icarai Ger e Com de Energia S.A		Nota de débito (d)	3	-			
Eólica Bela Vista Ger e Com de Energia S.A		Nota de débito (d)	<u>3</u>	<u>-</u>			
			<u>337</u>	<u>1.019</u>			
<b>Passivo não circulante</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
MS Participações Societárias S.A		Adiantamento p/ futuro aumento de capital	11.661				
a) Refere-se a saldo credor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas para as partes relacionadas. b) Refere-se a saldos de dividendos propostos para a controladora, oriundos dos resultados dos exercícios de 2014 e 2015. c) Operações de mútuo com a controladora sobre as quais não há incidência de encargos financeiros. Tais operações não possuem data de vencimento definida. d) Refere-se a saldo devedor da Companhia decorrente de pagamentos de despesas diversas pelas partes relacionadas.							
<b>10 Outros ativos</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
Adiantamento a terceiros - pessoa jurídica			53	22			
Outros créditos de terceiros a receber			18	-			
Impostos a recuperar			1.446	8			
Impostos diferidos			109	-			
Despesas antecipadas			<u>52</u>	<u>334</u>			
Total			<u>1.678</u>	<u>364</u>			
<b>11. Imobilizado</b>							
	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>				
				<b>(Reapresentado)</b>			
	<u>Custo</u>		<u>Deprec. Imobiliz. acumulada</u>		<u>Imobiliz. líquido</u>		<u>Depreciação a.a.(%)</u>
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	108.115 (10.045)	98.070	97.264	5			
Outros bens em operação	1.163 (328)	835	701	10 a 20			
Adiantams.p/construção	9	-	9	530			
Projetos	3.787 (388)	3.399	2.666				
Desmobilização	<u>3.060 (302)</u>	<u>2.758</u>	<u>2.915</u>	5			
Total	<u>116.134 (11.063)</u>	<u>105.071</u>	<u>104.076</u>				
(a) Estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedidos pela ANEEL. O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:							
	<u>Saldos em 31/12/2014</u>		<u>Adições</u>		<u>Transfe-rências</u>		<u>Saldos em 31/12/2015</u>
				<b>(reapresentado)</b>			
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	101.975	5.619	521	108.115			
Outros bens em operação	852	311	-	1.163			
Adiantamentos para construção	530	-	(521)	9			
Projetos	2.767	1.020	-	3.787			
Desmobilização	<u>3.060</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.060</u>			
Total do custo	109.184	6.950	-	116.134			
<b>Depreciação</b>							
Aerogeradores e estrutura do parque eólico	(4.711)	(5.334)	-	(10.045)			
Outros bens em operação	(151)	(177)	-	(328)			
Projetos	(101)	(287)	-	(388)			
Desmobilização	<u>(145)</u>	<u>(157)</u>	<u>-</u>	<u>(302)</u>			
Total de depreciação	<u>(5.108)</u>	<u>(5.955)</u>	<u>-</u>	<u>(11.063)</u>			
Total	<u>104.076</u>	<u>995</u>	<u>-</u>	<u>105.071</u>			



12. Fornecedores	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.	327	1.376
ABB Ltda.	281	175
Fornecedores Cust	72	-
Tivit Terc. de Processos	45	-
Fluke do Brasil Ltda	49	-
Outros	65	60
Total	839	1.611

O maior saldo em aberto que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 327 com a Suzlon Energia Eólica do Brasil, é decorrente do fornecimento dos aerogeradores.

### 13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	22.284	23.614
(-) Custos de captação de empréstimos	(2.897)	(2.070)
Subtotal	19.387	21.544
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	57.582	42.373
(-) Custos de captação de empréstimos	(4.789)	(1.962)
Subtotal	52.793	40.411
Total	72.180	61.955
Circulante	6.082	3.571
Não circulante	66.098	58.384
	72.180	61.955

Em 2013, a Companhia celebrou o contrato junto ao Bando Nacional de Desenvolvimento – BNDES para concessão de financiamento no valor total de R\$ 23.700 dividido em três subcréditos (A, B e C, nos montantes de R\$ 17.450, R\$ 6.000 e R\$ 250, respectivamente) para construção do Parque Eólico Embuaca. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A e B incidirão juros à taxa de 1,76% + TJLP ao ano. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito C incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Em 31 de dezembro de 2015 já havia sido liberado a totalidade do valor do empréstimo. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2015 o total de 25 prestações. De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros, “covenants”. Em maio de 2013 a Companhia celebrou contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no montante de R\$ 59.700. A transação prevê o pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 2,5% ao ano e a dívida tem prazo de vencimento até maio de 2030. O BNB poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplimento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia vem cumprindo integralmente com as obrigações. **Covenants** - De acordo com o contrato de financiamento, a Companhia precisa manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30 e índice de capitalização própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do projeto, definido entre o capital social e o ativo total. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros citados acima. **Garantias financeiras** - Os

pagamentos das obrigações decorrentes desses contratos estão assegurados por meio da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia; da alienação fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato de energia com a CCEE (LER-2009) e a CER (nº 60/09); e, do penhor dos direitos creditórios de todos os contratos firmados para fins de realização do projeto.

**14 Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 3.502 (2014 – R\$ 3.160), registrada no passivo não circulante.

### 15 Contas a pagar

	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Arrendamentos a pagar	26	-
Fianças a pagar-Bradesco(a)	1.943	767
Fianças a pagar-Banco Pine(a)	856	154
Outros credores	31	-
Total	2.856	921
Circulante	1.694	921
Não circulante	1.162	-
Total	2.856	921

a) Refere-se a provisão para pagamento de fianças garantidoras das obrigações mantidas pela Companhia junto ao BNDES e ao BNB.

**16 Contas a pagar – CCEE** - Em 31 de dezembro de 2015, as contas a pagar junto a CCEE se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CER, sendo integralmente classificada no passivo não circulante devido a geração estar dentro da faixa de tolerância.

### 17 Capital social e reservas

**(a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 28.133 (2014 – R\$ 28.133) e está representado por 32.177.333 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

#### Acionista Capital Ações %

MS Participações Societárias S.A. 28.133 32.177.333 100

**(b) Aumento e redução de Capital** - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. **(c) Destinação dos lucros** - Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados da seguinte maneira:

**31/12/2015**  
 Resultado do exercício 1.739  
 Base da reserva legal 1.739  
 Constituição da reserva legal (5%) (87)  
 Base do dividendo mínimo obrigatório 1.652  
 Provisão do dividendo mínimo obrigatório (5%) (82)

### 18 Receita operacional

	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Receita bruta de vendas		
Venda de energia (a)	20.160	18.333
Impostos sobre vendas		
Pis / Cofins	(782)	(627)
Total	19.378	17.706

**(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.**

### 19 Custo operacional e despesas administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Deprecs.e amortizações	(5.956)	(5.049)
Encargos de uso do sistema de transmissão-CUST (a)	(952)	(591)
Apoio oper.e manutenção	(5.930)	(430)
Gastos com pessoal	(656)	(112)
Serviços de terceiros	(490)	(1.701)
Despesas com seguros	(179)	(266)
Despesas de viagens	(111)	(243)
Despesas tributárias	(102)	-
Doações (b)	(152)	-
Despesas gerais	(117)	5
Total	(14.645)	(8.387)
Classificados como:		
Custos de operação	(13.539)	(8.157)
Desps.gerais e administrs.	(856)	(213)
Doações	(152)	-
Outras despesas	(98)	(17)
Total	(14.645)	(8.387)

**(a)** Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação. **(b)** Refere-se a doação de sobressalentes para a CHE SF.

### 20 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
	(Reapresentado)	
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.225)	(1.999)
Amortização dos custos de transação	(833)	(340)
Despesas bancárias	(9)	(9)
Outras despesas financeiras	(414)	(48)
Total de desps.financeiras	(4.481)	(2.396)
Receitas Financeiras		
Rends.de aplics.financeiras	896	592
Outras recs.financeiras (i)	1.954	7
Total de recs.financeiras	2.850	599
Total do result.financeiro	(1.631)	(1.797)

**(i)** Refere-se ao desconto obtido junto ao fornecedor Suzlon proveniente de penalidades contratuais.

### 21 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015
Lucro Líquido antes do IR e CS	3.098
(+) Adições	508
(-) Exclusões	(4.073)
(=) Lucro	(467)

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 3o da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou efeitos significativos em decorrência da referida lei. O imposto de Renda e a Contribuição Social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se refere ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base na diferença do prazo da depreciação contábil e fiscal.

Exclusões (depreciação)	4.008
IRPJ	1.002
CSLL	361
Total	1.363



**22. Cobertura de seguros (não auditada)** - A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas se referiam a seguro de responsabilidade civil geral no valor de R\$ 10.000 e seguro contra riscos de engenharia e obra no montante de R\$ 121.728, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Diretora Financeira: Maiza Rodrigues Ponte Parente, Contador: Antonio Werk Rodrigues Pereira CRC-CE 016296/O-8

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos** - **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2015, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto. Recife, 11 de maio de 2016. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE Gustavo dos Santos Amud - Contador CRC 1RJ085031/O-o "S" CE.

\*\*\* \*\*



**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU - AVISO DE LICITAÇÃO.** A Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, através da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 03 de Junho de 2016, às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016-PPSDV. **Objeto:** Aquisição de material de construção, elétrico, hidráulico, pintura, madeira, ferragens e ferramentas e outros, junto às diversas unidades administrativas do Município de Senador Pompeu. O edital estará disponível nos dias úteis na Sala da Comissão de Licitação no horário das 08:00h às 12:00h, na sede da Prefeitura à Av. Francisco França Cambraia, S/N, Centro. Senador Pompeu-CE, 19 de Maio de 2016. **Francisco Rafael Parente Torres - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Município de Boa Viagem - Aviso de Licitação Tomada de Preços 1905.1/16-SIRH.** O Município de Boa Viagem, através da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, torna público aos interessados que no dia 06 de Junho de 2016, às 15:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, cujo objeto é a Construção de duas Praças nos Bairros Boaviaginha e Vila Azul, na Sede do Município de Boa Viagem - CE, Conforme Projeto Básico, em conformidade com os requisitos e condições do Edital e seus Anexo. O Edital e informações poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Praça Monsenhor José Candido, 100, Centro, no horário de 08:00 às 12:00 horas, nos dias úteis. **Boa Viagem, 19 de maio de 2016.**

\*\*\* \*\*

COTECE S.A. - CNPJ/MF nº 06.054.647/0001-82 - NIRE 23300013395 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam os Srs. Acionistas da COTECE S.A. convocados a comparecer à assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 31 de maio de 2016, às 10:00 horas, na sede social, à Av. Parque Leste, nº 200, Distrito Industrial de Fortaleza, Maracanaú, Ceará, a fim de deliberar acerca de: 1) contas dos administradores, exame e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; 2) destinação do resultado do exercício; 3) eleição dos membros do Conselho de Administração da companhia; 4) remuneração dos administradores. Maracanaú, 10 de maio de 2015. (a) *Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho*, Presidente do Conselho de Administração.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Município de Boa Viagem - Aviso de Licitação - Tomada de Preços 1905.2/16 - SIRH.** O Município de Boa Viagem, através da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, torna público aos interessados que no dia 07 de Junho de 2016, às 09:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço Global, cujo objeto é a Reforma de uma praça no bairro Floresta, no Município de Boa Viagem - CE, conforme projeto básico, em conformidade com os requisitos e condições do Edital e seus anexos. O Edital e informações poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Praça Monsenhor José Candido, 100, Centro, no horário de 08:00 às 12:00 horas, nos dias úteis. **Boa Viagem, 19 de maio de 2016.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Iguatu - Extrato de Contrato Nº2016042501-CAM-Iguatu - Processo Licitatório: Tomada de preço nº 2016.04.25.01-CAM-Iguatu.** Contratante: Câmara Municipal de Iguatu-CE. Contratado: Pro-Município Serviços - EIRELI- EPP, CNPJ nº.11.650.636/0001-03. Objeto: contratação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Vigência: 12 meses, O valor global estimado: R\$ 119.850,00 (cento e dezenove mil oitocentos e cinquenta reais) Dotação Orçamentária: 0101.0103100001.1.001- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00. Assina pela Contratante: Rubenildo Cadeira de Oliveira - Ordenador de Despesas. Assina pela Contratada: João do Nascimento Lima. Data da Assinatura: 18 de maio de 2016.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cruz - Pregão Presencial Nº 028/2016-ADM.** A Comissão de Licitação de Cruz - CE, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 08 de Junho 2016, às 09:00 hs na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça dos Três Poderes, s/n, Aningas - Município de Cruz - CEP: 62.595-000, haverá à sessão para recebimento da documentação de Proposta de Preço e Habilitação referente ao Pregão Presencial - nº 028/2016-ADM, cujo objeto é Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e diversos e bombas submersas destinados às Secretarias do Município de Cruz-CE. O edital poderá ser adquirido junto à CPL, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h. **Francisca Neuza da Cunha Martínez- Pregoeira. Cruz/CE, 19 de Maio de 2016.**

**CIA. METALIC NORDESTE**  
CNPJ nº 01.183.070/0001-95

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Maracanaú - CE, 20 de Maio de 2015. A Administração.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO</b> <b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> <b>PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>		<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>ATIVOS</b>				<b>FLUXO DE CAIXA DAS</b>			
<b>CIRCULANTES</b>				<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.277	65.567	Lucro líquido do exercício		1.911	11.606
Contas a receber de clientes	5	59.760	29.552	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Estoques	6	43.610	35.261	Provs.p/aj.t.ao valor de realização	6	49	(139)
Impostos a recuperar	7	173	4.721	Depreciação e amortização	18	4.902	4.867
Outros créditos		826	114	Valor residual de ativo imobilizado baixado	8	-	1
Total dos ativos circulantes		122.646	135.215	Incentivo fiscal - PROVIN	11	(379)	(107)
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				Juros e atualizações monetárias	11	10	11
Depósitos judiciais	15	891	289	Provisões para riscos	15	(289)	(59)
Impostos a recuperar LP	7	46	87	(Aum.)red.nos ativos operacionais:			
Imobilizado	8	48.410	51.711	Contas a receber de clientes		(30.208)	(5.565)
Intangível		290	269	Estoques		(8.398)	1.233
Total dos ativos não circulantes		49.637	52.356	Impostos a recuperar		4.589	(14)
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>172.283</b>	<b>187.571</b>	Parte Relacionada			16.146
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO</b>				Outros ativos		(712)	367
<b>LÍQUIDO</b>				Depósitos judiciais		(602)	185
<b>CIRCULANTES</b>				Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	2.388	4.264	Fornecedores		(1.876)	2.148
Incentivo fiscal - PROVIN	11	6.228	7.167	Obrigações sociais		(540)	735
Obrigações sociais	12	2.413	2.953	Obrigações fiscais		(592)	(13.004)
Obrigações fiscais	13	1.723	1.115	I.R. e contribuição social pagos		1.187	427
Contas a pagar	14	10.772	5.493	Contas a pagar		5.279	3.079
Outras contas a pagar		47	46	Cretores diversos		1	(112)
Total dos passivos circulantes		23.571	21.038	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(25.668)	21.805
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>FLUXO DE CAIXA DAS</b>			
Incentivo fiscal - PROVIN	11	12.106	11.549	<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Provisões para riscos	15	6.530	6.819	Aquisição de imobilizado	8	(1.523)	(1.229)
Total dos passivos não circulantes		18.636	18.368	Aquisição de intangível		(99)	(295)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.622)	(1.524)
Capital social	16	189.801	209.801	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES</b>			
Prejuízos acumulados		(59.725)	(61.636)	<b>DE FINANCIAMENTO</b>			
Total do patrimônio líquido		130.076	148.165	Redução de Capital pelo Controlador	16	(20.000)	-
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E</b>		<b>172.283</b>	<b>187.571</b>	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(20.000)	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
	<b>Nota Explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	Caixa e eqivs.de cx.no início do exercício		65.567	45.286
Receita operacional líquida	17	119.926	100.082	Caixa e eqivs.de cx.no final do exercício		18.277	65.567
Custo dos produtos vendidos	18	(101.699)	(87.205)	<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(47.290)</b>	<b>20.281</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>18.227</b>	<b>12.877</b>	<b>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</b>			
RECEITAS (DESPS.)OPERACS.				<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
Despesas com vendas	18	(5.811)	(3.971)				
Despesas administrativas	18	(7.654)	(9.314)	Reserva de Prejuízos			
Outras, líquidas	18	(4.575)	(609)	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>187</b>	<b>(1.017)</b>				
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	209.801	6.305	(74.991)
Receitas financeiras	19	5.085	7.456	Ajustes	-	-	(4.556)
Despesas financeiras	19	(1.573)	(1.497)	SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	209.801	6.305	(79.547)
Total		3.512	5.959	Prejuízo do exercício	-	-	11.606
<b>LUCRO OPERAC.ANTES DO I.R. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>3.699</b>	<b>4.942</b>	Destinações - Reserva de incentivo fiscal	-	(6.305)	6.305
Imposto de renda e contrib.social	20	(1.788)	(1.523)	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	209.801	-	(61.636)
Imposto de renda e contrib.diferido	-	8.187	-	Restituição de capital	16	(20.000)	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.911</b>	<b>11.606</b>	Lucro líquido do exercício	-	-	1.911
<b>LUCRO LÍQUIDO P/AÇÃO - em R\$</b>		<b>0,02</b>	<b>0,13</b>	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	189.801	-	(59.725)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b> (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
		<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.911</b>	<b>11.606</b>				
Outros resultados abrangentes		-	-				
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.911</b>	<b>11.606</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015***(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).*

**1. INFORMAÇÕES GERAIS** - A Cia. Metalic Nordeste ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e tem por objeto social a fabricação de embalagens metálicas, destinadas basicamente à indústria de bebidas. Sua unidade operacional se caracteriza como uma das mais modernas existentes no mundo e conta com duas linhas de produção distintas, a de latas, cuja a matéria-prima é o aço revestido de estanho, e a de tampas, que utiliza como matéria-prima o alumínio. Sua produção está voltada principalmente para o mercado Norte e Nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO** - a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. d) Uso da estimativa e julgamento - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo e passivo e provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. e) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 2015. No exercício de 2015, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015. Essas alterações às normas internacionais - IFRSs ainda não foram editadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC - Conselho Federal de Contabilidade de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias são, entre outras, as seguintes: a) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, inicialmente, são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição, e podem ser classificados nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. No caso da Companhia, compreende, basicamente: Caixa e equivalentes de caixa - São representados por fundo fixo de caixa, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras representam títulos de alta liquidez e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com vencimento em até três meses da data-base e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda - Quando aplicável são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não

derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente. Empréstimos e recebíveis - São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia, compreende, basicamente: Contas a receber de clientes - São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras intermediárias, ajustados por provisão para perda, se necessária. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, incentivo fiscal e outras contas a pagar. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. b) Estoques - Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. • Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. • Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. c) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d) Avaliação do valor recuperável dos ativos. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os

custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. e) Provisões - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Provisão para riscos - São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. f) Demais ativos e passivos - Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais. g) Receitas - A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas: · A Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; · A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; · O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; · É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Companhia; e · Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. h) Receitas e despesas financeiras - Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, clientes, incentivo fiscal e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas. i) Tributação - Impostos corretes - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas em lei, descontada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. j) Subvenções governamentais - As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia possui as seguintes subvenções governamentais: Imposto de renda - A partir de 2006, conforme Laudo Constitutivo nº 205/2006, a Companhia goza de incentivo fiscal de redução de 75% do cálculo do imposto de renda sobre o lucro da exploração até o ano calendário de 2015, auferido na produção de 900.000 unidades/ano de latas e 1.600.000 unidades/ano de tampas. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucro do exercício para reserva de incentivos fiscais. ICMS - A Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado do Ceará,

através do FDI/PROVIN para a unidade industrial localizada na cidade de Maracanaú, cujo benefício possibilita o diferimento de 36 meses de 75% do valor do ICMS efetivamente recolhido pela Companhia, incidente sobre sua produção própria, até dezembro de 2024. Do total diferido, a Companhia tem direito a 99% de desconto quando o pagamento é feito sem atraso. k) Reapresentação das demonstrações financeiras - No decorrer do ano de 2015, a Administração da Companhia identificou uma provisão para riscos tributários que resultaram nos seguintes ajustes e reclassificações nas demonstrações financeiras apresentadas em 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014:

	Saldo originalmente apresentado 01.01.2014	Ajustes	Saldo reapresentado 01.01.2014
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisão para riscos	2.322	3.599	5.921
<u>Patrimônio líquido</u>			
Prejuízos acumulados	(74.991)	(3.599)	(78.590)
	Saldo originalmente apresentado 31.12.2014	Ajustes	Saldo reapresentado 31.12.2014
<u>Passivo não circulante</u>			
Provisão para riscos	2.262	4.557	6.819
<u>Patrimônio líquido</u>			
Prejuízos acumulados	(57.079)	(4.557)	(61.636)

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e saldos em banco	77	56
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos (a)	16.274	63.933
Certificados de depósitos bancários (b)	1.926	1.578
Total	18.277	65.567

(a) Esse investimento financeiro se refere, substancialmente, a cotas de fundo de investimentos multimercado não exclusivo administrados pela CAIXA VERTICE MM CP LP, o qual possui a maioria de seus investimentos em operações compromissadas, com rentabilidade bruta de impostos de 1,10% ao mês (0,99% em 2014). (b) A aplicação financeira de liquidez imediata e referente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remuneradas em torno da variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota nº 21.

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes nacionais	59.760	28.104
Clientes estrangeiros	-	1.329
Partes relacionadas	-	119
Total	59.760	29.552

##### 5.1 Contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	59.760	29.492
Vencidas até 30 dias	-	60
Total	59.760	29.552

A Administração efetua análise individual de títulos vencidos e histórico de inadimplência para formação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2015 não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver evidências de risco de eventuais perdas na realização dos créditos. 5.2. Concentração de clientes - A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes que fazem parte do Grupo Solar o qual representam em 31 de dezembro de 2015 99% (31 de dezembro de 2014, 89%) do saldo de contas a receber de clientes.

#### 6. ESTOQUES

	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima	19.629	17.370
Produtos em elaboração	370	80
Almoxarifado	12.313	11.233
Produtos acabados	10.775	6.635
Adiantamentos para aquisição estoques - CSN	2.008	608
Outros	647	1.417
Subtotal	45.741	37.343
Provisão para ajuste ao valor de realização	(2.131)	(2.082)
Total	43.610	35.261

6.1. Adiantamento para aquisição de estoques - Refere-se a adiantamentos efetuados à controladora Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, que é a fornecedora exclusiva do aço para a Companhia. As faturas têm prazo de pagamento médio de 7 dias enquanto o recebimento do estoque dura cerca de 30 dias. As faturas pagas antes da chegada do estoque são registradas como adiantamentos a fornecedores. 6.2. Provisão para ajuste ao valor de realização

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(2.082)	(2.082)
Constituição	(49)	-
Saldo final	(2.131)	(2.082)



## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2015	31/12/2014
IR e CS a compensar	32	592
ICMS	46	87
PIS	16	506
COFINS	74	2.330
IPI	-	1.245
Outros	51	48
Total	219	4.808

## 8. IMOBILIZADO

	31/12/2015		31/12/2014		Taxas médias anuais de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	373	-	373	373	
Edificações e benfeitorias	17.064	(3.304)	13.760	14.139	3%
Maquinas e equipamentos	65.255	(31.745)	33.510	36.237	8%
Peças sobressalentes	2.604	(2.576)	28	83	20%
Material de acondicionamento	2.622	(2.390)	232	343	20%
Móveis e utensílios	917	(671)	246	287	10%
Equipamentos de computação	1.073	(972)	101	89	20%
Imobilizado em andamento	160	-	160	160	
Total	90.068	(41.658)	48.410	51.711	

A movimentação do imobilizado está demonstrada abaixo:

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Peças sobressalentes	Material de acondicionamento	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	373	17.042	62.625	2.604	2.653	875	1.016	160	87.348
Adições	-	7	772	-	-	24	-	425	1.228
Baixas	-	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Transferências	-	-	425	-	-	-	-	(425)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	373	17.049	63.822	2.604	2.646	899	1.016	160	88.569
Adições	-	15	843	-	-	18	48	599	1.523
Baixas	-	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Transferências	-	-	590	-	-	-	9	(599)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373	17.064	65.255	2.604	2.622	917	1.073	160	90.068
<b>Depreciação</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.518)	(23.573)	(2.371)	(2.195)	(550)	(850)	-	(32.057)
Adições	-	(392)	(4.011)	(150)	(114)	(63)	(77)	-	(4.807)
Baixas	-	-	-	-	6	-	-	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(2.910)	(27.584)	(2.521)	(2.303)	(613)	(927)	-	(36.858)
Adições	-	(394)	(4.161)	(55)	(111)	(58)	(45)	-	(4.824)
Baixas	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(3.304)	(31.745)	(2.576)	(2.390)	(671)	(972)	-	(41.658)
Saldo contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2014	373	14.139	36.238	83	343	286	89	160	51.711
Em 31 de dezembro de 2015	373	13.760	33.510	28	232	246	101	160	48.410

## Provisão para redução do valor recuperável

Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

## 9. PARTES RELACIONADAS

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sociedade anônima constituída em 9 de abril de 1941, cujas principais atividades operacionais dividem-se em cinco segmentos: Siderurgia, Mineração, Cimentos, Logística e Energia com ações listadas na bolsa de São Paulo (IBOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), é a principal acionista da Companhia detendo 99,99% de participação no capital votante. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características. Não há contrato assinado entre as partes nestas transações.

	Saldos		Transações		
	Contas a receber	Adiantamento para aquisição de estoque Nota 6	Fornecedores	Vendas	Compras
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN					
Saldo em 31/12/2015	-	2.008	-	951	61.865
Saldo em 31/12/2014	119	608	645	676	53.093

## Remuneração dos Administradores

Os administradores da Companhia são executivos da acionista e por esse motivo seus honorários são pagos pela controladora.

## 10. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Matéria-prima - Partes relacionadas (Nota 9)	0	645
Matéria-prima - Outros	1.310	2.182
Energia elétrica	295	272
Serviços	197	198
Outros	586	967
Total	2.388	4.264

## 11. INCENTIVO FISCAL - PROVIN

	31/12/2015		31/12/2014		
	Taxa do contrato	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FDI - Provin	TJLP	6.228	12.106	7.167	11.549

FDI/PROVIN - O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a capital de giro em moeda nacional, geridos pelo Banco Bradesco S.A, referentes ao incentivo fiscal concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, às empresas beneficiárias do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN. Em maio de 1998, a Companhia firmou contrato de mútuo de execução periódica FDI/PROVIN, com garantia fiduciária, equivalente a 100% do valor do ICMS devido nos primeiros 3 anos e 75% até completar 10 anos, no prazo total do benefício de 120 meses no período de junho de 1998 a maio de 2008. O prazo de vencimento foi prorrogado posteriormente para dezembro de 2024. O benefício está condicionado ao pagamento das parcelas devidas do ICMS no vencimento e ao cumprimento de algumas obrigações, como a utilização dos recursos objeto do mútuo exclusivamente nos negócios normais relativos ao projeto e suas expansões futuras, a manutenção das obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e obrigações acessórias em dia e a manutenção de adequado índice de liquidez e endividamento. Do valor de cada parcela da dívida, o equivalente a 1% será pago após 36 meses, corrigido pela TJLP e 99% será baixado como Fundo Perdido pelo agente financeiro da operação. O valor do Fundo Perdido é registrado como passivo e apropriado ao resultado à medida que transcorra o prazo dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento das subvenções. Nos doze meses do ano findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou no resultado como redutora da dedução de vendas o montante de R\$ 7.087 (R\$ 5.371 nos doze meses de 2014) referente ao valor do incentivo fiscal auferido. O incentivo é garantido por aval da controladora e Termo de Diferimento de ICMS. A movimentação do saldo é demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas (68)	Juros Provisionado	Pago (13)	Benefício (7.087)	Saldo em 31/12/2015
FDI-PROVIN	18.716	6.776		10			18.334

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Férias e encargos sobre férias	1.209	1.389
INSS a recolher	174	171
FGTS a recolher	67	60
13º salário e encargos	-	-
Participação nos lucros	856	1234
Outros	107	99
Total	2.413	2.953

## 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	434	17
IPI	439	382
PIS	141	83
COFINS	653	391
Outros	56	242
Total	1.723	1.115

## 14. CONTAS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Grupo Solar	10.772	5.493

Refere-se a diferença entre o preço do dólar utilizado para o faturamento e o preço dos produtos conforme definido em contrato. O saldo é apurado mensalmente e as diferenças apuradas são ajustadas trimestralmente entre as partes mediante ajuste de contas para liquidação.

## 15. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para riscos		
Fiscais	6.346	5.188
Trabalhistas	91	1.631
Outras	93	-
Total	6.530	6.819

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	6.819	5.921
Constituição	1.335	898
Pagamento	1.624	-
Saldo no final do período	6.530	6.819

### Perdas possíveis

Em relação aos processos classificados como de perdas possíveis, referem-se à processos fiscais, ambientais e previdenciários que montam em 31 de dezembro de 2015 R\$ 11.189. Em relação a tais casos, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos mais relevantes classificados dessa forma são: · **Processos tributários** - a) **IRPJ e CSLL** - A Companhia foi autuada no montante de R\$ 4.932 pela Receita Federal do Brasil decorrente por suposto recolhimento incorreto dos tributos federais. Os assessores jurídicos classificam o risco de perda como possível uma vez que a jurisprudência acerca do assunto ainda carece de evolução. b) **ICMS** - A Companhia foi autuada no valor de R\$ 3.529 pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará por suposto não recolhimento de ICMS sobre o frete de mercadorias. Os advogados determinaram como de classificação de risco de perda possível pois de acordo com o seu julgamento a matéria necessita de comprovação. · **Processo trabalhista** - A Companhia figura ainda como ré em processo previdenciário junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no

montante de R\$ 2.728, no tocante à utilização de alíquota especial. O juiz determinou a suspensão da execução, acatando pedido da executada, até oitiva do INSS sobre o mesmo. **Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais visam assegurar o direito de discussão em processos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros em andamento, tanto na esfera administrativa como na judicial, como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais		
Fiscais	815	148
Trabalhistas	73	138
Cíveis	3	3
Total	891	289

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 189.801 (R\$ 209.801 em 2014), dividido em 92.459.583 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme quadro abaixo:

Quotistas	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de quotas	Capital Integralizado	Quantidade de quotas	Capital Integralizado
Companhia Siderúrgica Nacional	93.460	189.800	93.460	209.800
Enéas Garcia Diniz	1	1	1	1
Total	93.461	189.801	93.461	209.801

Em 2 de dezembro de 2014 através de ata de assembleia geral extraordinária foi aprovada a redução de capital social da Companhia de R\$ 209.801 para R\$ 189.801 com redução efetiva de R\$ 20.000 sem cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas. Em decorrência da redução de capital os acionistas receberam, a título de restituição de capital, o equivalente a R\$ 0,22 centavos por ação. A Companhia transcorreu período após aprovação da ata para possível oposição de credores sendo o capital social efetivamente reduzido em 26 de março de 2015. **16.2 Destinação dos lucros** - O contrato social estabelece a possibilidade de distribuição da totalidade dos lucros de acordo com as quotas de cada acionista. **16.3 Reserva legal** - A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **16.4 Reserva de incentivos fiscais** - A reserva de lucros relativa ao incentivo fiscal do imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

## 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Venda bruta de produtos	165.640	134.397
Deduções de vendas		
Abatimentos e devoluções	(11.009)	(6.578)
Impostos sobre vendas	(41.792)	(33.108)
Incentivo fiscal - FDI(*)	7.087	5.371
Receita líquida de vendas	119.926	100.082

(\*) Refere-se ao desconto recebido no pagamento do ICMS diferido, conforme incentivo FDI, mencionado na nota nº 11.



**18. DESPESAS POR NATUREZA E OUTRAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	31/12/2015	31/12/2014
Matérias Primas e Insumos	(72.673)	(65.614)
Custo Ociosidade	(800)	
Mão de obra	(14.898)	(16.133)
Suprimentos	(2.774)	(2.647)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(6.075)	(4.450)
Materias de uso e consumo	(3.210)	(2.878)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(9.832)	(3.901)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(4.902)	(4.867)
Impostos e taxas	(208)	(135)
Reconhecimento de perda de créditos tributários	(4.160)	-
Contingências	242	(28)
Outras despesas	(449)	(446)
	<u>(119.739)</u>	<u>(101.099)</u>
Custo dos produtos vendidos	101.699	87.205
Despesas com vendas	5.811	3.971
Despesas administrativas	7.654	9.314
Outras, líquidas	4.575	609
	<u>119.739</u>	<u>101.099</u>

**19. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações	4.108	6.747
Receita por recebimento em atraso	53	24
Variação cambial	857	544
Outros	67	141
	<u>5.085</u>	<u>7.456</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação cambial	(1.289)	(636)
Juros sobre parcelamentos (REFIS)	-	(463)
Juros incentivo fiscal - Provin - Nota 11	(10)	(11)
Outros	(274)	(387)
	<u>(1.573)</u>	<u>(1.497)</u>
Total	<u>3.512</u>	<u>5.959</u>

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do Imposto de Renda e contribuição social (+) Adições	3.635	4.942
Provisão para participação nos lucros	856	1.234
Provisão para perda no estoque	49	-
Provisões para riscos	1.271	167
Ociosidade	800	-
Perda de ativos	4.160	-
Faturados e não embarcados	-	330
Outros	68	332
(-) Exclusões		
Reversão provisão para participação nos lucros	(1.234)	(283)
Reversão provisão para riscos	(1.561)	(139)
Faturados e não embarcados	(336)	-
Outros	(2)	(109)
Compensação de prejuízo fiscal	(2.312)	(1.942)
Base de cálculo	5.394	4.532
Alíquota combinada de Imposto de Renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de Renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.788)	(1.543)
Benefício fiscal - PAT	-	20
Imposto de Renda e contribuição social no resultado	(1.788)	(1.523)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2015, prejuízos fiscais de R\$ 12.649, bases negativas de contribuição social de R\$ 13.620. Devido à incerteza de lucros futuros tributáveis, a Administração decidiu não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os créditos fiscais.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para um cliente de grande porte com prazo médio de recebimento de 120 dias. A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. a) Análise dos instrumentos financeiros - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias e também, dessa nota

explicativa.

categorias dos instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18.277	65.567
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	59.760	29.552
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	2.388	4.264
Incentivo fiscal - PROVIN	18.334	18.716
Contas a pagar	10.772	5.493

**b) Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas dos balanços. c) Considerações sobre riscos e gestão de capital - Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: - Risco de mercado - O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de moeda. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, incentivo fiscal e contas a pagar. - Risco de crédito - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos numa ou em poucas instituições. - Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. - Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção. - Risco de concentração de clientes - A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes que fazem parte do Grupo Solar o qual representam em 31 de dezembro de 2015 99% (31 de dezembro de 2014, 89%) do saldo de contas a receber de clientes.

**22. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2015, o valor total em risco segurado era de R\$ 357.000 correspondentes a apólices de responsabilidade civil corporativo e riscos nomeados.

**23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras supra citadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de maio de 2016.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eneas Garcia Diniz - Presidente

Harry Morgenstern

David Moise Salama

**DIRETORIA**

Eneas Garcia Diniz - Presidente

Luis Fernando Barbosa Martinez

**GERENTE GERAL**

Carlos Alberto Augusto

**CONTADOR**

Liliane Oliveira de Almeida

CRC-CE 016374/O-6



**CIALNE PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**CNPJ: 08.748.833/0001-47**
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**
**Senhores Acionistas**

Em cumprimento aos dispositivos legais societários e ao Estatuto Social da Companhia, temos a satisfação de apresentarmos o Relatório Anual de 2015, com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, representado pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Fortaleza, Maio de 2016.

A Diretoria

**Balanços Patrimoniais Exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		17	8
Adiantamento de dividendos		-	324
<b>Total Circulante</b>		<b>17</b>	<b>332</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	3	221.730	235.563
Imobilizado		553	553
Intangível		86	156
<b>Total Não Circulante</b>		<b>222.369</b>	<b>236.272</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>222.386</b>	<b>236.604</b>

Passivo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		12	4
Dividendos e participações		495	495
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>507</b>	<b>499</b>
<b>Não circulante</b>			
Créditos com pessoas ligadas		2.322	2.322
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>2.322</b>	<b>2.322</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	4		
Capital social		92.313	92.313
Reserva Legal		18.463	18.463
Reservas de lucros		108.781	123.007
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>219.557</b>	<b>233.783</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>222.386</b>	<b>236.604</b>

**Demonstrações do Resultado Exercícios findos**  
**em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	Nota	2015	2014
<b>Receita Operacional líquida</b>		-	-
Custos das vendas		-	-
<b>Lucro operacional bruto</b>		-	-
Receitas (despesas) operacionais		-	-
• Despesas gerais e administrativas		(135)	(200)
• Depreciações e amortizações		(69)	(69)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(13.044)	4.203
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(13.248)</b>	<b>3.934</b>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas.		(6)	(1)
<b>Lucro antes do imp. de renda e contrib. social</b>		<b>(13.254)</b>	<b>3.933</b>
• Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	5	<b>(13.254)</b>	<b>3.933</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
**1 - Contexto Operacional**

A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Avenida Presidente Costa e Silva, 2067 - sala 04, Mondubim, CEP 60761-190. A sociedade foi constituída e teve seus registros arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará, JUCEC. Em 27/01/2007. Através da AGOE de 07/10/2009, arquivada na JUCEC sob o nº 20091034426, p/despacho de 05/11/2009, teve sua atividade principal alterada para participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

**2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações financeiras do exercício de 2015 foram elaboradas de acordo com a lei nº 11.638, apresentando seus demonstrativos financeiros segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e alinhadas aos padrões internacionais do IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

**3 - Investimento** - Os investimentos em empresas controladas se apresentam da seguinte forma: - Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE - R\$ 219.529.758,98 em 2015 (R\$ 235.111.743,55 em 2014) - CIALNE Indústria de Alimentos S.A., no valor de R\$ 2.200.007,59 em 2015 (R\$ 451.486,73 em 2014).

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	2015	2014
<b>Lucro Líquido</b>	(13.254)	3.933
Depreciação	69	69
Despesas com juros	-	-
Resultado de investimentos em controladas	13.044	(4.203)
<b>Lucro Operacional Líquido Ajustado</b>	<b>(141)</b>	<b>(201)</b>
Varição do ativo circulante		
Dividendos a receber	789	2.343
Adiantamento de dividendos	324	(324)
Varição do Passivo Circulante		
Fornecedores a pagar	9	4
Obrigações fiscais	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades Operacionais</b>	<b>1.122</b>	<b>2.023</b>
Dividendos pagos	(972)	(1.834)
Créditos com pessoas ligadas	-	2.322
<b>Fluxo de caixa das atividades de Financiamento</b>	<b>(972)</b>	<b>488</b>
Investimentos em Coligadas	-	(2.322)
CAPEX	-	-
Cisão Parcial (aquisição Ativo Imobilizado)	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>(2.322)</b>
<b>Aum. (Red.) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9</b>	<b>(12)</b>
Saldo Inicial	8	20
Saldo Final	17	8
<b>Aum. (Red.) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9</b>	<b>(12)</b>

**Demonstrações da Mutaçao do Patrimônio Líquido Exercícios findos**  
**em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

	Capital Integra- lizado	Reserva Legal	Reser- vas de lucros	Lucros/ Prejs. Acums.	Total
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>92.313</b>	<b>7.434</b>	<b>130.302</b>	-	<b>230.050</b>
Lucro líq. do exercício	-	-	-	3.933	<b>3.933</b>
Const.de reserva Legal	-	10.852	(10.852)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(200)	-	<b>(200)</b>
<b>Destinações:</b>					
Constituição de reserva de lucro	-	-	3.757	(3.757)	-
Constit. de reserva legal	-	177	-	(177)	-
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>92.313</b>	<b>18.463</b>	<b>123.007</b>	-	<b>233.783</b>
Prej. líq. do exercício	-	-	-	(13.254)	<b>(13.254)</b>
Distribuição de lucros	-	-	(972)	-	<b>(972)</b>
<b>Destinações:</b>					
Absorção de prejuízo	-	-	(13.254)	13.254	-
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>92.313</b>	<b>18.463</b>	<b>108.781</b>	-	<b>219.557</b>

	2015	2014
<b>Investimentos</b>		
Companhia de Alimentos do Nordeste - Cialne	219.530	235.112
Cialne Indústria de Alimentos S.A. - Dudico	2.200	451
	<b>221.730</b>	<b>235.563</b>

**4 - Patrimônio Líquido**

**Capital Social** - O capital social da Companhia é de R\$ 92.313, totalmente integralizado, e representado por 46.156.722 (quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e dois) ações ordinárias, e 46.156.721 (quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e um) ações preferenciais.

Abaixo descrevemos a composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Francisco de Araújo Carneiro	41.293	41.293
Aurora Nauricio Mendes Carneiro	4.864	4.864
Francisco de Araújo Carneiro Neto	17.753	17.753
Gabriela Carneiro Bastos	4.734	4.734
Gerardo Gusmão Bastos Neto	4.734	4.734
Isabela Carneiro Bastos	4.734	4.734
Rafael Carneiro da Silveira	7.101	7.101
Ludmila Carneiro da Silveira	7.101	7.101
	<b>92.313</b>	<b>92.313</b>

**5 - Resultado**

O resultado do exercício de 2015 é quase que exclusivamente resultante da equivalência patrimonial nas investidas, sendo composto da seguinte forma: R\$ 1.748.520,86 de resultado positivo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na CIALNE Indústria de Alimentos S.A.

- DUDICO e R\$ 14.792.611,55 de resultado negativo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE.

<b>FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO</b>	<b>FELIPE LIMA VIANA</b>
Diretor Presidente	Contador
CPF: 000.331.703-04	CRC-CE 020.670/O-0
	CPF: 010.085.483-40

\*\*\* \*\*



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPEUEIRAS – EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2016** – A Secretária Municipal de Educação do Município de Ipeueiras-CE, faz publicar o Extrato resumido do Processo de Dispensa de Licitação a seguir. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 14 da Lei Federal Nº 11.947/2009. **OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, neste Município de Ipeueiras – Ceará. **CONTRATADOS:** ANA CLAUDIA PAIVA RODRIGUES, Contrato Nº 20160077, com o Valor Global de R\$ 19.656,00 (Dezenove Mil Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais); ANA PAULA RODRIGUES SILVA, Contrato Nº 20160078, com o Valor Global de R\$ 19.246,50 (Dezenove Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos); ANTONIA ALVES BRANDÃO BEZERRA, Contrato Nº 20160079, com o Valor Global de R\$ 17.990,00 (Dezesseis Mil, Novecentos e Noventa Reais); ANTONIA DE MARIA ALVES MARTINS, Contrato Nº 20160080, com o Valor Global de R\$ 12.558,00 (Doze Mil, Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais); ANTONIA DE MARIA ROSENDO RODRIGUES, Contrato Nº 20160081, com o Valor Global de R\$ 11.560,50 (Onze Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Cinquenta Centavos); ANTONIA LEITE BEZERRA, Contrato Nº 20160082, com o Valor Global de R\$ 13.167,00 (Treze Mil, Cento e Sessenta e Sete Reais); ANTONIA ZULEIDE VERAS, Contrato Nº 20160083, com o Valor Global de R\$ 9.797,20 (Nove Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Vinte Centavos); ANTONIO ALVES RODRIGUES, Contrato Nº 20160084, com o Valor Global de R\$ 4.657,45 (Quatro Mil, Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos); ANTONIO FRANCISCO RODRIGUES MARTINS, Contrato Nº 20160085, com o Valor Global de R\$ 10.670,80 (Dez Mil, Seiscentos e Setenta Reais e Oitenta Centavos); ANTONIO PEREIRA GOMES, Contrato Nº 20160086, com o Valor Global de R\$ 6.008,80 (Seis Mil, Oito Reais e Oitenta Centavos); DANILO ALMIR ARAUJO LIRA, Contrato Nº 20160087, com o Valor Global de R\$ 5.103,00 (Cinco Mil, Cento e Três Reais); EDILENE LEITE CARDOSO, Contrato Nº 20160088, com o Valor Global de R\$ 13.629,00 (Treze Mil, Seiscentos e Vinte Nove Reais); EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA, Contrato Nº 20160089, com o Valor Global de R\$ 2.739,80 (Dois Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Oitenta Centavos); ERIVAN FARIAS DE MORAIS, Contrato Nº 20160090, com o Valor Global de R\$ 19.383,00 (Dezenove Mil, Trezentos e Oitenta e Três Reais); EULINA SOARES MARTINS, Contrato Nº 20160091, com o Valor Global de R\$ 9.476,95 (Nove Mil, Quatrocentos e Setenta e Seis Reais e Noventa e Cinco Centavos); FRANCELINA FERNANDES BATISTA, Contrato Nº 20160092, com o Valor Global de R\$ 7.700,70 (Sete Mil, Setecentos Reais e Setenta Centavos); FRANCINETE GOMES DA SILVA, Contrato Nº 20160093, com o Valor Global de R\$ 11.484,20 (Onze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Vinte Centavos); FRANCISCO ALMIR LIRA, Contrato Nº 20160094, com o Valor Global de R\$ 4.404,40 (Quatro Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Quarenta Centavos); FRANCISCO ARNALDO DA SILVA, Contrato Nº 20160095, com o Valor Global de R\$ 8.820,00 (Oito Mil, Oitocentos e Vinte Reais); FRANCISCO CAMELO DA SILVA, Contrato Nº 20160096, com o Valor Global de R\$ 7.299,60 (Sete Mil, Duzentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta Centavos); FRANCISCO CLEBER ALVES DOS SANTOS, Contrato Nº 20160097, com o Valor Global de R\$ 11.282,25 (Onze Mil, Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos); FRANCISCO DIASS BESERRA RIBEIRO, Contrato Nº 20160098, com o Valor Global de R\$ 7.341,95 (Sete Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos); FRANCISCO GOMES FELICIO, Contrato Nº 20160099, com o Valor Global de R\$ 7.189,00 (Sete Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais); FRANCISCO SALES DE MORAIS, Contrato Nº 20160100, com o Valor Global de R\$ 19.792,50 (Dezenove Mil, Setecentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos); FRANCISCO SILVA DA COSTA, Contrato Nº 20160101, com o Valor Global de R\$ 13.571,25 (Treze Mil, Quinhentos e Setenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos); HENRIQUE DANIEL RODRIGUES NEVES, Contrato Nº 20160102, com o Valor Global de R\$ 13.973,40 (Treze Mil, Novecentos e Sessenta e Três Reais e Quarenta Centavos); IRACEMA MARTINS DE OLIVEIRA, Contrato Nº 20160103, com o Valor Global de R\$ 2.651,25 (Dois Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos); JOANA ROSALINA MARTINS, Contrato Nº 20160104, com o Valor Global de R\$ 5.508,65 (Cinco Mil, Quinhentos e Oito Reais e Sessenta e Cinco Centavos); JORGE RICARDO LIMA CABOCLO, Contrato Nº 20160105, com o Valor Global de R\$ 11.858,00 (Onze Mil, Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais); JOSE FERNANDES LIMA CABOCLO, Contrato Nº 20160106, com o Valor Global de R\$ 13.118,00 (Treze Mil, Cento e Dezoito Reais); JOSE IRISMAR ARAUJO DO CARMO, Contrato Nº 20160107, com o Valor Global de R\$ 15.970,50 (Quinze Mil, Novecentos e Setenta Reais e Cinquenta Centavos); JOSE MARIANO NETO, Contrato Nº 20160108, com o Valor Global de R\$ 14.340,20 (Quatorze Mil, Trezentos e Quarenta Reais e Vinte Centavos); JOSE ROGERIO ALVES MOREIRA, Contrato Nº 20160109, com o Valor Global de R\$ 7.764,40 (Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos); JOSE VALDIR ROSA CRISPIM, Contrato Nº 20160110, com o Valor Global de R\$ 12.752,60 (Doze Mil, Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta Centavos); LEA RODRIGUES MATOS SOUSA, Contrato Nº 20160111, com o Valor Global de R\$ 4.889,50 (Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos); LEOVANE DO NASCIMENTO PEREIRA, Contrato Nº 20160112, com o Valor Global de R\$ 13.377,00 (Treze Mil, Trezentos e Setenta e Sete Reais); LUIZ EDILSON ARAUJO DO CARMO, Contrato Nº 20160113, com o Valor Global de R\$ 18.018,00 (Dezoito Mil e Dezoito Reais); LUIZA CANUTO DA SILVA, Contrato Nº 20160114, com o Valor Global de R\$ 8.394,75 (Oito Mil, Trezentos e Noventa e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos); MAGALI DE OLIVEIRA LEITE, Contrato Nº 20160115, com o Valor Global de R\$ 10.755,85 (Dez Mil, Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Cinco Centavos); MARCOS JOSE PEREIRA VERAS, Contrato Nº 20160116, com o Valor Global de R\$ 14.707,00 (Quatorze Mil, Setecentos e Sete Reais); MARIA ALVES BEZERRA, Contrato Nº 20160117, com o Valor Global de R\$ 15.957,20 (Quinze Mil, Novecentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte Centavos); MARIA DA CONCEIÇÃO ROSENDO DE SOUSA, Contrato Nº 20160118, com o Valor Global de R\$ 13.576,85 (Treze Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Oitenta e Cinco Centavos); MARIA IVANIRA FERNANDES, Contrato Nº 20160119, com o Valor Global de R\$ 19.070,80 (Dezenove Mil, Setenta Reais e Oitenta Centavos); MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LEITE, Contrato Nº 20160120, com o Valor Global de R\$ 6.811,35 (Seis Mil, Oitocentos e Onze Reais e Trinta e Cinco Centavos); MARIA ZÉLIA DA SILVA, Contrato Nº 20160121, com o Valor Global de R\$ 11.670,75 (Onze Mil, Seiscentos e Setenta Reais e Setenta e Cinco Centavos); MONICA ROSENDO FELIPE DA SILVA, Contrato Nº 20160122, com o Valor Global de R\$ 12.671,40 (Doze Mil, Seiscentos e Setenta e Um Reais e Quarenta Centavos); OSMAR CAMELO DA SILVA, Contrato Nº 20160123, com o Valor Global de R\$ 6.319,60 (Seis Mil, Trezentos e Dezenove Reais e Sessenta Centavos); PAULO FELIPE MARTINS FERNANDES, Contrato Nº 20160124, com o Valor Global de R\$ 4.724,65 (Quatro Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos); PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO, Contrato Nº 20160125, com o Valor Global de R\$ 7.333,20 (Sete Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais e Vinte Centavos); PAULO ROBERTO DA SILVA, Contrato Nº 20160126, com o Valor Global de R\$ 8.786,05 (Oito Mil, Setecentos e Oitenta e Seis Reais e Cinco Centavos); PEDRO DA ROCHA COSTA, Contrato Nº 20160127, com o Valor Global de R\$ 12.315,80 (Doze Mil, Trezentos e Quinze Reais e Oitenta Centavos); RAIMUNDO ARAUJO DO CARMO, Contrato Nº 20160128, com o Valor Global de R\$ 14.630,70 (Quatorze Mil, Seiscentos e Trinta Reais e Setenta Centavos); RAIMUNDO GLEIDSON ALVES DA COSTA, Contrato Nº 20160129, com o Valor Global de R\$ 7.923,30 (Sete Mil, Novecentos e Vinte e Três Reais e Trinta Centavos); RAIMUNDO OLIVEIRA DE SOUSA, Contrato Nº 20160130, com o Valor Global de R\$ 5.818,40 (Cinco Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Quarenta Centavos); RITINHA MARTINS, Contrato Nº 20160131, com o Valor Global de R\$ 3.935,75 (Três Mil, Novecentos e Trinta e Cinco Reais e Cinco Centavos); ROZA MARIA ALVES DOS SANTOS SILVA, Contrato Nº 20160132, com o Valor Global de R\$ 19.929,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Vinte e Nove Reais); SEBASTIÃO OLIVEIRA MARTINS, Contrato Nº 20160133, com o Valor Global de R\$ 5.180,00 (Cinco Mil, Cento e Oitenta Reais); ZILMAR CAMELO DA SILVA, Contrato Nº 20160134, com o Valor Global de R\$ 5.914,65 (Cinco Mil, Novecentos e Quatorze Reais e Sessenta e Cinco Centavos). **FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO:** Exercício 2016 – 12 306 0335 2.016 / 3.390.30.00. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Michele da Silva Sousa Veras – Secretária de Educação. **DATA DA ASSINATURA DE TODOS OS CONTRATOS:** 06/05/2016. **VIGÊNCIA:** 31/12/2016.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.25.01/2016-PP** – O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Tianguá-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia **07 de Junho de 2016, às 14h**, na Sede da Prefeitura localizada à Avenida Moisés Moita, Nº 785, Centro, Tianguá-CE, estará realizando Licitação, na Modalidade Pregão Presencial, tombado sob o Nº 04.25.01/2016-PP, com o seguinte Objeto: **Prestação de serviço de lanche e refeição, destinados aos eventos desta Secretária, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, ESF - Equipes de Saúde da Família e Endemias.** O Edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, Fone: (88) 3671.1098, no horário de 07h30min às 11h30min. **Tianguá-CE, 20 de Maio de 2016. Felipe Moita Leão – Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA - AVISO DE JULGAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.05.1** O Pregoeiro Oficial do Município de Missão Velha/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento do Certame Licitatório, na modalidade Pregão, do tipo Presencial, tombado sob o nº 2016.05.05.1, sendo o seguinte: Empresa vencedora - P A SONS E EVENTOS EIRELI -ME, vencedora junto aos Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, por ter apresentado os melhores preços na etapa de lances verbais. A empresa vencedora fora declarada habilitada por cumprir integralmente as exigências do Edital Convocatório, no que se refere aos documentos de habilitação. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua Santos Dumont, nº 64 - Centro – Missão Velha/CE ou pelo telefone (88) 3542 1691. **Missão Velha/CE, 19 de maio 2016. Marcos Celio da Silva Sousa - Pregoeiro Oficial do Município.**





**TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.**

CNPJ/MF nº 02.281.836/0001-37 - NIRE 23.3.0002066-9

Companhia Aberta

**AVISO AOS ACIONISTAS**

A **Transnordestina Logística S.A.** comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2016, aprovou o aumento do capital social, conforme informações a seguir: (i) **Valor do Aumento, Ações a serem emitidas e Preço de Emissão.** O aumento de capital social aprovado foi de R\$ 220.000.026,15 (duzentos e vinte milhões, vinte e seis reais e quinze centavos), mediante a emissão de 4.181.715 (quatro milhões, cento e oitenta e um mil, setecentas e quinze) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 401.715 (quatrocentas e uma mil, setecentas e quinze) ações ordinárias e 3.780.000 (três milhões, setecentas e oitenta mil) ações preferenciais da Classe "A", nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 52,61 (cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos), fixado segundo o critério do Art. 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei 6.404/76. (ii) **Direito das Ações.** As ações terão os mesmos direitos das demais ações ordinárias e preferenciais da Classe "A" de emissão da Companhia. (iii) **Exercício do Direito de Preferência.** Será assegurado direito de preferência para subscrição das ações aos acionistas da Companhia, conforme previsto na alínea (b) do § 1º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, o qual será exercido sobre ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores os acionistas, somente se estendendo às demais se aquelas forem insuficientes para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento, ou seja, no dia 30 de abril de 2016. Os acionistas da Companhia terão 30 (trinta) dias contados a partir da publicação deste aviso, ou seja, até o dia 17 de junho de 2016, para exercer os seus direitos de preferência na subscrição das Ações; (iv) **Subscrição e integralização das Ações.** As Ações foram totalmente subscritas pela acionista **VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.** e integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos por aquela acionista junto à Companhia. Os acionistas que exercerem o seu direito de preferência deverão integralizar em dinheiro, em parcela única, no ato da subscrição, as ações que subscreverem, cujo valor será repassado à VALEC, nos termos do parágrafo 2º, do Art. 171, da Lei nº 6.404/76. Para a subscrição de ações ou a cessão do direito de preferência, os acionistas deverão comparecer à sede da Companhia. Não haverá sobras de ações não subscritas, uma vez que o aumento de capital foi totalmente integralizado mediante a capitalização do crédito no valor do aumento. (v) **Dispensa de Homologação.** Considerando que a totalidade das ações emitidas foi subscrita, o aumento de capital aprovado já está consumado, não havendo necessidade de posterior homologação. Fortaleza, 18 de maio de 2016. **Edgard Torres dos Reis Filho** - Diretor de Relações com Investidores.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo - CPSMBS.** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo – CPSMBS, por seu Diretor Executivo, juntamente com a Policlínica Regional José Gilvan Leite Sampaio e com o Centro de Especialidades Odontológicas Manoel Inácio Torres, vêm, por meio deste, tornar público o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016** para contratação de profissionais de nível superior, para lotação na Policlínica José Gilvan Leite Sampaio: Médicos(as): Neurologista, Urologista; Assistente Social; Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta. Centro de Especialidades Odontológicas Manoel Inácio Torres: Cirurgião (a) dentista: Ortodontista. A Relação está em ordem de classificação: Assistentes Sociais: Aprovado: 1º lugar: Josemária Macedo Carolino; Classificáveis: 2º lugar: Maria Natane Andriola de Carvalho; 3º lugar: Amanda Sefora Gomes Morais Sampaio Leite; 4º lugar: Denise Madeiro de Lucena; 5º lugar: Aline dos Santos Ramos; 6º lugar: Francisca Anaysa Batista De Figueiredo; 7º lugar: Mary Alice Sampaio Mendes; 8º lugar: Aglaiane Patrício de Oliveira; 9º lugar: Camila Sampaio Cabral; 10º lugar: Rafaela Conceição Pereira; 11º lugar: Íris Ferreira Elizeu; 12º lugar: Francisco Waleison dos Santos; 13º lugar: Maria Susana da Silva; 14º lugar: Maria Alexandra Nogueira dos Santos; 15º lugar: Yolanda Araújo Moreira; 16º lugar: José Aírton da Silva Junior. Cirurgiões Dentistas: Aprovado: 1º lugar: Glauber Williams Lima Ribeiro; Classificáveis: 2º lugar: Aleudo Tavares Leite Filho. Fisioterapeutas: Aprovado: 1º lugar: Renice Gomes Leite Silveira; Classificáveis: 2º lugar: Ana Rakele de Sousa Linard; 3º lugar: Luciano dos Santos Ferreira; 4º lugar: Juvêncio Cesar Lima De Assis; 5º lugar: Maria Valéria Vieira de Oliveira; 6º lugar: Mayra Lustosa Figueiredo; 7º lugar: Evângela Laurentino de Lima; 8º lugar: Eva Talita Dantas de Moraes Pinheiro; 9º lugar: Priscila Aguiar Ferreira Lucena; 10º lugar: Maria Gildene Sampaio; 11º lugar: Jennyfer Morato Alves; 12º lugar: Thais Andreia Lucena Miranda; 13º lugar: Karla Sunally Coelho. Terapeutas Ocupacionais: Aprovado: 1º lugar: Ana Maria Araújo Moreira; Classificáveis: 2º lugar: Teresa Silvana Nogueira da Silva. Ficando desde já os aprovados acima relacionados, cientes que a contratação dar-se-á mediante necessidade e conveniência deste CPSMBS. Os autos do processo se encontram a disposição dos interessados. **Brejo Santo, 19 de maio de 2016. Getulio Barros. Diretor Executivo do CPSMBS.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Resultado de Julgamento - Pregão Presencial nº 2016.04.18.01.** Ocorrido no dia 04 de Maio de 2016 às 09:30 (nove horas e trinta minutos). Objeto aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório e gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Ação Social. Licitantes participantes: 01 – F.G. Pinheiro Alimentícios – ME, CNPJ Nº 00.658.822/000164; 02 – CL3 Empreendimentos LTDA – ME, CNPJ Nº 23.802.474/0001-52; 03 – Marcio Roberto Ferreira Alexandre – ME, CNPJ Nº 10.448.246/0001-84; 04 – Francisco Alves da Silva Papelaria – ME, CNPJ Nº 03.443.738/0001-11; 05 – Josineide Morais Tributino – ME, CNPJ nº 09.342.699/0001-42; 06 – Eusébio Ferreira da Silva – ME, CNPJ nº 01.331.360/0001-39 e 07 - Geilson Bezerra da Silva – ME, CNPJ Nº 20.662.701/0001-01. Vencedores: -01 – Josineide Morais Tributino – ME, vencedora no lote 01, com o valor de R\$ 20.699,95 (vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), no lote 04, com o valor de R\$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais), no lote 05, com o valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), no lote 06, com o valor de R\$ 60.999,90 (sessenta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) e no lote 07, com o valor de R\$ 49.987,88 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos) e a licitante 02 – Francisco Alves da Silva Papelaria – ME, foi a vencedora no lote 02, com o valor de R\$ 146.698,89 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos) e no lote 03, com o valor de R\$ 31.897,80 (trinta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). As licitantes: F.G. Pinheiro Alimentícios – ME, CL3 Empreendimentos LTDA – ME, Marcio Roberto Ferreira Alexandre – ME, Eusébio Ferreira da Silva – ME e Geilson Bezerra da Silva – ME, não venceram nenhum lote. **Jati/CE, 18 de Maio de 2016. José Lima da Silva - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Resultado de Julgamento - Pregão Presencial nº 2016.04.26.01.** Ocorrido no dia 11 de Maio de 2016 às 09:30 (nove horas e trinta minutos). Objeto aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório e gêneros alimentícios destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde. Licitantes participantes: 01 – Eusébio Ferreira da Silva – ME, CNPJ nº 01.331.360/0001-39; 02 – Francisco Alves da Silva Papelaria – ME, CNPJ Nº 03.443.738/0001-11; 03 – CL3 Empreendimentos LTDA – ME, CNPJ Nº 23.802.474/0001-52; 04 – Josineide Morais Tributino – ME, CNPJ nº 09.342.699/0001-42 e 05 – Comercial de Alimentos Acauã – ME, CNPJ Nº 16.499.653/0001-05. Vencedores: 01 – Josineide Morais Tributino – ME, vencedora no lote 01, com o valor de R\$ 37.977,30 (trinta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e trinta centavos), no lote 02, com o valor de R\$ 6.349,20 (seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), no lote 03, com o valor de R\$ 17.576,00 (dezessete mil, quinhentos e setenta e seis reais) e no lote 04, com o valor de R\$ 35.796,80 (trinta e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos); 02 – Eusébio Ferreira da Silva – ME, foi a vencedora no lote 05, com o valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais); 03 – Francisco Alves da Silva Papelaria – ME, foi a vencedora no lote 06, com o valor de R\$ 72.329,55 (setenta e dois mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) e no lote 08, com o valor de R\$ 25.237,08 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e oito centavos) e a licitante 04 – CL3 Empreendimentos LTDA – ME, foi a vencedora no lote 07, com o valor de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais). A licitante: Comercial de Alimentos Acauã – ME, não venceu nenhum lote. Fica aberto o prazo recursal de 03 (três dias) para apresentação de Recursos contra a decisão tomada. **Jati/CE, 16 de Maio de 2016. José Lima da Silva - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - RESULTADO DE JULGAMENTO – PREGÃO Nº 2016.05.03.1.** O(A) Pregoeiro(a) Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento final do processo licitatório modalidade Pregão nº 2016.05.03.1 sendo o seguinte: LICITANTES VENCEDORES – **EUSÉBIO FERREIRA DA SILVA - ME**, vencedor(a) junto aos lotes 04 e 06 com proposta final no valor global de R\$ 173.400,00 (cento e setenta e três mil e quatrocentos reais); **MARINETE VIEIRA DA SILVA ARMARINHO - ME**, vencedor(a) junto aos lotes 05 e 07 com proposta final no valor global de R\$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais) e **ÍCONE - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. - ME**, vencedor(a) junto aos lotes 01, 02, 03 e 08 com proposta final no valor global de R\$ 398.934,75 (trezentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos). As empresas vencedoras foram declaradas Habilitadas por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no(a) Av. Domingos S. Miranda, nº 715 - Lot. J. dos Ipês - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou pelo telefone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 18 de maio de 2016. Maria Aparecida de Brito – Pregoeiro(a) Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.01.27.01 – OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica apta a prestar serviços de assessoria e consultoria no acompanhamento e elaboração de defesas nos processos em trâmite no Tribunal de Conta dos Municípios, junto a Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Governo do Município de Paraipaba-CE. **CONTRATADA: LIAUD LICITAÇÕES & AUDITORIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. ASSINA PELA CONTRATADA:** Adriana Maria Madeiro Diogo Cruz. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação; Saúde; Governo; Administração e Finanças; Infraestrutura, Assistência Social. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Willian Francisco dos Santos Faria, Dulce Viana Machado de Oliveira, Franklinberto de Sousa Lisboa, Ana Paula Chaves Costa, Marcílio Cordeiro Barroso e Antonio Vandelio Barbosa. **VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 288.000,00** (Duzentos e Oitenta e Oito Mil Reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Até o dia 31 de Dezembro 2016, terá início a partir da data de assinatura do contrato. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 0301.04.122.0001.2005; 0501.10.122.0046.2038; 0401.12.122.0026.2008; 0901.15.122.0001.2077; 0601.08.122.0001.2047; 0201.04.122.0001.2002. **ELEMENTO DE DESPESAS Nº:** 3.3.90.39.00, Próprios. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 07 de Abril de 2016. **Paraipaba-CE, 19 de Maio de 2016. Ana Paula Chaves Costa – Secretária de Administração e Finanças.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal do Juazeiro do Norte – Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2016.05.13.01/2016 – PE.** A Pregoeira Oficial do Município do Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados **Pregão Eletrônico Nº 2016.05.13.01/2016 - PE** e Processo Licitatório nº 630257 que tem como objeto seleção de melhor proposta para registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de prestação de serviços de apoio as famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida (Unidades Habitacionais São Sebastião I e II) e fortalecer o vínculo entre o setor público e comunidade, do Município do Juazeiro do Norte/CE, que a partir do dia 20 de maio de 2016, às 10:00 horas(horário de Brasília), através do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) – “Acesso Identificado no link específico”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preço e que no dia 07 de junho de 2016 às 09:00 horas(horário de Brasília) encerra o procedimento de recebimento de proposta. E a partir das 09:30 horas dará início a abertura das mesmas, em seguida a partir das 10:00 horas iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto aos sites [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), ou no seguinte endereço na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE. As referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações pelo fone: (88) 3566-1010/ 3566-1009. **Juazeiro do Norte/CE, 18 de maio de 2016 - Iara Lopes de Aquino - Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Maranguape - Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão. Forma: Presencial. Tipo: Menor Preço - Edital Nº 004/2016/CMMPE.** Objeto da Licitação: Contratação de serviços técnicos na área de informática, com fornecimento de solução de gestão eletrônica de documentos (GED) para digitalização e indexação de toda a documentação existente no arquivo da Câmara Municipal de Maranguape compreendendo, leis, projetos de indicação, prestação de contas, documentos contábeis e processos licitatórios dos exercícios de 1948 a 2016, com alocação de todos os recursos necessários para suporte e execução dos serviços, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Maranguape comunica aos interessados que no dia 06 de Junho de 2016 às 09h00min na sala das sessões da Comissão Permanente de Licitação, estabelecido no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Praça Senador Almir Pinto - Bloco III - CEP 61940-000, na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, estará recebendo Envelopes de Propostas de Preços e de Habilitação, para abertura de Procedimento Licitatório cujo objeto supra citado. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital na sede da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Maranguape, no endereço acima mencionado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente das 08h00min às 12h00min e/ou no site do TCMCe ([www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (85)3341-1041. **Maranguape/CE, 20 de Maio de 2016. Francisca Wiliane Silva Nogueira - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Resultado de Julgamento - Pregão Presencial nº 2016.04.25.01.** Ocorrido no dia 10 de Maio de 2016 às 09:30 (nove horas e trinta minutos). Objeto aquisição de material de limpeza e higiene, material de escritório e gêneros alimentícios destinados à atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação. Licitantes participantes: 01 – Comercial de Alimentos Acauã - ME, CNPJ Nº 16.499.653/0001-05; 02 – CL3 Empreendimentos LTDA – ME, CNPJ Nº 23.802.474/0001-52; 03 – Francisco Alves da Silva Papelaria - ME, CNPJ Nº 03.443.738/0001-11; 04 – Josineide Moraes Tributino – ME, CNPJ nº 09.342.699/0001-42 e 05 – Eusébio Ferreira da Silva – ME, CNPJ nº 01.331.360/0001-39. Vencedores: 01 – Eusébio Ferreira da Silva - ME, vencedora no lote 01, com o valor de R\$ 9.992,50 (nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) e no lote 02, com o valor de R\$ 13.912,50 (treze mil, novecentos e doze reais e cinquenta centavos); 02 – Francisco Alves da Silva Papelaria – ME, foi a vencedora no lote 03, com o valor de R\$ 21.347,62 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) e no lote 04, com o valor de R\$ 36.994,50 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) e a licitante 03 – CL3 Empreendimentos LTDA – ME, foi a vencedora no lote 05, com o valor de R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais). As licitantes: Comercial de Alimentos Acauã – ME e Josineide Moraes Tributino – ME, não venceram nenhum lote. **Jati/CE, 16 de Maio de 2016. José Lima da Silva - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - Extrato de Contrato - Contrato Nº2016.05.09.01 - Pregão Eletrônico Nº. 2016.03.28.02.** Objeto: aquisição de botijão e recarga de gás GLP engarrafados para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte. Valor global é de R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais). Dotação. Relação por: Setor/Atividade - Dotação - Elemento - Fonte. Sede da Secretaria de Saúde - 11.01.10.122.0029.2.023 - 3.3.90.30.00 - Próprio; Atenção Básica de Saúde - 11.01.10.301.0035.2.026 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio. CEREST - 11.01.10.302.0034.2.030 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio; CAPS AD - 11.01.10.302.0034.2.033 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio; Hospital Estefânia rocha (TASSO) - 11.01.10.302.0034.2.035 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio - Hospital Maria Amélia - 11.01.10.302.0034.2.037 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio - Centro de Dermatologia - 11.01.10.302.0034.2.038 - 3.3.90.30.00 - Próprio; HIV/AIDS e outras DST's - 11.01.10.304.0037.2.045 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio; Vigilância Sanitária - 11.01.10.304.0037.2.046 - 3.3.90.30.00 - Federal / Próprio. Signatários: Município de Juazeiro do Norte-CE. Secretaria de Saúde, e de outro lado a empresa: Francisco Flavio Alves Jenings –ME. Contrato assinado em 09 de maio de 2016. Validade 31 (trinta e um) de dezembro de 2016.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – EXTRATO DE CONTRATO Nº 16051801 – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016-SEDUC – A Prefeitura Municipal de Crateús-CE, através da Secretaria de Educação torna público o Extrato Contrato oriundo da Tomada de Preços Nº 02/2016-SEDUC. OBJETO:** Construção de Quadra Poliesportiva coberta com vestiários na Escola de Cidadania Santa Rosa, na localidade de Jardim. **FONTE RECURSOS:** Recursos provenientes de Convênio com a União – Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e recursos próprios do Município de Crateús – FME – Fundo Municipal de Educação, **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 0808 – 12 361 0231 1.005 – Construção, revitalização e ampliação da Rede do Ensino Básico Fundamental. 4.4.90.51.00 - Obras e instalações. **CONTRATADA: MASTER ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o Nº 07 727 109 0001 74. **VALOR TOTAL de R\$ 640.641,88** (Seiscentos Quarenta Mil, Seiscentos Quarenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos). **PRAZO VIGÊNCIA** de 240 (Duzentos e Quarenta) dias. **DATA DE ASSINATURA:** 18/05/2016. **FORO:** Comarca de Crateús-Ceará. **SIGNATÁRIOS:** Antonio Valdenir Rabelo de Araújo – Secretário de Educação e Alexandre Araújo Rocha, CPF 833.532.243-00. **Crateús-CE, 19 de Maio de 2016.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - Extrato de ata de Registro de Preço Nº 2016.05.18.001 – SRP. Detentor do Registro de Preço:** Secretaria de Cultura. **Empresa detentora do Registro de Preços:** JOSÉ DEVANILTON SOARES – ME; **Valor Registrado:** R\$ 2.276.740,00(Dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, setecentos e quarenta reais) **Objeto:** Registro de Preços para futuras contratações de infraestruturas e serviços para realização de eventos festivos de interesse do município de PARAMBU-CE; **Procedimento Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.06.001 - SRP. **Vigência da Ata:** 12 meses a partir da data de assinatura da ata de Registro de Preços. **Representante do órgão detentor do Registro de Preços:** Wanderley Pereira Diniz – Ordenador de Despesa da Secretaria de Cultura **Assina pela Representante da Empresa detentora do Registro de Preços:** José Devanilton Soares;Data da assinatura: 18 de maio de 2016; Comissão de Licitação.



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA – EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2015.12.29.01 – OBJETO:** Aquisição de Kit de livros didáticos para o 2º Ano do Ensino Fundamental – Coleção Caminhos para o Letramento – Editora SEFE – 1ª Edição Curitiba 2014. Autores; Carmen Gabardo, Célia Zen, Oralda Adur e equipe. Composição do Kit: 02 livros do aluno, agenda, livro da família, livro de atividades de leitura e escrita, 01 livro de fundamentação para o professor, 01 livro de educação física, 02 livros de fábulas, livro diário, cartazes e bolsa para o professor, de responsabilidade da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE. **CONTRATADA: SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA – LTDA. ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Eduardo Santos Pereira. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Willian Francisco dos Santos Faria. **VALOR GLOBAL: R\$ 85.000,00** (Oitenta e Cinco Mil Reais). **VALOR GLOBAL ADITIVADO: R\$ 6.000,00** (Seis Mil Reais). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** § 1 do Art. 65 da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993. **DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO:** 12 de Abril de 2016.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal do Juazeiro do Norte – Aviso de Republicação de Pregão Eletrônico Nº. 2016.04.07.02 / 2016-PE, Processo Licitatório Nº630378.** A Pregoeira Oficial do Município do Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados seleção de empresa para o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município do Juazeiro do Norte, que a partir do dia 20 de maio de 2016, às 09:00 horas (horário de Brasília), através do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) – “Acesso Identificado no link específico”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preço e que no dia 06 de junho de 2016 às 09:00 horas (horário de Brasília) encerra o procedimento de recebimento de proposta. E a partir das 09:30 horas dará início a abertura das mesmas, em seguida a partir das 10:00 horas iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto aos sites [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), ou no seguinte endereço na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE. As referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações pelo fone: (88) 3566-1023.

\*\*\* \*\*

**CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL – PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO CARLOS EDUARDO PRADO COSTA – CRM/SC 7222**

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, instituição fiscalizadora da profissão de Médico, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 15, letra “d”, da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e tendo em vista o disposto na letra “c”, do Art. 22, do mesmo Diploma Legal, conforme decisão do Conselho Federal de Medicina, transitada em julgado que, por unanimidade de votos, conheceu e negou provimento ao recurso interposto, relativo ao Processo Ético-Profissional nº 127/2011, mantendo decisão do Conselho de origem, aplicando a pena de “CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL” ao Médico CARLOS EDUARDO PRADO COSTA – CRM/SC 7222, por infração aos Artigos 132 e 142 do Código de Ética Médica – Resolução CFM nº 1.246/88, correlacionados aos Artigos 112 e 18 do Atual Código de Ética Médica – Resolução CFM nº 1.931/09. Conselheiro Antonio Silveira Sbisaa –Presidente.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU – EXTRATO DE CONTRATO - Contratante:** Secretaria de Educação, InfraEstrutura Desenvolvimento Econômico e Saúde. **Contratada:** M.S COMÉRCIO VAREJISTA LTDA – ME, pelo valor global de EDU:R\$ 172.793,50 (cento e setenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos); SEINFRA:R\$ R\$ 45.038,50 (Quarenta e cinco mil, trinta e oito reais e cinquenta centavos); SAÚDE:R\$ R\$ 57.883,00 (Cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais); **Objeto:** Aquisição de material de construção para atender as necessidades das unidades administrativas do município de Parambu - CE. **Procedimento Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.04.26.001 - GM. **Vigência do Contrato:** 31 de Dezembro de 2016. **Dota-ção Orçamen-tária:** 01.11.11.04.122.037.2.38(SEINFRA); 02.17.17.10.302.176.2.11 e 02.17.17.10.301.171.2.09(SAÚDE); 01.18.18.12.361.231.2.19 e 01.18.18.12.122.037.2.80 (EDUCAÇÃO); **Elemento de Despesa:** 33.90.30.00 **Assina pela Contratante:** Wanderley Pereira Diniz – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação, Saúde, e InfraEstrutura Desenvolvimento Econômico **Assinam pela Contratada:** Antonio Enildo Soares **Data da Assinatura:** 11.05.2016 Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pentecoste - Extrato de Publicação - Resultado de Julgamento das Propostas.** A Presidente da Comissão de Licitação de Pentecoste – CE, torna público o resumo do resultado de julgamento das propostas da **Tomada de Preços 2016.03.10.14.TP.ADM**, cujo objeto é a Construção de 12 bueiros na estrada que liga a localidade de Eva Moura à Sede do Município de Pentecoste - CE, Foi desclassificada a proposta da empresa CMGCON Construtora e Serviços EIRELI, Foram classificadas as propostas das empresas: Bitar Farias Lima – Construções, Locações e Serviços LTDA, Optimos Serviços LTDA ME e Construtora Pinheiro Maia LTDA. Após mapa comparativo de preços sagrou-se vencedora a empresa Bitar Farias Lima – Construções, Locações e Serviços LTDA, por ofertar o menor preço no valor total de R\$ 479.865,98 (quatrocentos e setenta e nove mil oitocentos e sessenta e cinco reais e oito centavos). Fica aberto o prazo recursal, previsto no art.109, inciso I, alínea “b”. do vigente Estatuto de Licitações. Maiores informação na sala de licitação situada na Rua Dr. Moreira de Azevedo S/Nº, - Centro – Pentecoste - Estado do Ceará. **Pentecoste – CE, 19 de maio de 2016. Maria Marcia Rodrigues Martins - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 006/2016 – A Prefeitura Municipal de Iracema-CE torna público que no dia 06 de Junho de 2016, às 08h, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua: Delta Holanda, Nº19, Centro, Iracema-CE, receberá Propostas para **Contratação de Empresa para pavimentação asfáltica das Ruas José Hamilton Costa, João Batista de Almeida, João Patricio e São José e pavimentação em pedra tosca das Ruas Idalina Mozinha Holanda Negreiros, Gentil Holanda Dantas, Albatiza Tavares de Oliveira, Bianor de Holanda Moraes, Joaquim Alves Ferreira, Ulisses de Holanda Campelo, André Rodrigues Campelo, Elizeu de Holanda Campelo, Gino Lopes, Avenida Maria Nilde de Queiroz Farias, Francisco Moreira Chaves e Antônio Moreira Chaves – diversos Bairros Centro, de acordo com as Especificações Técnicas (Anexo I) do Edital. Modalidade: Tomada de Preço. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado. Iracema-CE, 18 de Maio de 2016. Rozemberg Aires Queiroz de Andrade – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2303.04/2016 – CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Acaraú-CE/Secretaria de Infraestrutura. **CONTRATADA: AL CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELE – ME. DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 19 de Maio de 2016. **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Concorrência Pública Nº 2303.04/2016. **OBJETO:** Contratação de serviços de pavimentação em pedra tosca nas ruas: Hermenegilda Veríssimo de Oliveira, Dr. Francisco Odeon Silva, José Aniceto Sales e Manoel de Oliveira Magalhães no Bairro Bailarina no Município de Acaraú-CE, conforme Projeto Básico. **FONTE DE RECURSOS:** Os valores do contrato celebrado com a empresa acima correrão por conta dos recursos oriundo do Termo de Ajuste Nº 003/CIDADES/2016 – Governo do Estado do Ceará – MAPP 3179 / Prefeitura Municipal de Acaraú-CE. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** José Carlos Camilo de Oliveira. **Cargo:** Secretário de Infraestrutura. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Marconni Marcio dos Lima Barcelos. **Cargo:** Sócio Administrador. **Acaraú-CE, 19 de Maio de 2016. José Carlos Camilo de Oliveira – Secretário de Infraestrutura.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim.** A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 07 de Junho de 2016, às 09h30min, estarão abrindo licitação na Modalidade **Tomada de Preços Nº 1905.01/2016 – SMDU**, cujo objeto é pavimentação em paralelepípedo na rua brisa das crianças no Distrito da Barra no Município de Fortim - CE. O edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min no endereço da Prefeitura à Rua Joaquim Crisóstomo, nº 962, Centro. **Fortim/CE. 19 de Maio de 2016. Presidente - Nataniel G. Rodrigues.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Guaiúba – Aviso de Adiamento – Concorrência Pública Nº 1603.01/2016.** A Comissão de Licitação comunica aos interessados que a publicação que referido Pregão, cujo objeto: Contratação da prestação de serviços de limpeza pública urbana da sede do Município de Guaiúba e das sedes distritais, inclusive, coleta, transporte e incineração de resíduos de saúde, conforme especificações constantes do projeto em anexo, parte integrante deste processo. Fica **ADIADO** para o dia 20 de Junho de 2016, 10:00h. Maiores informações na Rua Pedro Augusto, nº 53 – Centro. **Guaiúba – CE, 19 de Maio de 2016 - À Comissão.**

\*\*\* \*\*



**Estado do Ceará - Município de Itapiúna - Extrato de Publicação dos Instrumentos Contratual - Pregão Presencial 1301.01/2016.** Objeto aquisição de medicamento e material hospitalar. Contratante: Secretaria de Saúde. Contratadas: Hifarma Comércio e Representações LTDA, inscrito no CNPJ nº 05.234.475/0001-66, no valor global de R\$ 350.976,11 (Trezentos e cinquenta mil, novecentos e setenta e seis reais e onze centavos), Distribuidora Com. de Produtos Médicos e Odontológicos LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 16.902.612/0001-00, no valor global de R\$ 62.330,00 (Sessenta e dois mil, trezentos e trinta reais), Superfio Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares LTDA - ME, inscrito no CNPJ nº 05.675.713/0001-79, no valor global de R\$ 257.580,75 (Duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02. Vigência: 25/02/2016 à 30/12/2016. Signatários: Pela Contratante: Lígia Maria Saraiva Leão, Pelas Contratadas: Raimundo Orlando Cavalcante Filho, CPF nº 168.695.163-91, José Airton da Silveira Junior, CPF nº 655.852.673-53, Jucelino de Freitas, CPF nº 231.897.623-68. **Itapiúna/CE, 25 de Fevereiro de 2016.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Aviso de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial - Tipo: Menor preço - Edital Nº 2016.05.09.002P.** Objeto da Licitação: registro de preços visando futura contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ventiladores de coluna, mesa, parede e teto junto à Secretaria de Educação de São Gonçalo do Amarante/Ce, conforme especificações em anexo. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que no dia 03 de Junho de 2016 às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na sala das sessões da Prefeitura, localizada à Rua Ivete Alcantara, 120, Centro, estará recebendo Envelopes de Proposta Comercial "A", Habilitação "B", para o objeto acima citado. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital no Paço da Prefeitura Municipal, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone 85 - 3315 4205. **O Pregoeiro. São Gonçalo do Amarante/CE, 20 de Maio de 2016. Rodrigo Braga Souza - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2016.05.16.002.** O Pregoeiro torna público e comunica aos interessados, que fará realizar a licitação abaixo especificada: Processo Nº: 2016.05.16.002. Modalidade: Pregão Presencial Nº 2016.05.16.002. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: aquisição de equipamentos e material permanente para atender as necessidades das unidades de atenção especializada em Saúde (CAPS AD/CAPS), junto à Secretaria de Saúde do Município de Camocim-CE, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital. Data de Abertura/Hora: Dia 02 de junho de 2016, às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Severiano Morel, s/nº - Centro - Camocim/CE. Informações: Os interessados poderão obter na Comissão de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal de Camocim, localizada na Praça Severiano Morel, s/n - Centro - Camocim/CE, informações detalhadas, cópia do edital e os formulários necessários à apresentação das propostas, durante o período das 8:00 às 12:00 horas, de segunda à sexta-feira. **Camocim/CE, 19 de Maio de 2016. Marcos Antônio Pontes - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2016.05.17.002.** O Pregoeiro torna público e comunica aos interessados, que fará realizar a licitação abaixo especificada: Processo Nº: 2016.05.17.002 - Modalidade: Pregão Presencial Nº 2016.05.17.002. Tipo: Menor Preço lote. Objeto: contratação de empresa para a confecção de fardamentos para atender as necessidades dos alunos da Rede de Ensino do Município de Camocim/CE, junto à Secretaria de Educação, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. Data de Abertura/Hora: Dia 07 de Junho de 2016, às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Severiano Morel, s/n - Centro - Camocim/CE. Informações: Os interessados poderão obter na Comissão de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal de Camocim, localizada na Praça Severiano Morel, s/n - Centro - Camocim/CE, informações detalhadas, cópia do edital e os formulários necessários à apresentação das propostas, durante o período das 8:00 às 12:00 horas, de segunda à sexta-feira. **Camocim/CE, 19 de Maio de 2016. Marcos Antônio Pontes - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Pregão Presencial nº 2016.05.17.01.** Objeto: Prestação de serviço na confecção de próteses dentárias Junto ao Fundo Municipal de Saúde deste Município. Data e hora: 02 de Junho de 2016 as 09:30 (nove horas e trinta minutos). Editais Rua Carmelita Guimarães, 02 Centro - Jati (CE), no horário de 08:00 às 11:00h. Maiores informações pelo fone (88) 3575-1188. **José Lima da Silva - Pregoeiro. Jati - CE, 18 de Maio de 2016.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1905.02/2016 -** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **21 de Junho de 2016, às 08h30min**, na Sede da Prefeitura localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 - B, Centro, estará realizando Licitação, na Modalidade Concorrência Pública, Critério de Julgamento Menor Preço Global, tombado sob o Nº 1905.02/2016, com o seguinte Objeto: **Contratação de serviços de pavimentação em pedra tosca nas Ruas José Monteiro de Melo, Pedro Pacífico e Santos Moura na Sede no Município de Acaraú-CE**, conforme Projeto Básico. O Edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 - B, Centro, Acaraú-CE, Fone: (88) 3661.1092, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas dos Municípios: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Acaraú-CE, 20 de Maio de 2016. Francisca Leoneide de Freitas Lima - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2015.12.21.01 - OBJETO:** Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender os pacientes do Hospital, de responsabilidade da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE. **CONTRATADAS: DURASOL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP e L.G. CARNEIRO CAVALCANTE. ASSINAM PELAS CONTRATADAS: Gerson Mello Diederichs e Francisco José Moreira de Sousa. CONTRATANTE: Secretaria de Saúde. ASSINA PELA CONTRATANTE: Dulce Viana Machado de Oliveira. VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 1.203.072,74 (Um Milhão Duzentos e Três Mil Setenta e Dois Reais e Setenta e Quatro Centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Até 31 de Dezembro de 2016, terá início a partir da Data de Assinatura do Contrato. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA Nº:** 05.0501.1.0.244.0037.2.043. **ELEMENTO DE DESPESAS Nº:** 3.3.90.30.00. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 22 de Janeiro de 2016. **Paraipaba-CE, 20 de Maio de 2016. Dulce Viana Machado de Oliveira - Secretária de Saúde.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Morrinhos. Extrato de Registro de Preços - Ata de Registro de Preços nº 2901.01/2016,** firmado entre a Prefeitura Municipal de Morrinhos, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e a empresa Editora Peter Rohl LTDA ME, CNPJ nº 12.529.451/0001-08. Modalidade: Pregão Presencial nº 2901.01/2016. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de livros para distribuição no ensino infantil II, III, IV e V e ensino fundamental, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Morrinhos - CE. Valor Total Registrado: R\$ 860.410,00 (oitocentos e sessenta mil e quatrocentos e dez reais). Fundamento Legal: Leis Federais nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº123/06, Lei nº 8.666/93 - Lei das Licitações. Data de Assinatura: 15/02/2016. Vigência: De 12 (doze) meses. Signatários: Pela Prefeitura de Morrinhos, o Sra. Maria da Conceição de Almeida Souza Carvalho - Secretária de Saúde e pela Empresa, Editora Peter Rohl LTDA ME, o Sr. Elpídio Feliz de Souza Junior - Sócio Administrador. **Morrinhos - CE, 16 de Maio de 2016.**

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento a Lei nº 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura de Fortim - CE, Comunica aos interessados que realizará Pregão Eletrônico nº 1905.01/2016 - PMF, para a contratação de serviços de digitalização dos processos licitatórios e contábeis dos exercícios de 2014/2015 e 2016, junto à Prefeitura Municipal de Fortim. Sendo o Cadastro das Propostas a partir do dia 23/05/2016, às 09h00min (Horário de Brasília) até o dia 01/06/2016, às 09h00min (Horário de Brasília), no site [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). Abertura das Propostas no dia 02/06/2016, às 09h30min (Horário de Brasília) e a fase da Disputa de Lances no dia 03 de junho de 2016, às 09h00min (Horário de Brasília). O referido edital poderá ser adquirido no endereço da Prefeitura Municipal de Fortim, a Rua Joaquim Crisóstomo, nº 962 - Centro, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 13h30min e no Portal de Licitações Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) - sites [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) e [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br), para verificação de informação e alterações supervenientes. Nataniele Gondim Rodrigues - Pregoeira.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Aviso de Licitação.** A Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 0905.01/2016-03, cujo objeto é contratação de empresa para prestar serviços de impressões e encadernações para atender as necessidades das Diversas Secretarias do Município de Cedro, que se realizará no dia 02/06/2016 às 13:00 horas. Tudo conforme especificações contidas no anexo I do edital, o qual encontra-se na íntegra na sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 07:00h às 13:00h e no site [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br). **Francisco Antonio Viana Correia Costa - Pregoeiro.**



**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.16.1.** O(A) Pregoeiro(a) Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da Prefeitura, certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2016.05.16.1, do tipo presencial, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na realização da publicidade institucional junto a Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, por intermédio de suas Unidades Gestoras, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e a documentação de habilitação marcado para o dia 03 de junho de 2016, às 09:00 horas. Maiores informações e entrega de editais, na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no(a) Av. Domingos S. Miranda, nº 715 - Lot. J. dos Ipês - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 07:30 às 11:30 horas. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 16 de maio de 2016. Maria Aparecida de Brito - Pregoeiro(a) Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO CARLOS EDUARDO PRADO COSTA - CRM/SC 7222**

O Conselho Regional de Medicina do Estado De Santa Catarina, instituição fiscalizadora da profissão de Médico, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 15, letra "d", da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, e tendo em vista o disposto na letra "c", do Art. 22, do mesmo Diploma Legal, conforme decisão do conselho Federal de Medicina, transitada em julgado que, por unanimidade de votos, conheceu e negou provimento ao recurso interposto, relativo ao Processo Ético-Profissional nº 044/11, mantendo decisão do Conselho de origem, aplicando a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL" ao Médico CARLOS EDUARDO PRADO COSTA - CRM/SC 7222, por infração aos Artigos 98 e 99 do Código de Ética Médica - Resolução CFM nº 1.246/88, correlacionados aos Artigos 68 e 69 do Atual Código de Ética Médica - Resolução CFM nº 1.931/09. Conselheiro Antonio Silveira Sbissa -Presidente.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº. 2016.05.09.02- Detentor do Registro de Preço: Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte-CE.** Empresa Detentora do Registro de Preços: Francisco Flávio Alves Jenings- ME, valor registrado: R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais ). Prazo: 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço. Processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº.2016.03.28.02 - SRP. Objeto: seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais aquisição de botijão e recarga de gás GLP engarrafados para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte-CE. Signatários: Representante do Órgão Detentor do Registro de Preço: Secretária de Saúde do Município de Juazeiro do Norte-CE - Maria Marcleide do Nascimento Laet Rafael. Representante da Empresa Detentora do Registro de Preços: Francisco Flavio Alves Jenings. Data da assinatura: 09 de maio de 2016.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Aviso de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial - Tipo: Menor Preço - Edital Nº 2016.05.09.001P.** Objeto da Licitação: registro de preços visando a aquisição de fardamentos e acessórios destinados à manutenção dos serviços das diversas secretarias do Município de São Gonçalo do Amarante. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que no dia 08 de junho de 2016 às 10:00 (dez) horas (horário local), na sala das sessões da Prefeitura, localizada à Rua Ivete Alcantara, 120, Centro, estará recebendo Envelopes de Proposta Comercial "A", Habilitação "B", para o objeto acima citado. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital no Paço da Prefeitura Municipal, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone 85 - 3315 4205. **O Pregoeiro. São Gonçalo do Amarante/CE, 25 de Abril de 2016. Rodrigo Braga Souza - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016-SPDC - O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Crateús-CE torna público aos interessados, que no dia 03 de Junho de 2016, às 08h, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 05/2016-SPDC, Tipo Menor Preço, cujo Objeto: **Serviços de Recuperação de Motores, Bombeadores e Quadros de Comando utilizados nos Poços Profundos do Município.** O Edital poderá ser obtido na Sala da Comissão de Licitação localizada à Av. Edilberto Frota, Nº 1821, Planalto, no horário das 07h30min às 17h30min nos dias úteis. Mais informações com a Comissão. **Crateús-CE, 19 de Maio de 2016. Paulo Sérgio Andrade Bonfim - Pregoeiro.****

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Groaíras - Extrato do Instrumento Contratual.** A Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Município de Groaíras torna público o **Extrato do Instrumento Contratual nº 2704.01/2016**, resultante da Inexigibilidade de Licitação Nº 2704.01/2016; Unidade Administrativa: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto; Dotação Orçamentária: 0401.13.392.0701.2.018; Elemento de Despesa: 33.90.39.00; Objeto: Contratação da Banda Solteiros do Forró para Animação da Festividade do 59º Aniversário de Emancipação Política do Município de Groaíras, no dia 22 de maio de 2016, diretamente com seu empresário a Empresa Solteiros do Forro Gravações e Edições Musicais LTDA - EPP; Prazo de Duração: a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016; Contratada: Solteiros do Forro Gravações e Edições Musicais LTDA - EPP; Assina pelo Contratante: Luis Carlos Rodrigues; Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); **Groaíras(CE), 02 de maio de 2016 - Antonia Mariane Alves Paiva - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - EXTRATO DE CONTRATO - Contratante:** Secretaria de Educação e Recursos Hídricos e Meio Ambiente **Contratada:** E G FACUNDO EIRELI - EPP, pelo valor global de R\$ 305.904,60 (trezentos e cinco mil novecentos e quatro reais e sessenta centavos) Educação; R\$ 152.952,30 (Cento e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos); Recurso Hídricos. **Objeto:** Contratação da prestação de serviço de perfuração de poços artesanais profundos a serem locados em diversas localidades, do município de Parambu - CE. **Procedimento Licitatório:** TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.03.23.001-GM. **Vigência do Contrato:** 31 de Dezembro de 2016. **Dotação Orçamentária:** 01.12.12.17.544.371.1.45 - RH e 01.07.07.12.361.412.1.49- EDU **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00 **Assina pela Contratante:** Wanderley Pereira Diniz - Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação e Recursos Hídricos e Meio Ambiente **Assina pela Contratada:** Everardo Gomes Facundo **Data da Assinatura:** 17.05.2016 Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Altaneira - Aviso de Proseguimento - Tomada de Preços nº 2016.04.19.1.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará dando prosseguimento ao Certame Licitatório, na modalidade **Tomada de Preços nº 2016.04.19.1**, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para execução das obras de ampliação de 01 (uma) sala de aula, 01 (um) banheiro e acessibilidade da creche Ciranda do Saber do Município de Altaneira/CE, neste dia 23 de maio de 2016, às 09:00 (nove) horas, onde serão abertos os envelopes contendo as propostas comerciais dos licitantes habilitados Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Deputado Furtado Leite, nº 272 - Centro, Altaneira/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88)3548-1185. **Em 19 de maio de 2016. Elideuza Duarte da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Município de Itapiúna - Extrato de Publicação dos Instrumentos Contratual - Pregão Presencial 2101.01/2016.** Objeto: contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, odontológicos, ambulatoriais e hospitalares e aquisição de gás oxigênio medicinal, conforme especificações do edital e seus anexos. Contratante: Secretaria de Saúde. Contratadas: Maria Stela de Queiroz Santos - ME, inscrito no CNPJ nº 04.157.211/0001-93, no valor global de R\$ 34.240,00 (Trinta quatro mil, duzentos e quarenta reais), Hosp Trade do Brasil EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ nº 01.146.404/0001-50, no valor global de R\$ 83.050,00 (oitenta e três mil e cinquenta reais). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02. Vigência: 12/02/2016 à 30/12/2016. Signatários: Pela Contratante: Ligia Maria Saraiva Leão, pelas Contratadas: Francisco Marlo Queiroz dos Santos, CPF nº 258.717.903-30, Paulo Marcelo Holanda Gomes, CPF sob o nº 694.750.753-72. **Itapiúna/CE, 12 de Fevereiro de 2016.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte - A Pregoeira Oficial do Município de Tabuleiro do Norte, comunica aos interessados que no próximo dia 03 de Junho de 2016, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade Pregão Presencial nº 20.05.01/2016, cujo objeto é aquisição de lanches e refeições destinados as ações dos Programas Assistenciais da Secretaria do Trabalho e Ação Social de Tabuleiro do Norte-CE. O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 07:00 às 12:00 h, no endereço da Prefeitura à Rua Padre Clício, 4605 - Bairro São Francisco - Tabuleiro do Norte-CE e no site: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Tabuleiro do Norte-CE, 19 de Maio de 2016. Francisca Antônia Inácia Fernandes Borges - Pregoeira Oficial do Município.****



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Camocim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2016.05.17.001.** O Pregoeiro torna público e comunica aos interessados, que fará realizar a licitação abaixo especificada: Processo Nº: 2016.05.17.001 - Modalidade: Pregão Presencial Nº 2016.05.17.001. Tipo: Menor Preço Lote. Objeto: aquisição de material permanente para as Unidades Administrativas do Município de Camocim/CE, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. Data de Abertura/Hora: Dia 06 de Junho de 2016, às 09:00 horas. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Severiano Morel, s/n - Centro - Camocim/CE. Informações: Os interessados poderão obter na Comissão de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal de Camocim, localizada na Praça Severiano Morel, s/n - Centro - Camocim/CE, informações detalhadas, cópia do edital e os formulários necessários à apresentação das propostas, durante o período das 8:00 às 12:00 horas, de segunda à sexta-feira. **Camocim/CE, 19 de Maio de 2016. Marcos Antônio Pontes - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 2016051701 - SEIN** – O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paramoti-CE, comunica aos interessados, que no dia **07 de Junho de 2016, às 09h**, na Sala da Comissão de Licitação estará recebendo os Envelopes de Habilitação e Proposta de Preços da TP Nº 2016051701 – SEIN, cujo Objeto é a **Contratação de Serviço Técnicos especializados em engenharia civil, para elaboração de projetos de pequeno e médio porte, plantas, memorial de cálculo, BDI, planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro e especificações técnicas, acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia, emissão de laudos e atestados de execução de serviços das obras do Município, para o Exercício de 2016.** Mais informações, pelo Telefone: (85) 3320-1338. **Paramoti-CE, 17 de Maio de 2016. Antonio Josselio Pereira de Paula – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1905.01/2016** – A Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Acarau-CE torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **08 de Junho de 2016, às 09h**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 – B, Centro, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preços, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 1905.01/2016, com o seguinte Objeto: **Reforma do Ginásio Poliesportivo João Jaime Ferreira Gomes Filho no Município de Acarau-CE**, conforme Projeto Básico. O Edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua General Humberto Moura, Nº 675 – B, Centro, Acarau-CE, Telefone: (88) 3661.1092, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas dos Municípios: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Acarau-CE, 20 de Maio de 2016. Francisca Leoneide de Freitas Lima – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0209.01/2014 – CONCORRÊNCIA Nº 0207.02/2014** – A Secretaria de Infraestrutura do Município de Acarau-CE torna público o Extrato do Quinto Aditivo ao Contrato Nº 0209.01/2014, resultante da Concorrência Nº 0207.02/2014. **UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Secretaria de Infraestrutura. **OBJETO:** Contratação de empresa para a execução dos serviços de construção e instalação de Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades da Zona Rural do Município de Acarau-CE. **PERCENTUAL SUPRESSÃO:** 0,85 % (Oitenta e Cinco Décimos por Cento), aproximadamente. **CONTRATADA:** JK PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Carlos de Souza Leite. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Jose Carlos Camilo de Oliveira. **Acarau-CE, 26 de Outubro de 2015. Jose Carlos Camilo de Oliveira – Secretário de Infraestrutura.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2016.05.20.01** – O Município de Granja-CE, através de seu Presidente torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na Modalidade Concorrência Pública Nº 2016.05.20.01, Sessão Pública marcada para o dia **20 de Junho de 2016, às 10h**, cujo Objeto é a **Contratação para pavimentação asfáltica em AAUQ e sinalização nos Distritos de Parazinho, Santa Terezinha e nas Ruas da Sede do Município de Granja-CE.** Detalhamento Anexo. O referido Edital poderá ser adquirido no Site: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes) conforme IN- 01/2011 e na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça da Matriz, S/Nº, Centro, Granja-CE, no horário de 08h às 12h. **Granja-CE, 20 de Maio de 2016. José Mauricio Magalhães Junior – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.03.28.01 – OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica apta a prestar serviços de locação de veículos junto a Secretaria de Assistência Social. **CONTRATADA: XM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI. ASSINA PELA CONTRATADA:** Ricardo Sousa Pinheiro. **CONTRATANTE:** Secretaria de Assistência Social. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Vanusa da Silva Carmo. **VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 4.900,00** (Quatro Mil e Novecentos Reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Até o dia 31 de Dezembro 2016, terá início a partir da data de assinatura do contrato. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 06.0602.08.244.0036.2.057, 06.0602.08.244.0036.2.059. **ELEMENTO DE DESPESAS Nº:** 3.3.90.39.00, Recurso Federal. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 25 de Abril de 2016. **Paraipaba-CE, 20 de Maio de 2016. Vanusa da Silva Carmo – Secretária de Assistência Social.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Quixeré – Pregão Presencial Nº 2005.01/2016 – Tipo: Menor Preço por Lote.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixeré, localizada na Rua Padre Zacarias, nº 332 – Centro, tel. (88) 3443 – 1282, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de **Pregão Presencial Nº 2005.01/2016** cujo objeto é a contratação da prestação de serviços de assessoria jurídica popular (defensor público) para atuar em processos judiciais, no atendimento e acompanhamento à população assistida pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Município, sendo a fase de disputa de lances no dia 03/06/2016 a partir das 09:00 AM. O referido Edital poderá ser adquirido a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público das 07:30 às 13:00h, no endereço acima citado. **Quixeré – CE, 19 de Maio de 2016. José Fláudio de Sousa – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA – AVISO DE JULGAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.04.29.1.** O(A) Pregoeiro(a) Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento final do processo licitatório modalidade Pregão nº 2016.04.29.1 sendo o seguinte: **LICITANTE(S) VENCEDOR(S) –MM COMÉRCIO DE MATERIAL DE SEG. E CONSTRUÇÕES LTDA**, vencedor(a) junto ao lote 01 com proposta final no valor global de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais). A empresa vencedora fora declarada Habilitada por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no(a) Av. Domingos S. Miranda, nº 715 - Lot. J. dos Ipês - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou pelo telefone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 19 de maio de 2016. Maria Aparecida de Brito – Pregoeiro(a) Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – Aviso de Licitação – Concorrência Pública para Registro de Preços Nº 2016.05.17.01.** O Presidente da CCL do Município de Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 22 de Junho de 2016, às 09:00 hs na Sede da Comissão Central de Licitação localizada na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços para o objeto: seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações dos serviços de manutenção, conservação e restauração de ruas e avenidas no Município de Juazeiro do Norte-CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. **Juazeiro do Norte/CE, 19 de Maio de 2016. José Wilson Marques Junior – Presidente da CCL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Meruoca - Extrato do Instrumento Contratual.** O Ordenador de Despesas da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude do Município de Meruoca - CE torna público o extrato do Instrumento Contratual resultante da Dispensa de Licitação nº 0205.02/2016; Unidade Administrativa: Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude; Dotação Orçamentária: 1001.23.695.0037.2.060 - Manutenção das Atividades Operacionais. Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00. Objeto: Locação de um imóvel situado no Sítio Recife, neste município, para desenvolver atividades sócio educativas e culturais, junto à Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude do Município de Meruoca; Vigência do Contrato: até 31/12/2016; Contratado: Humberto Arruda Carneiro. Assina pela Contratante: Francisco Apoliano Gomes. Valor Global: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). **Meruoca - CE, 20 de Maio de 2016. João Paulo Miranda Albuquerque - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA – EXTRATO DO CONTRATO Nº 20160505001 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07.009/2016 – PP – ORIGEM:** Pregão Presencial Nº 07.009/2016 – PP. **CONTRATANTE:** Secretaria de Saúde. **CONTRATADA:** MARILENE MARIA BENEVINUTO DE SOUSA PROTASIO - ME. **OBJETO:** Aquisição de Gás Oxigênio Medicinal destinado a atender as necessidades do Hospital e Maternidade Francisquinha Farias Leitão, do Município de Monsenhor Tabosa-CE, conforme especificações contidas no Termo de Referência em Anexo ao Edital. **VALOR TOTAL: R\$ 42.250,00** (Quarenta e Dois Mil, Duzentos e Cinquenta Reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 0701.10.302.1007.2.056 - 3.3.90.30.001. **VIGÊNCIA:** 05 de Maio de 2016 a 31 de Dezembro de 2016. **DATA DA ASSINATURA:** 05 de Maio de 2016. **Monsenhor Tabosa-CE, 20 de Maio de 2016. Celi Regina Lima Bezerra Saraiva – Secretária de Saúde.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ – EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160510001.1 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2016.05.10.001-SETAS – CONTRATANTE:** Município de Aquiraz – Secretária do Trabalho e Assistência Social. **CONTRATADA:** POTERE SOCIAL CURSOS E TREINAMENTOS LTDA. **OBJETO:** Serviços especializados na Realização de Curso de Atualização em Serviço Social. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inciso II, do Artigo 24 c/c o Art. 13, Inciso VI da Lei Nº 8.666/93 alterações posteriores. **VALOR GLOBAL: R\$ 7.890,00** (Sete Mil e Oitocentos e Noventa Reais). **DOTAÇÃO/ELEMENTO DE DESPESA Nº:** 12.01.08.122.0100.2.053 - 3.3.90.39.00. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 11/05/2016 a 60 (Sessenta) dias. **SIGNATÁRIOS:** Sra. Maria Valdênia Martins Camara (Secretária) e Sra. Eriivânia Bernardino Cruz (Sócia). **Aquiraz-CE, 19 de Maio de 2016. Maria Valdênia Martins Camara – Gestora de Despesas-SETAS/PMAquiraz-CE.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE - AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.04.02.** O Pregoeiro do Município de Araripe, torna público para conhecimento dos interessados e os intima do resultado de julgamento da proposta de preços apresentada para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.04.02, cujo objeto trata Contratação de serviços de tele-eletrocardiograma, incluindo instalação, treinamento para uso e laudo médico, junto à Secretaria da Saúde do Município de Araripe. **PROPOSTA DESCLASSIFICADA:** TELEVIDA CENTRO ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNÓSTICO LTDA EPP. **Motivo:** descumprimento do item 4.3.6 do Edital. Licitação declarada FRACASSADA. O inteiro teor da decisão em ata de julgamento estará disponível no sítio <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes> ou na sede da Prefeitura. **Araripe-CE, 18 DE ABRIL DE 2016. Damião Malaquias de Sousa Júnior - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Município de Caucaia – Aviso de Licitação – Pregão Presencial Nº. 07.005/2016.** A Pregoeira de Caucaia-CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 06 de junho de 2016 às 09:00 hs, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Caucaia, localizada na Rua Av. Coronel Correia, 1073, Parque Soledade, Caucaia-CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de material de processamento de dados, de interesse da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Caucaia/CE (com ampla participação e cotas exclusivas à ME e EPP), tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00hs às 12:00hs. **Rosaniele Marreiro de Oliveira. À Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim - CPSMCAM.** A Equipe de Pregoeiro do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim - CPSMCAM, localizado na Rua Paissandu, s/nº, Centro, Camocim/CE, torna público que no dia 02 de junho de 2016 (02/06/2016) às 08:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 010/2016-PP**, cujo objeto é a aquisição de material de expediente, limpeza, copa e cozinha e material de consumo de informática, para atender as necessidades da UPA de Camocim, gerenciado pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim-CE, conforme especificações constantes do edital. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Camocim/CE, 19 de maio de 2016. Gilvan Lima da Silva – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17.05.01/2016.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, localizada na Praça Senador Fernandes Távora, S/N, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 17.05.01/2016**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL SERIGRÁFICO IMPRESSO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - CE**, que se realizará no dia **06/06/2016, às 08:00hs**. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público ou pelo portal do TCM-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Jaguaribe/CE, 19 de Maio de 2016. Leilane Kércia Barreto Soares – Pregoeira Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - EXTRATO DE CONTRATO - Contratante:** Secretaria de Educação. **Contratada:** COAMPP COOP. AGRÍCOLA MISTA DOS PEQ. PROD. DE PARAMBU, pelo valor global de R\$ 293.476,00 (duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais); **Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar conforme Lei 11.947/2009, destinado à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), junto a Secretaria de Educação do município de Pambu-Ce. **Procedimento Administrativo:** CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2016. **Vigência do Contrato:** 31 de Dezembro de 2016.  **Dotação Orçamen-tária:** 01.18.18.12.361.231.2.18 **Elemento de Despe-sas:** 33.90.30.00. **Assina pela Contratante:** Wanderley Pereira Diniz – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação; **Data da Assinatura:** 12.05.2016. Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - EXTRATO DE CONTRATO - Contratante:** Secretaria de Educação. **Contratada:** A C G DOS SANTOS – ME, pelo valor mensal de R\$ 20.540,00 (vinte mil, quinhentos e quarenta reais); **Objeto:** Contratação dos serviços especializados a serem prestados na confecção de rouparias e acessórios juninos, para atender as necessidades da Rede municipal de ensino do município de Pambu - CE. **Procedimento Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.04.26.001 - EDUCAÇÃO. **Vigência do Contrato:** 31 de Dezembro de 2016.  **Dotação Orçamen-tária:** 01.18.18.12.361.231.2.19 **Elemento de Despe-sas:** 33.90.39.00. **Assina pela Contratante:** Wanderley Pereira Diniz – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação **Assina pela Contratada:** Antonio Carlos Gonçalves dos Santos **Data da Assinatura:** 12.05.2016. Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.19.02 –** A Prefeitura Municipal de Icó-CE, através da Comissão de Licitação torna público, que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial, autuada sob o Nº 2016.05.19.02, cujo Objeto é a **Fornecimento de refeições preparadas (quentinhas e lanches) para os Distritos de Pedrinhas, Icozinho e os Sítios Jenipapeiro, e Lagoa do Milhomens, junto a Secretaria de Saúde**, conforme Anexo I, Tipo Menor Preço, com Data de Abertura marcada para o dia **03 de Junho de 2016, às 10h30min**, na Sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Francisco Maciel, Nº 2268, Centro, Icó-CE. Mais informações em dias de expediente normal. **Icó-CE, 19 de Maio de 2016. Joab Bezerra de Almeida – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos.** A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 03 de Junho de 2016, às 09h00min, estará abrindo Licitação na modalidade **Pregão Presencial de Nº. 2005.02/2016**, cujo objeto é Aquisição de Gás Oxigênio para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Morrinhos. O Edital Completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 11h30min no endereço da Prefeitura Municipal à Rua José Ibiapina Rocha, s/ nº. Centro, Morrinhos – CE. Informações (88)3665 1130. **20 de Maio de 2016. Pregoeiro – Jorge Luiz da Rocha.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito - Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação de São Benedito-CE, torna público que realizará dia 07/06/2016, às 09:00 horas, à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito/CE, modalidade: Tomada de Preços Nº 07.007/2016-TP. Objeto: contratação de empresa para construção de calçamento de ruas em pedra tosca no Parque Tabajara no Município de São Benedito-CE. O Edital poderá ser adquirido junto à CPL, segunda à sexta-feira no horário de 08h às 12h. **São Benedito-CE, 18 de Maio de 2016. Djane G. Alcântara Maciel – Presidente CPL.**

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – Aviso de Tomada de Preço Nº. 2016.05.13.02.** O Presidente da CCL do Município de Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 08 de Junho de 2016, às 09:00 horas na Sede da Comissão Central de Licitação localizada na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços para o objeto: contratação de serviços de manutenção e conservação de praças em diversas localidades do Município de Juazeiro do Norte/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 8:00 às 17:00 horas. **Juazeiro do Norte/CE, 19 de maio de 2016. José Wilson Marques Junior – Presidente da CCL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº. 2016.05.16.01.** O Presidente da CCL do Município de Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 09 de Junho de 2016, às 09:00 horas na Sede da Comissão Central de Licitação localizada na Praça Dirceu de Figueiredo, s/nº, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços para o objeto: contratação de empresa para perfuração de 20 poços profundos no Município de Juazeiro do Norte/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 8:00 às 17:00 horas. **Juazeiro do Norte/CE, 19 de maio de 2016. José Wilson Marques Junior – Presidente da CCL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Graça – Aviso de Licitação – Pregão Presencial Nº.2005.01/2016.** O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Graça/CE, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 03 de Junho de 2016 às 10:00h, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura Municipal de Graça/CE, localizada na Av. José Cândido de Carvalho, S/N, Centro, Graça-CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Material Elétrico e Hidráulico e Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Adutoras e Poços Profundos vinculados a Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos do Município de Graça/CE. O Edital, encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00h às 12:00h. **Graça/CE, 20 de Maio de 2016. Ronaldo Lobo Damasceno - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itarema.** O Pregoeiro Oficial do Município de Itarema, comunica aos interessados que no próximo dia 06 de Junho de 2016, às 14h30min, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 1805.01/2016**, cujo objeto é a locação de 04 (quatro) veículos caminhão equipado com basculante para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para dar suporte ao Município na Recuperação das estradas vicinais, conforme especificações. O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 12:00 h, no endereço da Prefeitura à Praça Nossa Senhora de Fatima – 48, Centro - Itarema-CE e no site: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Itarema-CE, 19 de Junho de 2016. Jackson Ferreira Dantas - Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maranguape - Aviso de Licitação – Tomada de Preços Nº. 06.006/2016-TP.** A Presidenta da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Maranguape - CE, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 09 de junho de 2016, às 9h, na sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Maranguape, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Praça Senador Almir Pinto, 217 – Centro – CEP: 61.940-145 – Maranguape – Ceará estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a contratação de empresa para a construção da Praça do Mororó, localizada na sede do Município de Maranguape, Ceará. O Edital e seus anexos já se encontram disponíveis no endereço acima no horário de 8h às 12h. **Karine dos Santos Costa Nogueira - Presidenta.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Câmara Municipal de Quixeramobim - Extrato de Contrato.** Contratante: Câmara Municipal de Quixeramobim. Contratada: Alvorada Combustível LTDA. Objeto: aquisição de combustível, destinado ao abastecimento dos veículos da Câmara Municipal de Quixeramobim, no desenvolvimento de suas atividades. **Pregão Presencial Nº 06/2016 – PP.** Valor Global: R\$ 77.260,00 (setenta e sete mil, duzentos e sessenta reais). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Dotação Orçamentária: 1901.010311901.2.089. Elemento de Despesas: 33.90.30.00. Signatários: Everardo André de Sousa Júnior e Elane Cristina Nogueira do Nascimento. Data da Assinatura: 17.05.2016. **Everardo André de Sousa Júnior – Presidente da Câmara Municipal.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito - Aviso de Resultado de Habilitação – Sec. de Infraestrutura e Des. Industrial.** A Comissão torna público o resultado do julgamento de Habilitação da Tomada de Preços Nº 07.003/2016-TP, cujo objeto: contratação de empresa para prestação de serviços na construção de habitações populares, no Município de São Benedito- CE. Habilitadas: HJS Construção EIRELI- ME; MJ Projetos e Engenharia EIRELI- ME; Savires Construções EIRELI- ME; JC de Aguiar Engenharia E Construções-EPP. Fica aberto o prazo recursal de 5(cinco) dias úteis a contar da publicação, art. 109, I, letra “a” Lei 8.666/93. Caso não haja interposição de recurso, fica marcado a Abertura da Proposta para o dia 31 de Maio às 14:00 hs. **São Benedito- 18/05/2016. Djane G. Alcântara Maciel – Presidente CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016 - SEINFRA – A Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados que no dia 07 de Junho de 2016, às 08h30min, em Sessão Pública na Sala da Comissão, localizada à localizada à Av. Edilberto Frota Nº 1821, Planalto, estará Recebendo os Envelopes de Habilitação e Propostas de Preços, da TP acima, cujo Objeto: **Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca sem rejuntamento (agregado adquirido) em diversas Ruas da Sede do Município de Crateús-CE.** O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta Publicação, no horário de 07h30min às 17h30min. **Crateús-CE, 19 de Maio de 2016. Francisco Olavo Rodrigues – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 0082016TPINFRA – O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipu-CE torna público que no dia 07 de Junho de 2016, às 15h, na Sala da Comissão de Licitação, localizada à Praça Abílio Martins, S/Nº, Centro, Ipu-CE, receberá Propostas para a **Contratação de empresa para construção de pavimentação em pedra tosca em diversas Localidades da Zona Rural do Município de Ipu-CE.** Modalidade: Tomada de Preços. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no Valor de R\$ 20,00 (Vinte Reais) a partir da publicação deste Aviso, no horário das 08h às 11h30min. **Ipu-CE, 19 de Maio de 2016. Bruno Emanuel Fernandes – Pregoeiro.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.05.19.01-PMA-SEINFRA – A Comissão Permanente de Licitação torna público o Edital, cujo Objeto é a **Contratação de pessoa jurídica, para a realização dos serviços de Construção da Praça Ícone de Acopiara, no Bairro da Rodoviária, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura do Município de Acopiara-CE,** conforme Projeto Básico. Abertura da Sessão de Recebimento dos Envelopes Habilitação e Propostas no dia 06 de Junho de 2016, às 09h. Os interessados terão acesso ao Edital na Sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acopiara-CE, das 08h às 14h, de Segunda a Sexta-Feira. **Acopiara-CE, 19 de Maio de 2016. Leonardo Souza de Freitas – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.****

\*\*\* \*\*

**PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO ALOÍSIO GAZAL ROCHA CRM/TO N. 1762**  
O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº 4445/58, e em conformidade com o Acórdão proferido no Processo Ético-Profissional nº 05/2007, vem aplicar ao médico ALOÍSIO GAZAL ROCHA, inscrito no CRM/TO sob o número 1762, a pena de “CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL”, prevista na alínea “c” do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica – Resolução n. 1.246/88, cujo correlato no Código em vigor – Resolução CFM n. 1.931/2009 é o artigo 1º. Conselheiro Tomé César Rabelo - Corregedor.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Groaíras – Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Vereador Marcolino Olavo, 770, Bairro Centro, torna público o Edital de **Pregão Presencial Nº 2005.01/2016**, cujo objeto é a Aquisição de Material de Construção para Reparos em Imóveis, Material para Instalação Elétrica e Eletrônica e Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos para Atender as Necessidades da Secretaria de Agricultura, Aquicultura, Meio Ambiente e Pesca do Município de Groaíras, que realizar-se-á no dia 06.06.2016, às 09:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Groaíras-CE, 20 de maio de 2016. Antonia Mariane Alves Paiva – Pregoeira Municipal.**





**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.19.01** – A Comissão de Licitação, localizada na Rua Francisco Maciel, Nº 2268, Centro, Icó-CE, comunica aos interessados que no dia **03 de Junho de 2016, às 08h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2016.05.19.01, cujo Objeto: **Registro de Preços destinado à Aquisição de medicamentos da Tabela ABCFARMA/Guia da Farmácia, de A à Z para atender demanda da Secretaria de Saúde**, conforme especificações constantes do Anexo I. O Edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h. **Icó-CE, 19 de Maio de 2016. Joab Bezerra de Almeida – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itaitinga – Aviso de Licitação.** A Pregoeira oficial de Itaitinga, comunica aos interessados que no próximo dia 07 de junho de 2016, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 1805.01/2016/PP**, cujo objeto é a aquisição de urnas mortuárias, bem como os serviços de ornamentação e traslado do corpo destinados à doação as famílias em estado de vulnerabilidade social, devidamente identificadas pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Município de Itaitinga. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00h às 12:00h, na sede da Prefeitura e no site: [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Itaitinga, em 20 de maio de 2016 – Maria Leonez Miranda Serpa – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Canindé - Aviso de Licitação.** O Município de Canindé, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, a licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 2016.05.18.47.TP**, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para ampliação do Prédio do Corpo de Bombeiros do Município de Canindé-CE, com data de abertura para o dia 08 de Junho de 2016, às 09:00h, no auditório da sede da Prefeitura Municipal de Canindé, situada no Largo Francisco Xavier de Medeiros S/N, Imaculada Conceição - Canindé - CE, maiores informações pelo telefone (85) 3343-0675 e no site: [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br). **Canindé-CE, 18 de maio de 2016. Francisco de Assis Pereira Crisóstomo - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Iraporanga - Aviso de Licitação - Edital de Tomada de Preços Nº 002/16/TP-SE-O.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Iraporanga/CE, torna público que no dia 08 de junho de 2016, às 08:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Franklin José Vieira, Nº 2 – Centro – Iraporanga – Ceará, receberá propostas para a Contratação de empresa para conclusão da construção de 02 (duas) quadras escolares cobertas nos Distritos de Sacramento e Mulungu no Município de Iraporanga, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. Modalidade: Tomada de Preços Nº 002/16/TP-SE-O. **Iraporanga/CE, 19 de maio de 2016. Estefânio Lopes Neto - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016-SESA** – O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Crateús-CE, torna público aos interessados, que no dia **03 Junho de 2016 às 11h30min**, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 10/2016 - SESA, Tipo Menor Preço. Objeto: **Aquisição de 03 (Três) Ambulâncias para uso do Sistema Único de Saúde/SUS no Município de Crateús-CE.** O Edital poderá ser obtido na Sala da Comissão de Licitação localizada à Av. Edilberto Frota, Nº 1821, Planalto no horário das 07h30min às 17h30min nos dias úteis. Informações com a Comissão. **Crateús-CE, 19 de Maio de 2016. Paulo Sérgio Andrade Bonfim – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 1005.01/2016SMS** – A Pregoeira deste Município torna público que no dia **03 de Junho de 2016, às 11h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1005.01/2016SMS, cujo Objeto é a **Aquisição de produtos de saúde, material de consumo e outros materiais correlatos em conformidade com o Termo de Referência, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Cariré-CE.** O Edital estará disponível nos dias úteis após esta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h, no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 20 de Maio de 2016. Antônia Isadora Leite Cruz – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Groaíras – Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Vereador Marcolino Olavo, 770, Bairro Centro, torna público o Edital de **Pregão Presencial Nº 2005.02/2016**, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Montagem e Instalação, Manutenção e Limpeza de Poços Tubular para Atender as Necessidades da Secretaria de Agricultura, Aquicultura, Meio Ambiente e Pesca do Município de Groaíras, que realizar-se-á no dia 06.06.2016, às 11:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Groaíras-Ce, 20 de maio de 2016. Antonia Mariane Alves Paiva – Pregoeira Municipal.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Saboeiro – Aviso de Credenciamento.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saboeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que até o dia 02 de junho de 2016, estará realizando Chamamento Público, para Contratação dos serviços de média complexidade ambulatorial, com as respectivas tabelas de preços. Maiores informações e aquisição do Edital, os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal de Saboeiro, na Trav. Senador Miguel, 15 – Centro, no horário de 08:00 às 12:00 horas. **Saboeiro, 19 de maio de 2016 – Maria Iranilda Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Saboeiro - Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saboeiro, torna público que no dia 03 de junho de 2016, às 09:00 horas, fará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 16.05.001/2016-Secretarias Diversas. Objeto: Aquisição de impressoras para atender as Diversas Secretarias do Município de Saboeiro. Maiores informações e aquisição do Edital, os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal de Saboeiro, na Trav. Senador Miguel, 15 - Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas. **Saboeiro-CE, 19 de maio de 2016. Maria Iranilda Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos.** A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 02 de Junho de 2016, às 09h00min, estará abrindo Licitação na modalidade **Pregão Presencial de Nº. 2005.01/2016**, cujo objeto é Aquisição de Medicamento Farmacológico para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Morrinhos - Ce. O Edital Completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 11h30min no endereço da Prefeitura Municipal à Rua José Ibiapina Rocha, s/ nº. Centro, Morrinhos – CE. Informações (88)3665 1130. **20 de Maio de 2016. Pregoeiro – Jorge Luiz da Rocha.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 1005.01/2016DIV** – A Pregoeira deste Município torna público que no dia **03 de Junho de 2016, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1005.01/2016DIV, cujo Objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviços mecânicos de veículos automotores junto as Secretarias Diversas**, em conformidade com o Termo de Referência. O Edital estará disponível nos dias úteis após esta Publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h, no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 20 de Maio de 2016. Antônia Isadora Leite Cruz – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento à Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Catunda comunica aos interessados que realizará no dia 03/06/2016, às 09h:00min., na Rua Vila Nau, 715, CEP: 62297-000, Centro – Catunda, Ceará, o Pregão Presencial nº 1705.01/2016SME, para Aquisição de livros didáticos para os alunos da educação Infantil e do ensino Fundamental do Município de Catunda-Ce. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de Segunda à Sexta-feira, de 08h às 12h. Catunda/CE, 18 de maio de 2016. Maria Iracy Pereira Martins – Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Catunda.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Altaneira - Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 2016.05.19.1.** Realizará a licitação para aquisição de veículo tipo pick-up, cabine dupla, 4x4 a diesel destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Altaneira/CE. Abertura: 02 de junho de 2016 às 09:00h. Edital disponível à Rua Deputado Furtado Leite, nº 272 – Centro, Altaneira/CE, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88)3548-1185. **Em 19 de maio de 2016 – Elideuza Duarte da Silva - Pregoeira Oficial do Município.**



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Catunda - Errata a Publicação do Pregão Presencial Nº 1605.01/2016STDS.** A Pregoeira da CPL do Município de Catunda torna público, para conhecimento dos interessados, correção da data de realização da Licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 1605.01/2016STDS**, cujo objeto: Aquisição de kits natalidade (benefícios eventuais) e material de expediente destinado aos programas da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Empreendedorismo do Município de Catunda-Ce. Onde se lê: 02/05/2016, leia-se:01/05/2016. **Catunda-Ce, em 18 de maio de 2016 – Maria Iracy Pereira Martins – Pregoeira do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Luís do Curu - Pregão Presencial Nº. 001/16-PP-ADM.** Menor Preço. Objeto prestação de serviços com elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2017 em consonância com o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município de São Luis do Curu. Credenciamento, recebimento das propostas e habilitação: dia 03 de junho, às 08:30h. Local: Sala de Licitação da Prefeitura - Rua Rochaal Moreira, 98, Centro. Informações: fone (85)-33551015, Ramal 226, de segunda à sexta das 08:00 às 12:00h. **São Luís do Curu – CE, 20 de maio de 2016. Gabriela Meneses Firmino – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Alcântaras – Aviso de Anulação de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alcântaras, comunica aos interessados a Anulação da Chamada Pública Nº 01/2016 cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com Dispensa de Licitação, lei N.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução N.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, Alterada pela Resolução Nº 25 do FNDE, DE 04/07/2012, por razões de interesse público. **Alcântaras, 20 de maio de 2016. Charllys Alcantara Soares – Pregoeiro Municipal de Alcântaras.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Orós.** A Comissão de Licitação, localizada na Praça Anastácio Maia, nº 40-Centro-Orós/CE, comunica aos interessados que no dia 03 de junho de 2016, às 08:00hs, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 2016.05.19.01**, objeto: aquisição de peças, pneus, acessórios, e serviços mecânicos em geral para veículos da frota municipal do Município de Orós-CE, tudo conforme Anexo I. O edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 07:30 às 11:30h. **Orós/CE, 19 de maio de 2016. José Kleriston Medeiros Monte Júnior-Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Groaíras – Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Vereador Marcolino Olavo, 770, Bairro Centro, torna público o Edital de Pregão Presencial Nº 2005.03/2016, cujo objeto é a Aquisição de Material Gráfico para Atender as Necessidades de Diversas Secretarias do Município de Groaíras, que realizar-se-á no dia 06.06.2016, às 14:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Groaíras-Ce, 20 de maio de 2016. Antonia Mariane Alves Paiva – Pregoeira Municipal.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura de Tejuçuoca – Aviso de Adiamento.** A comissão de licitação de Tejuçuoca torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial sob nº 2016.05.13.01-FMS**, para futuras aquisições cujo objeto é a aquisição de material permanente para os Postos de Saúde e o Hospital Municipal de Tejuçuoca-CE , marcado para o dia 30 de Maio foi **ADIADO** para o dia 31 de Maio às 08:00. Informações : (085) 3323-1287, Horário de 08:00 às 12:00hs . **Tejuçuoca, 19 de Maio de 2016 – Tatiane Camelo Gomes-Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**CSP – COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM**  
Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE a Licença de Instalação para segunda ponte rodoviária, com um vão único de 25,0m de extensão e 9,50m de largura, localizada no município de São Gonçalo do Amarante, na Rodovia CE 155, s/n, km 11,5 – CEP: 62.670-000, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, com validade de 02 anos.  
Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

\*\*\* \*\*



# AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente na Casa do Cidadão, no endereço abaixo:  
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica.

## MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)  
3466-4025 / 3466-4912 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h  
13h30 às 15h





DESTINADO(A)

